

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELIANA ANDRADE DA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES E TRABALHADORES RURAIS:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA**

**RECIFE
2002**

ELIANA ANDRADE DA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES E TRABALHADORES RURAIS:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
graduação em Serviço social da Universidade
Federal de Pernambuco, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre
em serviço social.

Orientadora: Dr^a Zélia Maria Pereira da Silva.

RECIFE

2002

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586r	Silva, Eliana Andrade da A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática / Eliana Andrade da Silva. - 2002. 156 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Prof^a. Dra. Zélia Maria Pereira da Silva. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2002. Inclui referências. 1. Trabalhadores rurais. 2. Reforma agrária. 3. Cooperativismo. I. Silva, Zélia Maria Pereira da (Orientadora). II. Título. 361.6 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 – 054)
-------	--

ELIANA ANDRADE DA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES E TRABALHADORES RURAIS: LIMITES E
POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em serviço social.

Aprovada em: 22/08/2002

Profa. Dra. Zélia Maria Pereira da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora

Profa. Dra. Severina Garcia de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Externo

Prof. Dr. João Francisco de Souza
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação de mestrado compreende uma intensa jornada de trabalho e por esse motivo demanda uma série de condições objetivas e subjetivas para sua efetivação.

As condições objetivas foram possíveis através do acesso à bolsa de estudos concedida pelo CNPq. Esta bolsa possibilitou-me concluir esse trabalho dentro do prazo estabelecido com qualidade e relativa tranquilidade. Assim, agradeço a Coordenação do Programa de Pós graduação em Serviço Social que proporcionou-me o acesso a esta bolsa. Um agradecimento especial também à Jacilene por sua atenção e dedicação na prestação dos serviços e de informações aos mestrandos (as) e doutorandos (as) deste programa.

Foram inúmeras as pessoas que contribuíram para a concretização desse trabalho. Assim, agradeço a Flávio, Aura, Esperança, Miriam companheiras (o) com os quais dividi o cotidiano do lar, e com os(as) quais aprendi que uma convivência coletiva saudável fortalece a amizade e é imprescindível para criar o clima de estudos que a pós-graduação demanda. A vocês agradeço sinceramente pela amizade, pelo “compartilhar” das dificuldades e pelos momentos alegres que serão inesquecíveis. Um beijo enorme.

Um beijo à Silvana Mara que fez despertar o interesse pela pós-graduação e às companheiras Andréa, Mary, Silvana Oliveira, Adriana Teixeira com quem vivi em Recife momentos de “relax”, de filosofia e de discussões políticas, fazendo das mesas de bar espaços de prazer e aprendizado.

Um agradecimento ao companheiro Joaquim Apolinar pela disposição para fazer a tradução do resumo desta dissertação.

Agradeço à Zélia, orientadora que nesses dois anos trilhou comigo a estrada do conhecimento e foi, aos poucos, contribuindo para que eu clareasse as idéias e concepções. Um abraço.

Um agradecimento especial à Adriana Paula, amiga que aprendi a respeitar e gostar e com quem contei desde o início no árduo processo de “desbravar” a cidade do Recife e a Pós-graduação. Espero encontra-la novamente no futuro, quem sabe no doutorado. Um abraço bem apertado.

A minha família, em especial minha mãe, amiga, companheira e cúmplice que sempre me incentivou a buscar o melhor de mim e que nesses dois anos

creceu junto comigo. A você todos os beijos do mundo e obrigada por compreender minhas loucuras.

Às pessoas lindas que conheci em Recife durante o mestrado: Mabel (com sua garra e simplicidade) e ainda Waleska, Janaína e Neila. A vocês amigas desejo tudo de bom e espero que um dia possamos nos encontrar nessa cidade tão grande para bater um papo como nos tempos do mestrado.

A Patrícia (tita), Dona Glória e Márcia – minha nova família- que especialmente nos últimos meses do mestrado abriram para mim as portas da sua casa e me presentearam com muito carinho, atenção e comidinhas maravilhosas. Um abraço do tamanho do mundo. Adoro vocês.

A Severina Garcia pela interlocução extremamente frutífera nos últimos momentos da dissertação, pela disposição para contribuir com este trabalho, pela doçura e humildade com que me recebeu. Com você aprendi a abraçar com paixão a bandeira da Reforma Agrária e a respeitar cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Um abraço especial para você.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela disponibilidade para contribuir com esse trabalho através da concessão das entrevistas e da hospitalidade com a qual me receberam em suas casas. Este trabalho é especialmente dedicado a vocês “homens, mulheres e crianças cuja humanidade vem sendo negada e traída, cuja existência vem sendo esmagada” (FREIRE,1996, p. 82-83), mas que resistentes, não se deixam abater pelas injustiças e na batalha cotidiana reinventam a vida.

Às entidades que prestam assessoria: a AACC pelo acesso a documentos, pelas entrevistas e pelas conversas informais que muito contribuíram para a realização dessa dissertação. Agradecimentos também ao CEAHS pelas caronas e pelas entrevistas. De forma geral um agradecimento para esses assessores que driblando os limites financeiros, políticos e institucionais têm tentado contribuir para a melhoria de vida e o fortalecimento da organização dos (as) trabalhadores (as) rurais.

RESUMO

No contexto da reestruturação produtiva e do avanço do projeto neoliberal no Brasil, as políticas públicas destinadas a Questão Agrária tem sido fortemente impactadas, tendo em vista a Reforma do Estado. É nessa realidade que se insere este estudo o qual enfoca a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais. Buscamos identificar se o processo de capacitação realizado pelos assessores junto a esses (as) trabalhadores (as) contribui para construção de relações democráticas ou para reproduzir e aprofundar as relações de dependência e subalternidade dos (as) mesmos (as). Nossa unidade empírica de análise foi o assentamento Lagoa Nova, Riachuelo/RN. Os instrumentos utilizados no processo de coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas com os (as) trabalhadores (as) observação, consulta a documentos da COOLAGOANOVA, sistematização do diário de Campo, assim, como relatórios de atividades elaboradas pelos assessores. As principais categorias utilizadas foram a noção de Intelectual e Educação Politécnica, com base no pensamento Gramsciano. Os resultados da pesquisa revelam que a relação que se processa entre assessores e trabalhadores (as) é uma relação contraditória e que durante a capacitação podem ser exercitadas tanto relações de democráticas como podem ser reproduzidas e fortalecidas as relações de poder vigentes na sociedade. A capacitação pode contribuir para que os (as) trabalhadores (as) elaborem uma nova visão de mundo e superem o momento econômico-corporativo, o que pode colaborar com a tomada de consciência acerca de sua identidade de classe social. A vivência de relações democráticas apenas será possível se a capacitação for implementada com base na concepção de Educação Politécnica, de forma que haja articulação entre conteúdos técnicos, as práticas políticas de classe dos (as) trabalhadores (as) e o fortalecimento de suas organizações, possibilitando-lhes realizar uma reforma moral e intelectual na sociedade, contribuindo também para que se torne classe social dirigente.

Palavras-chave: Assessores. Trabalhadores rurais. Questão agrária.

RESUMÉ

Au cours de la restructuration productive et de l'avancement du projet néolibéral au Brésil, les politiques publiques concernant les enjeux ruraux ont été fortement influencées, dû à la réforme de l'État. C'est donc dans ce contexte que se situe cette étude qui traite du rapport entre les conseillers et les agricultrices et agriculteurs. Nous avons cherché à identifier si le processus de formation réalisé par les conseillers auprès des agriculteurs(trices) contribue à la construction de relations démocratiques ou si, au contraire, reproduit et favorise les relations de dépendance et soumission de ces derniers. Notre unité empirique d'analyse a été le *Projeto de assentamento Lagoa Nova*, dans la municipalité de Riachuelo (Rio Grande do Norte - Brésil). Les outils utilisés dans la collecte de données ont été les entrevues semi-structurées avec les agriculteurs(trices), l'observation, la consultation de documents de la Coolagoanova, la systématisation du journal de bord, ainsi que les rapports d'activités élaborés par les conseillers. Les principales catégories utilisées ont été la notion de l'Intellectuel et de l'*Educação Politécnica*, selon la pensée de Gramsci. Les résultats de la recherche démontrent que le rapport qui s'établit entre les conseillers et les agriculteurs(trices) est une relation contradictoire. En effet, lors des activités de formation, ce même rapport peut évoluer tant vers de relations démocratiques, tant vers une reproduction et un renforcement des relations de pouvoir connues dans la société. La formation peut aider les agriculteurs(trices) à élaborer une nouvelle vision du monde et à surmonter le moment économique-corporatif, ce qui peut appuyer la prise de conscience de leur identité de classe sociale. L'existence de rapports démocratiques ne peut être possible que si la formation est réalisée dans la perspective de l'*Educação Politécnica*. Ces rapports nécessitent également une articulation entre les contenus techniques, les pratiques politiques de la classe des agriculteurs(trices) et le renforcement de leurs organisations. Ce sont donc ces facteurs qui favorisent la réalisation d'une réforme morale et intellectuelle dans la société et qui peuvent amener cette dernière à devenir une classe sociale dirigeante.

Mot-clé: Conseillers. Agriculteurs. Question agraire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Associação de Apoio as Comunidades do Campo
ACR	Ação Católica Rural
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEAAD	Centro de Assessoria Aplicados e Desenvolvimento
CEAHS	Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
COOLAGOANOVA	Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETARN	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte
HA	Hectares
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PEQ	Programa Estadual de Qualificação
PLANFOR	Plano Nacional de Formação

PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
SAR	Serviço de Assistência Rural
SESC	Serviço social do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço social da Indústria
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO.....	26
2.1	A propriedade fundiária e a política de assentamento rural brasileira...	26
2.2	A relação Estado, movimentos sociais e ong's na condução da política de assentamentos rurais: o projeto de assentamento lagoa nova.....	41
2.3	O cotidiano dos (as) trabalhadores (as) rurais do assentamento lagoa nova.....	61
3	COOPERATIVISMO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	66
3.1	Cooperativismo: os desafios da produção associada na sociedade capitalista.....	66
3.2	Os desafios de uma gestão democrática na COOLAGOANOVA.....	77
3.3	A gestão da coolagoanova e a mediação dos assessores.....	94
4	A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES E TRABALHADORES (AS) RURAIS: CAPACITAÇÃO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	107
4.1	A educação na sociedade capitalista.....	107
4.2	As Contradições e avanços no processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as) rurais.....	117
4.3	A articulação entre capacitação, organização e luta política dos trabalhadores (as) rurais	135
5	CONCLUSÕES.....	146
	REFERÊNCIAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990 temos observado no Brasil intensas transformações no mundo do trabalho que se expressam, sobretudo, através da reestruturação dos processos produtivos, apontando novas formas de organização e gestão da produção e da força de trabalho.

O mundo do trabalho ao ser reordenado passa por transformações através das quais são amplamente utilizadas a robótica, informática, microeletrônica etc. A utilização dessas novas tecnologias substitui gradativamente o trabalho humano, afetando diretamente as classes que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, pois à medida em que avança o desenvolvimento técnico-científico, o trabalho vivo vai perdendo espaço em detrimento do trabalho morto, resultando em redução e precarização de postos de trabalho.

Segundo Dias (1997), o capitalismo procura nesse momento flexibilizar as relações de trabalho, potencializar o trabalho morto e enfraquecer o trabalho vivo, fragilizando os ordenamentos políticos que o legitimam como eixo central do processo de acumulação.

Nesse contexto, as contradições sociais se agravam, aumentando os índices de desemprego, de subemprego e deteriorando cotidianamente o nível das condições de vida da classe trabalhadora. Esse fenômeno está presente tanto no campo quanto na cidade.

Nesta realidade adversa, marcada pela redução de postos de trabalho, evidencia-se o processo de reforma do Estado impulsionado pelas imposições do ajuste estrutural. Nesse sentido, a lógica de tal ajuste é a diminuição progressiva da intervenção estatal, ou seja, se trata da minimização do Estado brasileiro. É reduzido seu papel de gestor público da força de trabalho, suprimindo, assim os instrumentos legais de proteção social conquistados ao longo da história pelos (as) trabalhadores (as).

As classes subalternas, afetadas brutalmente por esses fenômenos presentes na contemporaneidade, elaboram estratégias de sobrevivência, tentando suprir, mesmo que precariamente, suas necessidades sociais.

Os (as) trabalhadores (as) rurais, parte constituinte das classes subalternas, ao defrontarem-se com o atual estágio de barbárie social tentam encontrar formas

de denunciar/enfrentar as péssimas condições econômicas e sociais as quais estão submetidos (as).

Observamos, assim, um processo de organização dos(as) trabalhadores (as) rurais, que utilizando a estratégia de associação/organização através de movimentos sociais, sindicatos, associações e cooperativas tentam buscar soluções para suprir suas necessidades, garantir seus interesses e resolver os problemas que os atingem. O Estado passa a ser pressionado pelos movimentos sociais para responder às necessidades e interesses dos (as) trabalhadores (as), o que aponta a luta e a reivindicação como possibilidades de publicização dos interesses de uma classe, reafirmando a existência da luta de classes¹.

Dessa forma, estas práticas de organização e mobilização ganham destaque, constituindo-se, potencialmente, enquanto um espaço coletivo de reivindicação.

Os movimentos sociais vinculados às classes subalternas possuem várias bandeiras de luta e a Reforma Agrária é uma delas. Particularmente dos trabalhadores rurais sem terra. A bandeira da Reforma Agrária é acompanhada por uma diversidade de outras reivindicações dentre as quais se inscreve a criação de cooperativas como uma estratégia de produzir e comercializar seus produtos.

A criação e institucionalização de cooperativas de produção rural apresenta-se como uma reivindicação dos(as) trabalhadores (as) rurais. Enquanto que as associações de produtores rurais se constituem enquanto uma exigência do Estado para que os (as) trabalhadores (as) rurais tenham acesso aos créditos e programas da política de assentamento rural. No caso das cooperativas o Estado apenas incentiva sua criação através do discurso.

Na proposta dos (as) trabalhadores (as) de constituição de entidades do tipo cooperativa a capacitação surge como necessidade no sentido de qualificá-los (as)

¹Atualmente há na academia um polêmico debate acerca da existência de classes sociais antagônicas e da centralidade da categoria trabalho. Não obstante, um número significativo de intelectuais do porte de Habermas, Claus Offe, dentre outros tem defendido a tese do fim das classes sociais, alegando que a queda do muro de Berlim e o fim da URSS foram os marcos da extinção das mesmas. Nesse estudo, porém, reafirmamos a existência de classes sociais antagônicas e inferimos ainda que neste momento histórico de ampla ofensiva do capital a luta entre as classes fundamentais tende a se agudizar, mas dadas as novas estratégias de acumulação capitalista, de onde derivam a reestruturação produtiva e a globalização essa luta assume novas configurações. Para aprofundar esse debate ver Antunes (2001), Mota (1999).

para produção, a tomada de decisão e a gestão coletiva. A capacitação é, pois, uma das formas de possibilitar aos (as) trabalhadores (as) rurais exercerem com eficácia a gestão da cooperativa.

As cooperativas ocupam um papel importante nos assentamentos rurais, constituindo-se em um lócus no qual se concretiza a dinamização da produção e comercialização dos produtos- processo esse que é realizado com vistas a garantir a melhoria de vida dos (as) trabalhadores (as) cooperativados (as). Ao mesmo tempo a cooperativa nos assentamentos rurais configura-se enquanto um espaço político-organizacional de convivência comunitária, no qual os trabalhadores e trabalhadoras têm a possibilidade de vivenciar novas formas de organização, gestão da produção e da força de trabalho.

A existência das cooperativas depende de fatores externos tais como as condições de competitividade do mercado e as taxas de juros, mas depende também de fatores internos tais como o grau de envolvimento dos (as) sócios (as) no processo de produção e de gestão e das relações que estes (as) desenvolvem entre si, já que se trata de uma organização na qual os (as) trabalhadores (as) são, ao mesmo tempo, produtores (as) e proprietários (as).

Torna-se necessário que os (as) trabalhadores (as) percebam que o processo produtivo possui uma dimensão política já que envolve decisões sobre o que produzir, como produzir e sobre o destino da produção e da comercialização dos produtos.

Na cooperativa os (as) trabalhadores (as) têm a possibilidade de estabelecer relações de produção mais horizontais. No entanto, apesar de ser um espaço potencial para relações mais democráticas estas relações encontram-se dentro dos limites do sistema capitalista e estão submetidas às leis que regem esse sistema. É preciso destacar que nessa sociabilidade as relações de dominação e de subalternidade são necessárias para a reprodução das desigualdades.

Nesse sentido, compreendemos que existe no espaço da organização cooperativa um componente político (ideológico) que necessita ser interiorizado pelos (as) trabalhadores (as) para que estes (as) se percebam enquanto sujeitos políticos que protagonizam as ações. O protagonismo desses sujeitos se estende

desde o momento da produção até o momento de sua reprodução enquanto sujeito social.

Compreender a dimensão política da produção significa articular as relações que esses sujeitos vivenciam na cooperativa com as relações mais gerais que regem a sociedade.

O interesse por este tema surgiu a partir da experiência vivenciada no assentamento Lagoa Nova durante o estágio curricular do curso de Serviço Social e da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC)², momento no qual abordamos o processo de formação política dos dirigentes da cooperativa. A realização de tal estudo possibilitou-nos constatar algumas tensões na relação entre assessores e dirigentes³ da cooperativa quanto à gestão desta organização, bem como foi possível identificar uma falta de interesse desses dirigentes em participar de cursos de capacitação. Finalmente, o contato com tal realidade chamou-nos a atenção para a questão da relação entre assessores e trabalhadores rurais.

Um outro elemento que motivou o estudo deste tema foi o contato com assessores e diversas Organizações-não-governamentais, cooperativas, pastorais sociais que desenvolvem trabalhos de assessoria no meio rural do estado do Rio Grande do Norte. Nos debates travados nestas organizações há constantes polêmicas quanto ao papel dos assessores nas áreas de assentamento.

O interesse em desenvolver este estudo foi motivado também pela nossa participação nos fóruns de discussão dessas entidades, momentos de intensos debates em torno do planejamento e elaboração de estratégias capazes de contribuir com o desenvolvimento dessas áreas, numa perspectiva emancipatória, tendo como uns dos pressupostos básicos norteadores da sua intervenção contribuir com a autonomia dos (as) trabalhadores (as).

² O referido trabalho é intitulado: “As implicações do processo de socialização na formação política dos dirigentes: a experiência da Coolagoanova na construção de um espaço público”.

³ Os dirigentes aos quais nos referimos são trabalhadores rurais sócios da cooperativa. Vale ressaltar que eles desempenham tal função pelo fato de terem sido eleitos pelo conjunto dos sócios para uma gestão de três anos.

Pretendemos através deste estudo contribuir com os (as) trabalhadores (as) rurais, na medida em que nossa pesquisa reflete sobre a questão da capacitação enquanto possibilidade de fortalecimento de sua organização e luta política.

Este estudo está relacionado com o Serviço Social no que se refere ao debate dos processos político-organizativos da sociedade contemporânea, que revelam particularidades na área rural. Ressaltamos ainda que a ação do Serviço Social se dá predominantemente junto às classes subalternas e nesse sentido este estudo poderá fornecer subsídios ao debate e a intervenção profissional, tendo em vista que os Assistentes Sociais trabalham em projetos e programas de capacitação ligados aos movimentos sociais, ong's e ao Estado; e ainda pressupomos que a questão da capacitação e da organização da sociedade, particularmente das classes subalternas são preocupações do Serviço Social que se interrelacionam ao projeto ético-político desta categoria. Este estudo é relevante também porque constitui-se em uma das linhas de pesquisa deste programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Nosso objeto de estudo é a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais, tentando identificar se na prática pedagógica dos assessores durante a capacitação são constituídas relações democráticas ou sinalizam para a reprodução de relações e práticas autoritárias. Para efeito de nossa pesquisa essa relação está inserida no contexto da Questão agrária, que no Brasil historicamente tem sido marcada por uma estrutura fundiária fortemente concentrada e excludente na qual os latifúndios improdutivos constituem significativas parcelas da totalidade das terras do país⁴.

Os (as) trabalhadores (as) ao longo da história tem sido expulsos (as) de seu lugar de origem - o campo. Esse processo de expulsão e expropriação se agrava a partir dos anos 60 com a estratégia governamental de modernização da agricultura que se deu através da introdução da industrialização da agricultura e da produção agrícola para exportação.

⁴ Cf Stédile (2000), 1% dos 4,8 milhões de estabelecimentos controlam quase que a metade das terras legalizadas no Brasil. O índice de Gini (que quantifica o nível de concentração fundiária) no Brasil é de 0,856. O que aponta um alto índice de concentração de terras.

É esse modelo de modernização, que no dizer de Graziano é considerada uma *modernização conservadora*, que o capitalismo avança no campo, submetendo uma parcela de trabalhadores (as) ao regime de assalariamento, deixando expostos ao desemprego um número significativo de trabalhadores (as) rurais totalmente desprovidos dos meios de (re) produção e despreparados para outras atividades no mercado de trabalho.

Esse processo aumenta as desigualdades sociais no campo - o que tem resultado no acúmulo de privilégios para os grandes proprietários de terra e na conseqüente expulsão daqueles trabalhadores (as) rurais sem terra.

O trato que vem sendo dado à Questão Agrária brasileira ao longo da história tem apontado para ações descontínuas, fragmentadas e paliativas que pouco tem alterado as reais condições de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais. As políticas públicas empreendidas pelo Estado direcionadas a Questão Agrária, tem sido constituídas basicamente pela criação e institucionalização de assentamentos rurais⁵.

O discurso oficial tem apontado a criação de assentamentos como um mecanismo que diminui a miséria e equaciona as desigualdades sociais na área rural. Contrariando este discurso, as ações realizadas pelo Estado apresentam-se ainda distantes de responder às necessidades econômicas, sociais e políticas dos (as) trabalhadores (as) rurais e não acenam para uma transformação substantiva da estrutura fundiária do país - pressuposto para a realização de uma verdadeira *Reforma Agrária*. A distribuição de terra, via assentamentos, não altera a propriedade privada - fundamento primeiro da desigualdade social rural e urbana.

No contexto das lutas pela Reforma Agrária os movimentos sociais rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem alcançado visibilidade, obtendo por força de pressão política, respostas do Estado no tocante à Questão Agrária, que se expressam no aumento do número de desapropriações de

⁵ Sobre a criação dos assentamentos rurais como única política social voltada para Questão Agrária, ver os trabalhos de Araújo (2001), Medeiros (2000) e Leite (1999).

terras improdutivas para fins de Reforma Agrária, ou seja, na criação de assentamentos rurais⁶.

Porém, na realidade do Assentamento Lagoa Nova destacamos a ausência de movimentos reivindicativos ou conflitos de terra. Nesse caso, contrariando o curso comum dos processos de assentamento, não foram os (as) trabalhadores(as) que reivindicaram a posse da terra.

Não houve participação dos (as) trabalhadores (as) rurais quanto à iniciativa de criação do projeto de assentamento. A pouca participação desses deu-se através da convocação do sindicato de trabalhadores (as) rurais da região no sentido de legitimar o processo de constituição desse assentamento junto aos trabalhadores. Contudo, o processo de constituição de Lagoa Nova tem sido considerado pelo INCRA como projeto piloto de Reforma Agrária, pois se deu de forma pacífica sem a necessidade de conflitos políticos e com a aquisição de um patrimônio industrial. O Estado passa, então, a apresentar para os (as) trabalhadores (as) rurais a viabilidade de uma Reforma Agrária pacífica⁷.

No processo de constituição do assentamento Lagoa Nova a ação dos assessores se deu desde o início de forma a aglutinar os (as) trabalhadores (as) rurais que estavam localizados (as) nos municípios vizinhos ao assentamento Lagoa Nova para participarem do projeto. Tal experiência aponta que a ação dos assessores não consistia somente em capacitar os (as) trabalhadores (as) para a produção e a gestão da cooperativa e das associações, mas significava também “eleger” tanto os futuros assentados quanto aqueles que realizariam a direção da cooperativa.

⁶ O aumento no número de desapropriações na década de 90 coincide com o avanço das reivindicações dos movimentos sociais por terra. Cf análises de Cintra (1999, p.31), as metas estabelecidas pelo governo FHC ao longo a década de 90 foram: assentar 280 mil famílias e desapropriar 11,3 milhões de ha. Tais análises demonstram que essa meta foi ultrapassada, mas esse número é irrelevante diante do número de famílias demandantes por terra.

⁷ São várias as estratégias utilizadas pelo Estado para desmobilizar a organização dos (as) trabalhadores (as). Estas estratégias vão desde a criação de projetos verticalizados até a possibilidade de tornar-se beneficiário da “reforma agrária” através do cadastro pelo correio.

Temos assim, a evidência da importante função não apenas técnica, mas, também, política dos assessores no processo de mobilização e seleção dos (as) trabalhadores (as).

Nesses marcos, a Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC), que já acompanhava o processo de transição da Lanila em assentamento, formaliza sua intervenção em Lagoa Nova através do Projeto Lumiar. A AACC assume, portanto, a gestão da cooperativa e fica responsável por desenvolver um processo de gerenciamento em conjunto com os (as) trabalhadores (as) rurais que fazem parte da diretoria da Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova (COOLAGOANOVA), comprometendo-se a desenvolver um amplo processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as).

Assim, a AACC é convidada para desenvolver um processo de assessoria nesta área tendo em vista sua experiência em processos de desapropriação de terra para fins de Reforma Agrária e na gestão de empreendimentos agrícolas. Vale ressaltar que o processo de capacitação envolveu além da AACC outras entidades.

A AACC atuou em Lagoa Nova no período de 1998 até o ano de 2000 quando o projeto Lumiar entra em crise até ser completamente extinto. Após a saída da AACC o Centro de Estudos e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS) e o CEAAD passam a realizar uma assessoria mais sistemática nesta área. Para efeito de análise nos deteremos no processo educativo realizado pelo CEAHS.

É necessário ressaltar que o projeto de Reforma Agrária defendido pelo governo é distinto daquele defendido pelos (as) trabalhadores (as) rurais organizados, sobretudo no que se refere ao projeto defendido pelo MST⁸. A reforma agrária defendida pelo MST aponta a necessidade de eliminar a propriedade privada. Em contrapartida, o projeto de Reforma Agrária que vem sendo implementado pelo governo prevê apenas a distribuição de terras improdutivas, sem necessariamente questionar a propriedade privada.

A questão da capacitação situa-se na relação entre os assessores e trabalhadores(as) rurais, pois a capacitação é um dos meios de habilitar os (as)

⁸ Ver Stédile(2000).

trabalhadores (as) rurais para a gestão da COOLAGAOANOVA. É, portanto, no momento da capacitação que se estabelece a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais.

Os assessores ligados as ong's atuam junto aos (as) trabalhadores (as) através da capacitação, influenciando tanto nos processos de transformação de base econômica quanto naqueles de base política e ideológica, tendo em vista a necessidade dos (as)trabalhadores (as) de orientação e respaldo no que se refere a tomada de decisões. Assim, os assessores devem capacitar os (as) trabalhadores (as) para a produção e a gestão e, o que pode contribuir também com o processo de organização política dos (as) mesmos (as).

Dessa forma, analisamos nesse estudo a relação que se processa entre assessores e trabalhadores (as) rurais e nesta relação vamos considerar o processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as) como momento privilegiado de confronto de saberes e de constituição de nova visão de mundo e elaboração de uma nova cultura.

A relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais se dá no interior da sociabilidade capitalista e por isso é permeada por contradições. A contradição fundante desta sociedade se expressa na relação capital X trabalho, ou seja, na existência de classes antagônicas. Essa contradição não se manifesta apenas no campo da produção de mercadorias, mas também no campo político da luta de classes, na qual atualmente se destacam na classe subalterna a desmobilização, a apatia, a competitividade, a subalternidade e a passividade diante do projeto societário vigente.

Durante este estudo buscamos identificar as características que marcam a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais. Ou seja, a convivência desses sujeitos é marcada por uma relação democrática ou de dependência e dominação ? Ou se trata ainda de uma relação contraditória, na qual em alguns momentos são vivenciadas relações democráticas e em outros momentos a relação reforça a dominação e legitima as relações vigentes.

A partir dessa realidade consideramos que a capacitação é um dos momentos de construção de uma relação democrática, na qual os (as) trabalhadores(as)

participem de todos os momentos do processo desde o planejamento até a avaliação. Então, se a capacitação não for realizada de forma democrática pode fortalecer a subalternidade e o conformismo dos (as) trabalhadores (as).

Supomos também que uma relação democrática entre assessores e trabalhadores (as) necessita de um processo de capacitação, no qual a capacitação seja considerada enquanto uma troca de saberes, uma elaboração de novos conhecimentos. No entanto, se ela é concebida apenas como transferência mecânica de informações, então pode fortalecer uma relação de dominação e dependência dos (as) trabalhadores (as) em relação aos assessores.

Durante a realização deste estudo nos debruçamos sobre a análise da relação entre assessores e trabalhadores rurais, identificando se o processo de capacitação contribui para a construção de relações democráticas e o fortalecimento da organização dos (as) trabalhadores (as) ou relações de dependência e dominação. Destarte, buscamos também identificar as contribuições dos assessores no processo de capacitação técnica e ético-política dos (as) trabalhadores (as) rurais, captando as contradições e os avanços desse processo.

Neste trabalho optamos em desenvolver um estudo com abordagem qualitativa, tomando como unidade de análise a realidade do Projeto de Assentamento Lagoa Nova, município de Riachuelo/RN.

É no interior dessa experiência onde se confrontam diferentes perspectivas e interesses políticos seja do antigo proprietário, do Estado, das ong's e dos (as) trabalhadores (as) que se insere a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais.

Os procedimentos utilizados em nossa análise se constituem de dois elementos matriciais: a matriz teórico-metodológica e a pesquisa de campo. A teoria fundamenta a análise e o trabalho de campo fornecerá a referência empírica do objeto. A relação dialética entre esses momentos torna possível a análise do nosso objeto de estudo.

No processo de coleta de dados os informantes privilegiados foram os (as) trabalhadores (as) rurais assentados (as). Tal escolha deve-se ao fato que a análise foi realizada a partir do ponto de vista desses (as) trabalhadores (as).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa através das quais buscamos traçar o perfil dos mesmos, objetivando caracterizá-los quanto a origem, faixa-etária, escolaridade, renda, trajetória política e a posição de classe.

A realização de entrevistas possibilitou captar através dos depoimentos dos (as) trabalhadores (as) de que forma se processa a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais no momento da capacitação.

Aliado a realização de entrevistas também desenvolvemos um processo de observação nos momentos de assembleias, reuniões e momentos eleitorais nas agrovilas, identificando em que medida os (as) trabalhadores (as) participam da decisões políticas da cooperativa. Acompanhamos também a realização de cursos, observando a participação dos (as) trabalhadores (as) no momento da capacitação.

Nosso universo de pesquisa é composto por 250 sócios da cooperativa⁹ dentre os quais são 241 sócios e 09 são da diretoria. Assim, realizamos 13 entrevistas com os (as) trabalhadores (as), dentre (os) as quais elegemos 10 trabalhadores (as) sócios (as) e 3 trabalhadores (as) que ocupam cargo de diretores da COOLAGOANOVA.

Estabelecemos como critério para escolha dos sujeitos da pesquisa a participação dos(as) trabalhadores (as) nos cursos de capacitação realizados pelos assessores. Tendo em vista que atualmente apenas duas das quatro agrovilas vem sendo acompanhadas sistematicamente pelos assessores, selecionamos as agrovilas de Furnas e Quintururé para efetivar a pesquisa de campo.

De forma complementar, para enriquecer o estudo, realizamos entrevistas com um assessor da AACC que havia acompanhado o processo de criação do assentamento desde o início; um assessor do CEAHS e um do CEAAD, procurando identificar a partir da visão desses assessores como se estabelece a relação entre os mesmos e os (as) trabalhadores (as) rurais. Em nosso entendimento o confronto das diferentes percepções se constitui em uma forma de enriquecer a análise da relação que se processa entre esses sujeitos.

⁹ Das 300 famílias sócias da coolagoanova, apenas 250 estão legalizadas no INCRA.

Realizamos consulta a alguns documentos, dentre os quais as atas de reuniões e assembleias, estatuto social da COOLAGOANOVA além do balanço da produção desta cooperativa. Consultamos ainda relatórios de atividades e projetos de desenvolvimento do assentamento elaborados pelos assessores. Como instrumentos auxiliares da análise nos utilizamos ainda a observação e a consulta ao diário de campo como importantes fontes de informações da realidade.

Para efeito de apresentação esta dissertação está estruturada em três capítulos, quais sejam:

No capítulo primeiro discorreremos sobre a Questão Agrária brasileira, situando a criação dos assentamentos rurais no contexto da luta dos (as) trabalhadores (as) rurais pelo acesso a terra. Realizaremos ainda uma análise da intervenção do Estado na Questão agrária/agrícola, sobretudo a partir da década de 90, momento no qual o ajuste estrutural é implementado no Brasil com mais evidência, diminuindo os recursos destinados para este setor e agravando ainda mais as desigualdades no campo.

Este percurso se faz necessário tendo em vista que a relação entre assessores e trabalhadores rurais- nosso objeto de estudo- encontra-se situado no contexto da luta pela terra no Brasil e sofre as influências das determinações do ajuste estrutural brasileiro que altera significativamente a relação entre Estado e os movimentos sociais que lutam pelo acesso a terra.

No capítulo segundo discutiremos as cooperativas e sua importância nos assentamentos rurais como forma de trabalho coletivo. Nesse sentido, o trabalho a gestão coletiva prescindem da capacitação dos (as) trabalhadores (as) para que estes (as) tenham o controle do empreendimento e participem efetivamente das decisões.

Nesse sentido, a capacitação é relevante como forma de habilitar os (as) trabalhadores (as) para a cooperação e a gestão democrática, mas tendo em vista as condições históricas, culturais, econômicas estes (as) não possuem tais habilidades. É nesse sentido que surge a necessidade dos assessores de forma a qualificar a atuação dos (as) trabalhadores (as) para a gestão democrática.

No terceiro e último capítulo analisaremos como se constitui a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais durante o processo de capacitação, identificando os limites e possibilidades de, a partir desse momento, serem gestadas relações democráticas que contribuam para o fortalecimento da luta política dos trabalhadores.

Assim, iremos abordar a educação e seus usos na sociedade capitalista, resgatando a concepção de Educação Politécnica e sua importância para a classe subalterna.

Ainda nesse capítulo iremos considerar os assessores como educadores e intelectuais na tentativa de identificar em que medida a capacitação mediada por esses assessores está contribuindo com a organização e fortalecimento dos (as) trabalhadores (as) e de seu projeto de classe social.

O estudo permitiu-nos constatar que a relação entre assessores e trabalhadores (as) é uma relação de poder de caráter contraditório e que durante o processo de capacitação podem ser constituídas tanto relações democráticas como relações autoritárias. Nesse sentido, a prática dos assessores pode contribuir tanto para encobrir as relações de dominação e exploração vigentes na sociedade ou pode ainda contribuir com a afirmação e fortalecimento do projeto da classe subalterna através da negação da sociabilidade vigente e do desmascaramento das relações antagônicas existentes na sociedade.

A ação dos assessores tem contribuído com a organização dos (as) trabalhadores (as) na medida em que tem possibilitado a esses sujeitos a elaboração de uma nova visão de mundo, tornando homogêneo o discurso e as práticas dos mesmos e ainda possibilitando-lhe identificar sua posição na sociedade e encontrar formas de superação dessa realidade.

No caso de Lagoa Nova constatamos que apesar dos limites da política governamental de capacitação que se apresenta como uma política descontínua, fragmentada e desagregada de um conhecimento generalizado, no momento da capacitação são vivenciadas relações mais democráticas, dada a autonomia relativa dos assessores no processo educativo.

Constatamos ainda que o domínio dos instrumentais de trabalho permite aos assessores durante a capacitação dos (as) trabalhadores (as) difundirem valores, concepções de mundo que consideram coerentes com uma prática democrática, fazendo-se orgânicos em relação à classe subalterna.

Identificamos também que nesse momento de ampla ofensiva do capital a tarefa dos intelectuais que se fazem orgânicos da classe subalterna encontra inúmeros desafios, dentre os quais destacamos a condição de extrema pauperização em que se encontra essa classe e o “encantamento” do discurso neoliberal de onde derivam uma apatia, competitividade e a descrença na transformação da sociedade. É, portanto, no enfrentamento de tais desafios que se insere a atuação dos assessores enquanto intelectuais orgânicos da classe subalterna.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

Neste capítulo abordaremos a Questão Agrária brasileira, situando a criação dos assentamentos rurais no contexto da luta dos (as) trabalhadores (as) rurais pelo acesso a terra. Nesse sentido, destacamos a intervenção do Estado e sua relação com a sociedade, sobretudo a partir da década de 1990, momento no qual o ajuste estrutural é implementado no Brasil com mais evidência, diminuindo os recursos destinados para este setor e agravando ainda mais as desigualdades no campo.

Este percurso se faz necessário tendo em vista que a relação entre assessores e trabalhadores rurais está situada no contexto da luta pela Reforma Agrária no Brasil que sofre as influências das determinações do atual estágio de acumulação do capital que altera significativamente a relação entre Estado e os movimentos sociais que reivindicam políticas públicas.

2.1 Propriedade fundiária e política de assentamento rural no Brasil

*“Se muito vale o já feito,
Mais vale o que será “
(Milton Nascimento).*

Para entender a Questão Agrária brasileira e a luta pela terra no País, sobretudo a partir da década de 1990, se faz necessário apreender as principais mudanças que marcam a sociedade na contemporaneidade.

Tal articulação é necessária na medida em que compreendemos a Questão Agrária como uma das faces da Questão Social, ambas circunscritas nos marcos da sociedade do capital em sua fase monopolista.

A Questão Social conforme Iamamoto (1998, p.27),

Expressa o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho

torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade

Nesse sentido, podemos compreender a Questão Agrária como sendo a expressão das desigualdades produzidas no meio rural, face o desenvolvimento do capitalismo no campo.

A existência de um lado, de movimentos sociais dos (as) trabalhadores (as) rurais sem terra e de outro, os altos índices de concentração fundiária e o aumento da pobreza do campo são expressões das desigualdades na área rural do País e são, portanto, expressões de como a Questão Social se apresenta nesse setor. Ou seja, conforme Araújo (2001, p. 2), a Questão Agrária,

Compreende relações de poder econômico e político-cultural entre diferentes sujeitos com interesses e perspectivas diferenciados em torno da propriedade da terra e de seus usos no capitalismo e, sobretudo na particularidade brasileira

Apesar de ter obtido grande destaque na década de 1990, a Questão Agrária é um tema que remonta o período colonial a partir do momento em que a Coroa Portuguesa institui o sistema de Sesmarias.

O sistema de Sesmarias possibilitava a Coroa ter o poder de recuperar a posse das terras que fossem abandonadas ou não utilizadas – o que se traduzia em uma forma de arrecadação de tributos para a mesma.

Em 1850 é criada Lei de terras a qual determinava que somente poderiam ser considerados proprietários de terras aqueles que legalizassem suas terras em cartório. Dessa forma, a partir da criação desta lei são inauguradas as formas de constituição da propriedade privada da terra no Brasil que neste momento encontrava-se sob o domínio da coroa portuguesa.

A Lei de Terras contribuiu para que fossem criadas as bases da concentração fundiária no País, além de transformar a terra em mercadoria. Essa lei agravou a concentração de terras no Brasil e garantiu ainda a manutenção da mão-de-obra escrava para os grandes proprietários, tendo em vista que os escravos não possuíam condições de adquirir terras através da compra. No final do século XIX

após a abolição e a república mudam substantivamente as relações de trabalho no campo quando a mão-de-obra escrava é substituída pelo trabalho livre.

A questão da terra apresenta essas características até a década de 1930 quando através da constituição de 1934 é atribuída à terra uma função social que se afirma através do seu caráter produtivo. A afirmação da função social da terra através da Constituição Federal está relacionada as pressões populares pelos direitos trabalhistas na cidade e pelos problemas causados pelo crescimento do êxodo rural.

Na década de 1930 os (as) trabalhadores (as) passam a se mobilizar reivindicando do Estado direitos sociais. O aumento da pressão popular na cidade força o governo a conceder alguns direitos trabalhistas como forma de amenizar as tensões sociais. É nesse contexto da afirmação dos direitos trabalhistas que a terra assume uma função social.

A crise de 1930 redefine as forças políticas no interior da classe dominante e neste momento a burguesia agrária entra em declínio e a burguesia industrial começa a se afirmar politicamente. Com o advento da indústria brasileira surgem também novas categorias de trabalhadores (as) como os operários.

Enquanto os (as) trabalhadores (as) urbanos se organizavam em torno dos direitos sociais e melhores condições de trabalho, aumentavam no campo contradições sociais, tendo em vista o aumento da concentração fundiária, o que agudiza os conflitos pela terra e a violência contra os (as) trabalhadores (as) rurais.

A partir do final da década de 1950 a Questão Agrária ganha novos contornos, passando a fazer parte do debate da modernização. Nesse momento o discurso governamental aponta a necessidade de dinamizar a agricultura com o objetivo de inseri-la em um conjunto de medidas que visavam desenvolver o País. Vale ressaltar que a Questão Agrária nesse momento é reduzida a questão do desenvolvimento agrícola.¹⁰

As ações governamentais no tocante as políticas agrícolas visavam colocar a agricultura no conjunto das políticas desenvolvimentistas, tendo em vista que nesse

período a agricultura era considerada como empecilho à modernização necessária. Assim, o discurso predominante enfatizava a necessidade de submeter o setor agrícola a um intenso processo de modernização para acompanhar o processo em curso em outros setores produtivos.

A partir dos anos 1960 o processo de modernização da agricultura resulta em uma industrialização do setor agrícola. Trata-se da entrada efetiva do capitalismo no campo, instaurando diferentes regimes de trabalho, tornando a produção agrícola mais dinâmica e rentável para os grandes proprietários.

As consequências do processo de modernização para os (as) trabalhadores (as) são inúmeras. A agricultura passa a ser pensada a partir de parâmetros de produtividade e a produção agrícola nacional é direcionada para exportação em detrimento do mercado interno e da melhoria das condições de vida dos (as) trabalhadores (as). Nessa perspectiva Graziano (1998, p.8) analisa que as políticas implementadas pelo Estado beneficiavam “os produtos de exportação¹¹ tais como café, a soja, etc., em detrimento do mercado interno.

Dessa forma, as políticas voltadas para agricultura seguem a tendência histórica de beneficiar os grandes proprietários rurais, deixando o agricultor familiar e os sem terra à própria sorte. Com a implementação da política de modernização agrícola as desigualdades no campo não são resolvidas e contrariando o discurso governamental estas se tornam mais agudas.

Outra consequência do avanço do capitalismo no campo é o processo de assalariamento ao qual os (as) trabalhadores (as) rurais são submetidos. Tal processo complexifica a Questão Agrária e produz a subordinação do pequeno agricultor aos regimes capitalistas de produção e de regulação da força de trabalho rural. Porém, vale destacar que parte do excedente de mão-de-obra não é absorvida por esse processo e migra para as cidades em busca de trabalho.

¹⁰ José Graziano em sua obra *O que é Questão Agrária* (1998) faz uma análise a respeito da nítida separação entre Questão Agrária e Questão Agrícola no Brasil.

¹¹ A tendência de desenvolver uma produção voltada para exportação está ligada as raízes históricas do modelo de colonização implementado pela coroa portuguesa, que no Brasil criou uma colônia de povoamento e exploração. Vale destacar que a tendência de produzir para exportação se agrava nesse período.

Nos anos sessenta o campo é palco de intensos conflitos de terra. Os movimentos sociais dos (as) trabalhadores (as) rurais reivindicam a realização da reforma agrária, reagem ao poder do latifúndio e ao processo de expropriação que se agrava com a modernização da agricultura. Nesse período surgem no nordeste vários movimentos sociais ligados aos (as) trabalhadores (as) rurais tais como as Ligas camponesas, principalmente nos estados da Paraíba e Pernambuco. No Rio grande do Norte tem destaque a atuação da Comissão Pastoral da terra (CPT) e da Ação Católica Rural (ACR) como fortes aliados dos (as) trabalhadores (as) rurais na luta pela reforma agrária. Esses movimentos são abortados com o golpe militar de 1964.

Em 1967 o governo cria o Estatuto da Terra que objetivava amenizar os ânimos dos movimentos sociais dos (as) trabalhadores rurais (as), sobretudo das Ligas Camponesas do Nordeste e realizar uma “reforma agrária” ao sabor dos militares.

A partir da segunda metade da década de 1970, a Questão Agrária foi tema recorrente na agenda governamental, dada a crise que assola o país. A crise econômica impulsiona a retomada das reivindicações dos movimentos sociais mesmo no contexto do autoritarismo, no qual as liberdades democráticas encontravam-se cerceadas.

Nesse contexto é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹² com o objetivo de desempenhar a tarefa de órgão responsável pela condução da Reforma Agrária brasileira.

Em meados de 1970 eclodem os movimentos sociais contestando o regime militar e reivindicando a redemocratização do País. São destaques nesse momento o movimento pela abertura política; o evento que marca o Ano Internacional da Mulher; as greves no ABC paulista e o movimento pela Anistia política.

Assim, a década de oitenta marca o fim do regime militar e é o cenário no qual ocorre a transição democrática, considerada por Silva (1996, p.108) como a

¹² Em 1964 o governo cria a superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que na mesma década é substituída pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Dessa forma o INCRA é criado nos anos 70, sendo resultado de uma fusão entre o IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA.

transição possível dado o caráter conservador do processo que conduziu Tancredo Neves à presidência da república.

Os anos oitenta são marcados pela retomada da organização social e política dos movimentos sociais e partidos que durante vinte anos sob o regime militar estiveram silenciados. Nesse sentido, os movimentos sociais tradicionais dividem a arena política com os novos movimentos sociais que surgem nesse período (feministas, raciais, sexuais, reivindicativos urbanos, ecológicos dentre outros).

No que concerne a Questão Agrária as ações do primeiro governo “democrático” foram restritas a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) cujo objetivo era “atingir prioritariamente as áreas improdutivas do Centro-Sul do país já dotadas de toda infra-estrutura econômica necessária à produção agrícola” (SILVA, 1996, p.121).

As metas estabelecidas pelo PNRA previam a desapropriação de 43 milhões de hectares de terra e o assentamento de 1,4 milhões de famílias no período de quatro anos. Apenas 1,5 % da meta foi cumprida, denotando que não houve mudanças reais na estrutura fundiária brasileira, evidenciando também para a sociedade que este tema não era prioritário para tal governo.

O PNRA coincide com o surgimento de uma nova organização que se propunha a representar os proprietários rurais no plano político. É nesse momento que surge a União Democrática Ruralista (UDR), um grupo formado pelos “produtores rurais modernizados” que possuía representação direta no Congresso Nacional. A existência de representantes dessa organização no congresso possibilitava uma interferência direta na aprovação ou não das políticas voltadas para a questão agrária/agrícola brasileira.

O poder de pressão da UDR contra a reforma agrária é tão expressivo que concomitante a aprovação do PNRA esse segmento consegue que seja aprovado também o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural que “objetivava reduzir a reforma agrária a um capítulo de uma política agrícola que garantisse um desenvolvimento harmônico” (SILVA, 1996, p.120).

Segundo Araújo (2001) a criação do PNRA contribuiu tanto para aumentar os conflitos pela terra quanto para fortalecer os movimentos sociais dos trabalhadores rurais.

A década de 1980 termina com a eleição de Collor de Melo - um latifundiário e oligarca do Nordeste. Em seu curto mandato de dois anos, em virtude do processo de impeachment poucas foram as ações direcionadas à condução e ao trato da Questão Agrária.

No tocante a Questão Agrária uma das primeiras ações tomadas pelo então presidente Collor de Melo foi o encerramento do PNRA. Para os (as) trabalhadores (as) sem terra o PNRA, sinalizava a possibilidade de possuírem, conforme Araújo (2001), “a terra prometida”. No entanto, com o fim do PNRA o sonho dos (as) trabalhadores (as) de garantir o acesso à terra torna-se mais distante.

O governo Collor de Melo aliado aos segmentos conservadores da sociedade, sobretudo aos representantes do poder fundiário brasileiro empreendem uma ofensiva política contra a reforma agrária que resulta em um choque, enfraquecendo a ação dos movimentos sociais, fazendo com que nesse momento os (as) trabalhadores (as) rurais e suas representações recuem e minimizem sua ação política.

Com a renúncia de Collor de Melo Itamar Franco assume a presidência da república. Em seu governo os movimentos dos (as) trabalhadores (as) rurais retomam a organização e iniciam em todo o país as ocupações de terras improdutivas, recolocando a questão da terra na agenda política.

Durante o governo Itamar Franco foram desapropriados 19.789 hectares de terras. No entanto, essas desapropriações se referem a ações de mandatos anteriores, ou seja, nenhuma desapropriação por interesse social foi realizada sob sua administração. Segundo dados do INCRA e MST (2000), no Rio Grande do Norte durante o decênio 1986-1996 foram desapropriados 110.602 ha de terras.

A partir dos anos 1990 o Brasil se torna solo fértil para o projeto Neoliberal que começa a ser difundido na América Latina já nos anos 1980. No Brasil, as primeiras ações sob essa orientação são realizadas ainda no governo Collor de Melo. No entanto, sua intensificação apenas se dá a partir da eleição de Fernando

Henrique Cardoso, levando a cabo a Reforma do Estado, as privatizações, ou seja, concretizando as indicações do ajuste estrutural.

Na mesma medida em que a política neoliberal vai sendo implementada no País, seus efeitos vão aparecendo. O desemprego (de caráter estrutural), as desigualdades sociais que se ampliam (nos vários níveis nacional, regional e local), a estagnação econômica e a elevação dos níveis de concentração de terra e de renda são apenas alguns dos inúmeros efeitos dessa política no Brasil.

Conforme análises de Petras (2001) com base em estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID,1998), no Brasil os 10% da população que mais detém renda apropriam-se de mais de 50% da renda nacional, evidenciando a injustiça na distribuição da renda nacional.

É nesse cenário marcado pelo aumento das desigualdades que as forças sociais de oposição se aglutinam em torno da necessidade de frear a ofensiva neoliberal no País.

A insatisfação com as políticas voltadas para o setor rural e a contestação da “Reforma Agrária”¹³ realizada pelo Estado fazem com que, o Movimento dos Sem Terra (MST) inicie uma batalha em favor da reforma agrária, empreendendo também uma luta contra o poder fundiário brasileiro.

Apesar de ter surgido ainda nos anos 1980 e ter uma forte atuação na região sul do Brasil o MST torna-se nacionalmente conhecido a partir de meados da década de 90, momento em que a ofensiva neoliberal e a reprodução ampliada do capital assumem proporções maiores, atingindo diretamente a vida dos (as) trabalhadores (as) urbanos e rurais o que intensifica a reação dos movimentos na cidade e no campo, especialmente do MST.

¹³ É preciso destacar que há diferentes concepções acerca da Reforma Agrária. Uma corrente liderada por Graziano da Silva (1996) defende que com o processo de modernização da agricultura produziu transformações que tornaram desnecessária a realização de uma reforma agrária no País. Confrontando essa perspectiva outra corrente na qual se incluem Medeiros (2000) e Araújo (2001), afirma a necessidade e urgência de uma reforma agrária entendendo-a enquanto uma política macroeconômica que englobe desde a regulamentação da posse da terra até a política de créditos e de equipamentos sociais no sentido de garantir a existência e sustentabilidade das áreas de assentamento. Nossa análise está fundamentada nessa última perspectiva.

A partir desse momento as ações do MST¹⁴ (marchas, saques e ocupações) passam a denunciar e tornar de domínio público as condições de miséria de milhões de famílias de trabalhadores (as) rurais. A Questão Agrária torna-se tema relevante no debate nacional a partir das pressões oriundas deste movimento, que se fortalece e ganha abrangência nacional.

Vale ressaltar que a Questão Agrária não era prioridade para o governo Fernando Henrique Cardoso e para os partidos de sustentação deste governo. Porém ainda no primeiro mandato frente às pressões populares, este tema foi incorporado à agenda política estatal.

Dessa forma, o governo passa a incorporar medidas diretamente ligadas a questão agrária, retirando o programa de assentamentos rurais do conjunto de ações do Programa Comunidade Solidária. A inclusão do programa de assentamentos rurais no conjunto de ações do Comunidade Solidária tornavam-no um apêndice deste programa. Porém, com a transferência do programa de assentamento para ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária, diretamente ligado ao governo federal, é superada a perspectiva assistencialista com a qual o Comunidade Solidária realizava a desapropriação das áreas para o assentamento dos (as) trabalhadores (as) rurais. Dessa forma, além de superar o caráter assistencialista das desapropriações os assentamentos assumem caráter de política governamental.

Ainda no primeiro mandato o governo Fernando Henrique implementa uma política de assentamento rural¹⁵ em detrimento de uma de reforma agrária, visando atenuar as pressões dos movimentos sociais. Nas metas previstas pelo governo Fernando Henrique para a Reforma Agrária eram estimadas a desapropriação de 11,2 milhões de hectares e o assentamento de 280 mil famílias.

¹⁴ Nas últimas décadas tem sido bastante significativo o número de estudos voltados para a análise do MST. Em recentes estudos os professores Zander Navarro(2001) e José de Souza Martins (1997) vem discutindo a atuação do MST de forma crítica.

¹⁵ Durante o primeiro governo FHC no que toca a questão agrária alguns programas e projetos foram criados e outros extintos. Neste período é criado em 1996 o Programa Nacional de Apoio a agricultura Familiar (Pronaf) que veio substituir programas voltados diretamente para assentamentos rurais tais como o Proclera (voltado para custeio e investimento). Ainda em 1996 é criado o Projeto Lumiar voltado para assistência técnica. Alguns programas fundamentais para a viabilidade dos assentamentos foram extintos como é o caso do Proclera. Sergio

Embora o governo tenha ultrapassado a meta prevista assentando 287.539 famílias, ainda é imenso o número de famílias sem-terra. Isto torna esses dados irrelevantes¹⁶ e nos possibilita considerar que a atuação do governo tem sido insignificante em relação a necessidade e a demanda dos (as) trabalhadores (as).

No âmbito das políticas agrária e agrícola do governo Fernando Henrique foram elaborados alguns programas e projetos os quais evidenciam os princípios de mercantilização, descentralização, seletividade e auto-sustentação.

Destacamos nos projetos implementados no governo FHC algumas características das imposições do ajuste estrutural. A proposta contida no documento Novo Mundo Rural elaborado no segundo mandato, além de estar expressa o caráter seletivo que exclui os (as) trabalhadores (as) através dos critérios utilizados para restringi-lhes o acesso¹⁷, encontramos uma lógica mercantil. O resultado esperado com tais projetos é a inserção dos agricultores no mercado competitivo de forma autônoma¹⁸. Segundo Araújo (2001), a aplicação desses princípios enquadra a questão agrária nas reformas econômicas e no conjunto das ações fundamentais previstas no ideário neoliberal.

Ressaltamos que a autonomia a qual se referem tais projetos é um subterfúgio utilizado pelo Estado para justificar sua desresponsabilização com as condições de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais.

Outro elemento para reflexão se refere às condições de inserção do trabalhador rural no mercado competitivo. Precisamos destacar que as ações governamentais não têm possibilitado aos pequenos produtores rurais sequer desenvolverem uma produção que viabilize sua subsistência e de sua família. Como podemos então pensar a produção agrícola a partir de parâmetros de produtividade e competitividade em um mercado desigual no qual apenas os grandes produtores

Leite (1999) analisa o fim desses programas, sinalizando as conseqüências desastrosas do encerramento destes para os (as) trabalhadores (as) assentados (as).

¹⁶ Para um aprofundamento nesses dados ver jornal dos Sem Terra (jan/2002) e Cintra (1999).

¹⁷ Tal documento pressupõe que apenas os trabalhadores rurais que obtenham 80% de sua renda ligada a agricultura sejam contemplados pelas ações governamentais.

¹⁸ A perspectiva do governo é transformar os assentamentos rurais em unidades autônomas como forma de progressivamente reduzir os recursos destinados aos (as) trabalhadores (as) assentados (as). Fonte: Site www.Incra.Gov.br/snda/assent/plumiar

sobrevivem? E como imaginar que os (as) trabalhadores (as) possam concorrer com grandes empresários rurais já que o Estado sequer garante políticas de crédito, de juros e de comercialização?

Quanto à descentralização esta se insere em um conjunto de medidas que constituem o chamado “novo arranjo institucional”, e esse princípio tem sido implementado através do repasse para outras esferas de governo (estadual e municipal) de competências quanto à condução da questão agrária.

Nesse processo de descentralização da política de reforma agrária as instâncias estadual e municipal deveriam possuir poder de decisão quanto a gestão de programas e projetos ligados a Questão Agrária.

No Brasil, a política de descentralização foi uma luta dos segmentos progressistas da sociedade objetivando realizar um maior controle social das ações do Estado. No entanto, no modelo de descentralização que vem sendo implementado pelo governo as decisões políticas em torno dos programas são confrontadas com as condições objetivas de efetivação das políticas. Segundo Araújo (2001), “o processo de reforma agrária, na lógica desse programa, é posto no contexto das reformas econômicas”. Assim, as políticas voltadas para a reforma agrária encontram-se também submetidas ao processo de Reforma do Estado.

A reforma agrária por ser uma política macroeconômica não pode ser realizada nas esferas estaduais ou municipais tendo em vista que estas esferas não têm suporte para garantir sua efetivação. Esse processo acaba criando um impasse entre as decisões tomadas e a implementação dos programas- o que força os (as) trabalhadores (as) a reagirem politicamente contra o governo através das ocupações de terra e da retomada dos conflitos políticos.

Assim, os conflitos em torno da posse da terra se intensificam e ganham visibilidade nos anos 90, obrigando o Estado a dar respostas para a Questão Agrária. Essas respostas têm se expressado basicamente sob a forma de desapropriações de áreas improdutivas, ou seja, na criação de assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais emergem no Brasil como uma política governamental ligados às pressões geradas pelos movimentos sociais e à instauração de conflitos diretos seja com o Estado seja com proprietários de terra.

A política de Assentamento Rural está imbricada no interior dos novos processos de acumulação do capital que tem implicado na minimização do Estado, no desmonte das políticas públicas e consequentemente no aumento das contradições e desigualdades sociais no campo e na cidade.

O aumento do número de assentamentos¹⁹ nos anos 90 está ligado as lutas da classe subalterna pela garantia de sobrevivência, que é ao mesmo tempo a luta pela terra e pelo trabalho. Dessa forma, existe uma relação direta entre a criação e a expansão de assentamentos rurais no Brasil e a luta dos (as) trabalhadores (as) pela reforma agrária.

Na década de 1990 o crescimento do número de assentamentos tem sido expressivo. Araújo (2001, p.198), sinaliza que “eles passaram de uma média de seis a sete mil por ano para oito e nove mil ultimamente”.

No entanto, não podemos afirmar que por trás desses dados há um processo de Reforma Agrária em curso. Medeiros (1998, p.56), aponta que o aumento da criação de assentamentos rurais nessa década tem por objetivo “amenizar as tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país”.

Leite (1999) reforça essa análise ao sinalizar que apesar do aumento no número de desapropriações, as ações do atual governo não caminham na direção de uma Política de Reforma Agrária e sim de uma política de assentamentos rurais. O referido autor destaca ainda a inexistência de um programa formal de Reforma Agrária.

As desapropriações realizadas pelo Estado não seguiram um plano de ação previamente traçado. A este respeito Medeiros (1998, p.57) afirma que estas “não seguiram um plano prévio, envolvendo, por exemplo, cuidados na localização

¹⁹ Os assentamentos rurais surgem (no Brasil) a partir dos anos 1970 e 1980, mas é na década de 90 que eles se multiplicam e se generalizam no país. No Rio Grande do Norte de 1986 à 1996 foram criados 60(sessenta) assentamentos rurais, assentando 5.265 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco) Ver Araújo (2001) .

estratégica dos assentamentos, quer no que se refere às condições ambientais, quer quanto às possibilidades de sua reprodução econômica”.

Assim, consideramos que a condução das desapropriações foi orientada mais pelos conflitos gerados pelos movimentos sociais rurais ao longo do país, principalmente pela atuação do MST, do que por uma ação planejada do governo.

A pesar de haver ações governamentais voltadas para o assentamento de famílias este quadro nos revela que a Questão Agrária é tratada como questão de polícia. Os proprietários de terra e seus representantes (no qual o Estado se faz presente) utilizam a violência para tentar conter o avanço dos movimentos que reivindicam a reforma agrária.

O massacre de Eldorado dos Carajás é ilustrativo nesse caso. Nesse episódio 19 trabalhadores foram mortos e dezenas foram feridos. A autoria de tal crime é endereçada à polícia, ou seja, se trata do uso do aparato estatal para defender a interesses privados através da violência.

Os números da violência contra trabalhadores (as) rurais no nordeste são gritantes. Segundo dados do MST, até 1998 houve 542 conflitos de terras envolvendo 678.592 (seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e duas) pessoas. No Rio Grande do Norte no período que compreende os anos de 1960-1998 ocorreram 208 conflitos de terra e no período entre 1991 e 1998 quatro trabalhadores foram mortos e sete foram baleados. (Araújo, 2001, p.26).

O discurso oficial tem apontado a criação de assentamentos como um mecanismo que diminui a miséria e equaciona as desigualdades sociais na área rural. Contrariando este discurso, as ações realizadas pelo Estado apresentam-se ainda distantes de responder às necessidades econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores rurais e não acenam para uma transformação substantiva da estrutura fundiária do país - pressuposto para a realização de uma verdadeira *Reforma Agrária*. A distribuição de terra, via assentamentos, não altera na propriedade privada- fundamento primeiro das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais rurais e urbanas.

A criação de assentamentos não é o fim da história como afirmam os latifundiários principais opositores da Reforma Agrária. Ao contrário, o momento

posterior a desapropriação da área é o início de outra jornada. O assentamento é apenas parte constituinte da trajetória de luta dos (as) trabalhadores (as) que no decorrer da história têm sido relegados a segundo plano.

A desapropriação da área é o momento de empreender outras lutas que agora serão orientadas pela conquista de direitos não assegurados e de condições de produção e reprodução social.

Se a guerra inicial era pela conquista do direito a terra, agora as demandas são múltiplas. A criação de assentamentos cria e recria novas necessidades sociais (créditos, habitação, educação, assistência técnica dentre outras). É o momento em que os (as) trabalhadores (as) agora “assentados” têm que garantir a sobrevivência dentro do assentamento, produzindo e comercializando o excedente da produção.

A existência e continuidade dos assentamentos rurais prescindem da implementação de políticas públicas por parte do Estado.

Se no contexto do Estado interventor e centralizador as políticas públicas já se apresentavam de forma fragilizada, no contexto do Estado mínimo esse desmonte é tendencialmente aprofundado, ameaçando a implementação de políticas voltadas para os assentamentos rurais. A descontinuidade das ações estatais, a escassez de recursos ou a morosidade no repasse dos créditos tem criado situações nas quais muitos assentamentos têm ficado “à própria sorte”.

Essa situação força os (as) trabalhadores (as) a buscarem alternativas de sobrevivência fora do assentamento. Em alguns casos os (as) trabalhadores (as) buscam atividades sazonais e em outros terminam abandonando o assentamento e a perspectiva de obter sustento através do cultivo da terra.

Se no primeiro momento a batalha contra a propriedade da terra foi vencida no momento seguinte a luta pela permanência nela encontra-se em fase inicial.

No caso dos assentamentos a política fundiária não se encontra acompanhada por uma política agrícola consistente. Ou seja, no momento que segue a regularização da posse da terra os (as) trabalhadores (as) assentados (as) não são contemplados com uma política efetiva de créditos que viabilizem a produção dentro do assentamento. Como destacamos anteriormente a encerramento do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)

durante o primeiro governo Fernando Henrique tornou a situação desses (as) trabalhadores mais difícil.

Podemos apontar que o aumento no número de assentamentos criados a partir da década de 1990 expressa um avanço em termos do potencial político-organizativo dos movimentos sociais rurais e comprovam, através de algumas experiências, sua viabilidade sócio-econômica e suas contribuições tanto para a diminuição da pobreza no campo quanto para o processo de desconcentração fundiária²⁰.

Segundo pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (STÉDILE, 1997), a renda média das famílias assentadas equivale a 3,7 salários mínimos e o patrimônio imobilizado pelos assentamentos cresceu 206% em média²¹. Esses dados podem ser relevantes para analisarmos a possibilidade de efetivação de um processo de Reforma Agrária no Brasil.

No entanto, é preciso destacar que a realidade de um grande número de assentamentos encontra-se muito distante dos índices acima citados, já que a viabilidade das áreas de assentamento depende da intervenção do Estado através de políticas públicas que assegure seu desenvolvimento e esse não tem dado respostas concretas nessa direção.

Apesar do expressivo número de assentamentos se configurar em importantes iniciativas para o problema da concentração fundiária, ou ainda conforme Stédile para minimizar “*O pecado Agrário brasileiro*”, estas ainda não são suficientes para desatar os nós do latifúndio.

Isso porque no Brasil, 1% dos proprietários detém cerca de 50% das terras enquanto que 4 milhões de trabalhadores (as) rurais não possuem terra (PETRAS, 2001). Esse é um quadro que revela o nível das contradições sociais que envolvem a questão da terra no Brasil, marcada por altos níveis de concentração de terra e de renda, enquanto que um número significativo de trabalhadores (as) é

²⁰ O documentário “O sonho de rose dez anos depois” demonstra a viabilidade da criação de assentamentos rurais como forma de fixar o homem no campo e democratizar a propriedade da terra.

²¹ Para um aprofundamento sobre esses índices consultar Stédile, 1997. Porém vale ressaltar que esses números não são consenso entre os diversos estudiosos da questão agrária brasileira.

totalmente desprovido de renda, terra e trabalho. Logo, consideramos que muito há que ser feito em relação questão agrária no Brasil.

Os movimentos sociais através de sua atuação conseguiram no plano político dar um destaque a Questão Agrária que se encontrava fora da agenda governamental, sensibilizar segmentos da sociedade para a relevância de tal debate, bem como obrigar o governo a responder, mesmo que timidamente, as reivindicações dos trabalhadores sem terra.

Se foram significativas as conquistas obtidas, uma longa jornada ainda espera os (as) trabalhadores (as) rurais sem terra. São inúmeras as porteiras que separam os (as) trabalhadores (as) do sonho de possuir a terra e do conjunto de direitos que garantam a superar a condição de cidadão de segunda classe.

No Rio grande do Norte a questão agrária é também marcada pela concentração fundiária e pelos conflitos de terras. Assim como ocorre em outras localidades a criação de assentamentos rurais na realidade norterio-grandense envolve distintos projetos políticos seja dos latifundiários, do Estado, das ong's, da igreja²² e dos movimentos sociais de trabalhadores (as) rurais.

A criação do projeto de assentamento Lagoa Nova se inscreve na disputa desses distintos projetos políticos que no seu processo de constituição foram confrontados.

Esse assentamento se configura como uma experiência diferenciada na qual os interesses do poder fundiário, Estado, das ong's e dos (as) trabalhadores (as) rurais estiveram frente à frente, disputando a hegemonia do processo de reforma agrária no estado.

2.2 A relação entre estado, movimentos sociais e ong's na condução da política de assentamentos rurais: o Projeto de Assentamento Lagoa Nova

²² É preciso destacar o papel assumido pela ala progressista da Igreja católica no Rio Grande do Norte, que se constitui enquanto um dos principais aliados políticos dos trabalhadores rurais nos processos de conflitos pela terra. O Serviço de Assistência Rural (SAR) ligado a pastoral da terra a partir dos anos 80 se torna um agente importante nos processos de luta pela terra denunciando a violência contra os trabalhadores rurais e contribuindo com a organização política desses no estado.

A criação de assentamentos rurais geralmente é fruto de pressão dos movimentos sociais junto ao Estado e revela que existem diferentes propostas políticas para sua constituição. Existem basicamente dois encaminhamentos na condução da desapropriação de áreas para fins de assentamento. Um que se dá a partir da iniciativa dos (as) trabalhadores (as) via movimentos sociais e ocupações de terras improdutivas e outra, realizada pela iniciativa governamental, onde se inclui o assentamento Lagoa Nova.

O Projeto de Assentamento Lagoa Nova está localizado à margem da BR 304, Km 81 no município de Riachuelo/RN. A constituição desse assentamento data de 1998 e aponta algumas particularidades. A sua criação não é resultado de um processo de luta pela terra- o que torna-o diferente de outros assentamentos criados na década de 90; e este projeto contou desde o início com uma infraestrutura produtiva em funcionamento- o que reduziu o tempo necessário a instalação das famílias.

A partir da pesquisa de campo foi possível verificar que para os (as) trabalhadores (as) a particularidade desse Projeto de assentamento reside no fato de ser “a primeira propriedade desapropriada de porteira fechada, onde teria máquinas, usina e o gado” ²³ (entrevistado 5).

O assentamento Lagoa Nova antes do processo de desapropriação era formado por três fazendas (Lagoa Nova, Furnas e Tanques) nas quais funcionava o Complexo Agro-industrial Lanila²⁴.- empreendimento destinado à realização do beneficiamento de leite e derivados. Após o processo de desapropriação, a Lanila deu lugar aos Projetos de Assentamento Lagoa Nova I e II.

A constituição do Projeto de assentamento Lagoa Nova resulta de processos mistos, envolvendo, ao mesmo tempo desapropriação e aquisição. O processo de desapropriação refere-se as terras e benfeitorias realizadas, já o processo de

²³ Outro elemento que afirma a excepcionalidade desse assentamento é o fato de que cada assentado adquiriu uma dívida de 9.000,00 em função da compra da usina e do maquinário.

²⁴ A fazenda Lagoa Nova foi adquirida por Aberílio Rocha em 1982, sendo transformada no Complexo Agroindustrial Lanila Ltda em 1989, o qual tinha como propósito ser o primeiro empreendimento no Rio Grande do Norte a integrar atividades de agricultura, pecuária e indústria, numa perspectiva de auto sustentação. A Lanila foi criada em um momento de efervescência política no País. Sua criação ocorre concomitante ao período da eleição presidencial.

aquisição refere-se ao patrimônio industrial (máquinas e equipamentos) e aos animais. Através do processo de aquisição, o complexo agro-industrial transformou-se na Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova (COOLAGOANOVA).

As antigas fazendas que ocupam uma área total de 8.511,19 hectares foram divididas em 300 lotes individualizados, sendo 15 hectares cada módulo rural, distribuídos em quatro agrovilas. Quais sejam: Nova Descoberta e Furnas (localizadas em Lagoa Nova I) e Quintururé e Limoeiro (localizadas em Lagoa Nova II). Estas agrovilas comportam ao todo 300 famílias assentadas, sendo, respectivamente, 80 em Nova descoberta, 80 em Furnas, 80 em Quintururé e 60 famílias em Limoeiro.

A desapropriação da Fazenda Lagoa Nova ocorreu por iniciativa do antigo proprietário. O fim dos subsídios estatais, o risco de falência, as dívidas contraídas com os bancos, a desvalorização do preço das terras e o interesse em investir em outros setores produtivos levaram-no a contactar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de desfazer-se da propriedade.

O interesse do proprietário em vender essa fazenda coincide com o avanço dos movimentos sociais em torno da luta pela terra que pressionam o Estado a dar respostas mais eficazes para a questão da terra. Vale ressaltar que essa região é marcada por intensos conflitos de terra.

Nesse sentido, o proprietário resolve consultar o INCRA para verificar a possibilidade de vender a fazenda e transformá-la em área para fins de reforma agrária. Após entrar em contato com o INCRA, o proprietário realiza também articulações com o Ministro Extraordinário de Política Fundiária para certificar-se da viabilidade de sua proposta (DINIZ,1998).

Dessa forma, o Ministro de Política Fundiária consultou a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) sobre seu posicionamento. A CONTAG manifestou uma posição favorável quanto a proposta e sugeriu um estudo de viabilidade do imóvel que contemplasse

as condições de localização, vias de acesso, relevo, solo, recursos hídricos, formação geológica, clima, vegetação, facilidade para aquisição de insumos, disponibilidade de mão-de-obra, transporte, energia elétrica e água em escala industrial, comunicações e proximidade de centros consumidores (DINIZ, 1998, p.14).

A análise desses elementos era indispensável para ter a certeza de que tal proposta atenderia aos interesses dos trabalhadores.

O estudo indicou a viabilidade da criação do assentamento e diante disto, foi sugerida a constituição de uma comissão gestora formada por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC)²⁵ e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Federação dos trabalhadores da Agricultura do Rio grande do Norte (FETARN) e o Pólo sindical da região do Potengi²⁶ para acompanhar o processo de transição.

Após um período de um ano de negociações em torno da possibilidade de desapropriação da área e tendo em vista os resultados positivos das averiguações, inicia-se o recrutamento daqueles que posteriormente seriam os “assentados” de Lagoa Nova.

Destacamos a ausência de movimentos reivindicativos por esta área. Nesse caso, contrariando o curso comum dos processos de assentamento, não foram os trabalhadores que reivindicaram a posse da terra.

Não houve participação dos (as) trabalhadores (as) rurais quanto à iniciativa de criação do projeto de assentamento. A pouca participação desses (as) deu-se através da convocação do movimento sindical da região no sentido de legitimar o processo de constituição desse assentamento junto aos (as) trabalhadores (as).

Identificamos através da pesquisa de campo que um número significativo de trabalhadores (as) rurais chegou ao assentamento Lagoa Nova através do processo

²⁵ A Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) é uma organização não -governamental que atua no Rio Grande do Norte em várias áreas de assentamento e comunidades rurais, desde meados da década de 80, prestando assistência técnica, gerencial e de organização aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado.

de mobilização realizado pelo Pólo sindical do Potengi. Este sujeito atua intensamente nesse momento fazendo parte das negociações juntamente com a AACC e Federação dos trabalhadores da Agricultura do Rio grande do Norte (FETARN).

Ressaltamos que a participação do movimento sindical tem destaque apenas nesse momento, tendo em vista que todas as grandes decisões quanto ao processo de desapropriação da área já haviam sido tomadas pelo antigo proprietário que possuía contatos pessoais com altos funcionários do governo federal dentre os quais o Ministro extraordinário da Política Fundiária.

Dessa forma, o Pólo sindical da região do Potengi inicia um amplo processo de mobilização, convidando os (as) trabalhadores (as) interessados (as) em compor o assentamento Lagoa Nova.

Apesar do pólo sindical ter as informações oficiais a respeito da criação desse assentamento, outros sujeitos também tomam conhecimento do processo tais como o MST.

O Movimento dos Sem Terra (MST) ao tomar ciência da proposta resolve iniciar um processo de disputa pela posse dessa área. O MST passa a mobilizar seus militantes para realizar uma ocupação na fazenda Lagoa Nova.

Como forma de reagir à ação do MST o movimento sindical se antecipa e mobiliza os (as) trabalhadores (as) para ocuparem a fazenda de forma a garantir a posse da terra junto ao INCRA.

Esse processo nos chama atenção porque revela dois aspectos: a disputa no interior da classe trabalhadora em torno de uma mesma bandeira e a reafirmação da histórica disputa entre o movimento sindical o MST pela hegemonia na organização dos (as) trabalhadores (as) rurais (ARAÚJO, 2001).

De um lado temos o MST, buscando ampliar e dar visibilidade ao processo de luta pela reforma agrária através da criação do conflito e de outro lado o movimento sindical que aposta nas negociações com o Estado.

²⁶ Pólo sindical do Potengi é a reunião dos sindicatos de trabalhadores rurais da região agreste do estado do Rio grande do Norte. O pólo é composto pelos sindicatos de Riachuelo, São Paulo do Potengi, Ielmo Marinho, Bom Jesus, Santa Maria, São Pedro, Barcelona, São Tomé, dentre outros.

O pólo sindical no momento em que se vê pressionado pela possibilidade de perder a posse da área convoca os (as) trabalhadores (as) rurais da região para ocupar a área antes do MST, utilizando uma das estratégias forjadas por esse movimento apesar de criticá-las.

A perda desta área para o MST implicaria dentre outros fatores na perda de legitimidade do movimento sindical da região diante de sua base, configurando-se em uma derrota política.

Identificamos que a iniciativa de ocupar a fazenda antes do MST não foi consenso no interior do movimento sindical, mas o sindicato de Riachuelo, principal interessado, levou a cabo a proposta mesmo sem a aceitação dos outros sindicatos constituintes do Pólo, argumentando que os (as) trabalhadores (as) que nasceram e se criaram na região iriam perder a área para outros (as) trabalhadores (as) que eram originários de outras localidades. Esse quadro demonstra que esses (as) trabalhadores (as) não se percebem como parte de uma mesma classe.

A partir de tal argumento podemos analisar que a posse de Lagoa Nova significaria para o movimento sindical tanto a afirmação de sua combatividade quanto sua vitória política diante do MST, bem como revela uma espécie de “posse” pré definida em função do vínculo desses (as) trabalhadores (as) com as terras de Lagoa Nova.

Esse elemento está ligado ao fato de que alguns dos (as) entrevistados (as) já possuíam vínculos com a fazenda Lagoa Nova tanto na época de Bira Rocha (ex-proprietário) quanto dos primeiros proprietários os Lamartine. Os (as) entrevistados (as) possuíam relações diferenciadas com a fazenda Lagoa Nova, seja na qualidade de meeiros, parceiros, arrendatários, agregados, diaristas ou assalariados.

Após o processo de mobilização realizado pelo pólo sindical é iniciado o momento de seleção dos (as) trabalhadores (as) que constituiriam o Projeto de Assentamento Lagoa Nova.

A seleção dos (as) trabalhadores (as) foi realizada pela AACC através de um processo de mobilização e capacitação com os (as) trabalhadores (as), no qual foram realizados cursos sobre “Reforma Agrária”, “Cooperativismo”,

“Associativismo”, “Crédito e implantação”, “Crédito e investimento”, “Mulher e cidadania” e “Planejamento físico de assentamentos”.

O momento que antecedeu o cadastramento dos (as) trabalhadores (as) foi direcionado à apresentação da proposta para estes (as), visando sua adesão ao projeto- considerado pelo Estado como Projeto Piloto de Reforma Agrária. O fato de ser esse assentamento considerado pelo Estado como um projeto piloto significava que esse modelo seria implantado em outras situações semelhantes.

Nesse momento foi realizado pela AACC um amplo processo de capacitação com os (as) trabalhadores (as). As estratégias utilizadas por esta entidade nesse momento foram reuniões e cursos. As reuniões de apresentação do projeto e os cursos ocorreram nos dez municípios que compõe o Pólo Sindical da região.

Dessa forma, dentre a gama de cursos realizados pela entidade tem destaque “Reforma Agrária” e “Assentamentos”, entendendo que muitos desses (as) trabalhadores (as) nunca tiveram aproximação com esses temas. Nesse momento já se processa a relação entre assessores e trabalhadores (as).

Como ocorre na maioria dos assentamentos rurais os (as) trabalhadores (as) que compõe o assentamento Lagoa Nova constituem um grupo bastante heterogêneo. Essa característica está ligada as diferentes trajetórias de vida desses (as) trabalhadores (as) os (as) quais possuem como traços de diferenciação o local de moradia anterior, a origem, as experiências políticas anteriores, as formas de trabalho, o nível de escolaridade, a faixa etária, entre outros. Esses (as) trabalhadores (as) são oriundos de dez municípios vizinhos²⁷ ao assentamento, embora haja uma presença significativa de pessoas cuja origem é Riachuelo.

São múltiplas também as formas pelas quais os (as) trabalhadores (as) se vinculavam com a terra antes da vinda para o assentamento. Estes (as) provêm de experiências anteriores como moradores, meeiros e assalariados e outros desenvolviam atividades comerciais ou estavam desempregados.

Esta heterogeneidade denota que uma multiplicidade de trajetórias, interesses e visões de mundo seriam confrontadas cotidianamente através da convivência

coletiva e mais especificamente no processo de organização política nas agrovilas e na cooperativa.

No que se refere à idade, os (as) entrevistados (as) estão situados (as) em uma faixa etária que varia entre 25 e 59 anos, sendo também representativo o número de pessoas do sexo masculino.

A escolaridade predominante neste grupo é o 1º grau incompleto. Apenas dois entrevistados possuem o 2º grau completo (um do sexo masculino e outro do sexo feminino).

Os (as) entrevistados (as) encontram-se morando no assentamento Lagoa Nova entre um e três anos. A vinda para o assentamento foi iniciada em 1999 quando as primeiras casas ficaram prontas. Alguns (as) trabalhadores (as) optaram por vir morar no assentamento apenas no ano de 2001 quando a infraestrutura estivesse concluída (casas, água, luz, escola).

Quanto ao estado civil todos (as) os (as) entrevistados (as) são casados (as) e o número de membros da família varia de duas a cinco pessoas por residência.

Outro aspecto que revela a diversidade do grupo pesquisado é a participação em Movimentos Sociais. Do conjunto dos (as) entrevistados (as) apenas cinco tiveram em sua trajetória de vida inserção política seja em movimento sindical, comunitário ou ainda pastoral social. Não foi detectada nas entrevistas filiação partidária dos entrevistados. Apesar de não observarmos filiação partidária rastreamos uma proximidade com políticos locais (vereadores e prefeitos) ligados aos partidos que dão sustentação ao governo Fernando Henrique.

Este dado chama atenção pelo fato de que para um segmento significativo dos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova a vivência em assentamento é a primeira experiência de participação política em grupos e associações. Isto assume um significado importante para esses (as) trabalhadores (as), mas por outro lado instaura um conflito. O fato de ter sido uma experiência na qual a luta política não existiu desencadeia um processo de formação tardia da identidade de assentado. Logo, o processo de organização sócio-política no campo das reivindicações ainda

²⁷ Os (as) trabalhadores (as) são originários dos municípios de Riachuelo, São Paulo do Potengi, Ielmo Marinho,

está em fase embrionária.

A entrada no assentamento é o marco zero da participação política da maioria dos (as) trabalhadores (as). Nesse caso, “o processo pedagógico” (ARAÚJO, 2001, p.6) que ocorre no momento da luta pela posse da terra não existiu. Esse processo educativo começa a acontecer apenas a partir da chegada deles (as) nas agrovilas e no enfrentamento diário das condições de pobreza.

Este elemento é importante para destacar uma tendência às velhas práticas do individualismo, já que durante toda a trajetória de vida os (as) trabalhadores (as) estiveram submetidos (as) a processos de exclusão nos quais buscavam saídas individuais.

Dessa forma, mesmo fazendo parte do assentamento, que é uma experiência coletiva, alguns continuam recorrendo às saídas individualizadas tais como a vinculação com políticos dos municípios mais próximos, estabelecendo relações de apadrinhamento e clientelismo.

A partir da vinda para o assentamento os (as) trabalhadores (as) começam a experimentar novas formas de fazer política: as eleições nas agrovilas são momentos em que eles (as) confrontam os processos políticos vividos antes de virem para o assentamento, seja em momentos eleitorais nas agrovilas, seja em momentos onde realizam assembleias e reuniões.

Em Lagoa Nova os (as) trabalhadores (as) também iniciam processos de luta por direitos. A reivindicação pelo acesso às informações do que ocorre na cooperativa é um dos direitos que eles vem tentando garantir.

Destacamos que esse processo de organização no assentamento é relevante para que esses (as) trabalhadores (as) ampliem sua noção de política, identificando-a enquanto uma prática presente no seu cotidiano e que esta não está restrita a momentos eleitorais. A prática política cotidiana pode possibilitar que esses (as) trabalhadores (as) sintam-se sujeitos políticos.

A este respeito nos chama atenção alguns depoimentos em que os entrevistados (as) deixam revelar a forma como são tratados (as) pelos

representantes políticos nos momentos dos pleitos eleitorais.

Os (as) trabalhadores (as) afirmam que seu valor social está atrelado a sua condição de votante. Portanto, passado o período eleitoral eles voltam para o anonimato da classe subalterna.

Notamos que para alguns (as) trabalhadores (as) a vinda para o assentamento tem lhes proporcionado vivenciar momentos nos quais se sentem participantes efetivos dos processos decisórios, o que dificilmente aconteceria fora do assentamento, tendo em vista a modelo tradicional de fazer política dos políticos locais geralmente ligados às forças conservadoras oligarquias do poder local, nas quais geralmente predominam a política do coronelismo.

É nesse mesmo espaço/tempo que os (as) trabalhadores (as) começam a visualizar a necessidade da luta política como a única estratégia que está ao seu alcance para impulsionar transformações necessárias, mesmo que sejam ainda no nível das microrelações constituídas no interior do assentamento.

Um elemento que observamos nos depoimentos é a não articulação desses momentos de reivindicação com outras lutas mais gerais da classe subalterna, sobretudo no que se refere à Reforma Agrária. As lutas que travam no seu cotidiano parecem estar isoladas do conjunto das lutas da classe na qual estão inseridos.

Essa visão fragmentada e localizada é uma das características que marca a classe subalterna. Na concepção de Cardoso (1995, p.14), a classe subalterna é reconhecida como aquela “que não possuindo os meios de produção, estão sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital”.

Assim sendo, a classe subalterna é caracterizada pela não propriedade dos meios de produção e assim sendo, seu modo de pensar e agir são influenciados pela classe que detém os meios necessários para produzir, pois a classe dominante além de detentora dos meios de produção material é detentora também dos meios de produção do pensamento e da consciência da classe subalterna.²⁸

²⁸ Em uma sociedade de classes o grupo economicamente dominante geralmente possui o domínio dos meios de elaboração da cultura (a escola, os meios de comunicação, etc), da visão de mundo e, portanto, da consciência da classe subalterna.

Os (as) trabalhadores (as) rurais, parte constituinte da classe subalterna têm sido historicamente expostos a sucessivos processos de exclusão o que contribui para que demonstrem uma tendência a apresentar na sociedade um discurso errático e corporativo face às demais classes.

Identificamos alguns traços da visão fragmentada da realidade que contribui para a subalternidade desses (as) trabalhadores (as). Ou seja, para eles (as) não há ligação entre a experiência de Lagoa Nova e a condução da reforma agrária brasileira ou com as lutas de outros setores subalternizados. O tema Reforma Agrária sequer aparece nos depoimentos dos (as) entrevistados (as). Esse elemento merece destaque, tendo em vista que a região do Potengi na qual se localiza esse assentamento é uma localidade na qual estão situados vários assentamentos e que freqüentemente tem sido palco de conflitos pela terra. Nessa região as contradições sociais que envolvem a questão agrária são explícitas.

A capacitação realizada pelos assessores antes da criação do assentamento visava justamente introduzi-los na compreensão destes questões. No entanto, para os (as) trabalhadores (as) o momento capacitação se reduziu ao repasse de informações sobre a proposta, das normas do assentamento, das dívidas e ainda, conforme os (as) trabalhadores (as), representou o momento no qual foram expostas as “promessas” de melhorias que a experiência possibilitaria para eles (as).

Um dos entrevistados revela em seu depoimento o teor de tais promessas. Segundo ele foram anunciados

bons empréstimos, dividir o gado- na época, sete rês pra cada um- até hoje não... até hoje... prometeram todo ano passar o dinheiro, o lucro da cooperativa pra gente até hoje não chegou. Até hoje só isso daí (ENTREVISTADO 6).

A pesquisa nos mostra que os (as) trabalhadores (as) identificam como “promessas” as propostas contidas no projeto de criação desse assentamento que foram divulgadas pela AACC.

Dentre o conjunto das promessas destacadas pelos (as) trabalhadores (as) estão o repasse do gado, a venda de leite para a cooperativa e a repartição dos lucros para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) que até hoje não aconteceram.

O quadro que ora destacamos é expressamente relevante para entender a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais, tendo em vista que nesse momento esta relação é iniciada, sendo mediada pela constituição do assentamento Lagoa Nova e pelo processo de capacitação realizado pelos primeiros. Nesse momento se observa que se trata de uma relação hierarquizada.

Dessa forma, identificamos uma contradição na intervenção dos assessores na medida em que esses garantem a adesão dos (as) trabalhadores (as) a esse projeto, tornando-se nesse momento porta-vozes do projeto governamental. Ao mesmo tempo esses assessores apresentam para os (as) trabalhadores (as) e para a sociedade em geral a importância da criação de Lagoa Nova para democratização da propriedade privada da terra, para o avanço do processo de reforma agrária no Rio Grande do Norte e para a melhoria da qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as). Um ex-assessor assinala que,

em Lagoa Nova há a possibilidade de construção de uma experiência de Reforma Agrária única: a de revitalização de uma empresa concebida e estruturada sob a ótica patronal, tornando-a mais eficiente e viável num regime de gestão cooperativista (DINIZ, 1998, p.45).

Apesar de se constituir nesse momento uma relação de desconfiança entre assessores e trabalhadores (as) estes (as) últimos (as) depositam no discurso veiculados pelos assessores seus sonhos e expectativas de uma vida melhor, através da produção agropecuária. A criação de Lagoa Nova significava para um representativo contingente de trabalhadores (as) talvez a única oportunidade de ter terra, trabalho, moradia e renda.

Na medida em que passados três anos de constituição do Projeto de Assentamento Lagoa Nova as “promessas” não se concretizam os (as) trabalhadores (as) criticam a atuação da AACC.

Notamos que nesse caso a AACC -uma organização não governamental- difunde os princípios do projeto junto aos (as) trabalhadores (as) e dessa forma, os problemas, os fracassos e as promessas não cumpridas ficam sob a

responsabilidade dessa entidade.

Nesse sentido, a AACC assume todo o ônus da proposta e das suas fragilidades frente aos (as) trabalhadores (as) rurais. Consideramos que na experiência de Lagoa Nova os assessores desempenharam a função de *mediadores do consenso* (SILVA, 1997), conseguindo a adesão desses (as) trabalhadores (as) ao projeto.

Atualmente a realidade vivenciada pelos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova encontra-se muito distante das promessas anunciadas pelos assessores, o que aprofunda as críticas daqueles (as).

Um aspecto relevante desse processo é que a proposta de criação do assentamento apresentava algumas “facilidades” para os (as) trabalhadores (as). Seria uma experiência na qual estes (as) não teriam que passar por um processo de luta política e de conflitos com proprietários rurais como na maioria dos casos de constituição de assentamentos e ainda contariam com uma infraestrutura produtiva em pleno desenvolvimento.

Por trás desse processo visualizamos um projeto político conservador que tende a desmobilizar os movimentos sociais do campo, notadamente o MST, na medida em que instaura uma “nova” forma de assentar trabalhadores (as) rurais sem conflitos políticos. Um dos eixos subjacentes nessa proposta é a difusão da idéia do consenso entre as classes.

Ora, no momento em que um latifundiário propõe a venda de suas terras para fins de assentamento não está interessado na ampliação do processo de reforma agrária e nem tampouco visa contribuir com o fim do latifúndio no país. A partir de projetos dessa natureza os proprietários visualizam a possibilidade de resolver seus problemas econômicos, repassando para o Estado e para os (as) trabalhadores (as) a responsabilidade de resolvê-los.

O interesse dos proprietários em repassar áreas improdutivas para o Estado está ligado às dificuldades do momento de “crise do capital”. A resposta para tal processo está ligada ao plano de estabilização da economia em curso a partir de 1994 com o advento do plano Real.

Araújo (2001) ao analisar os impactos das transformações econômicas no

valor atribuído à terra, indica que

A queda do preço da terra no mercado, a partir do Plano Real, a pressão do movimento sem terra, via ocupações, o fim dos subsídios e crédito fácil e barato seriam alguns determinantes para essa nova postura dos grandes proprietários (ARAÚJO, 2001, p.73)

Por trás de tal iniciativa está a possibilidade de enriquecimento fácil para empresários rurais em regime de falência. Ao mesmo tempo esse projeto possibilita ao Estado diminuir as pressões em torno da Reforma Agrária, alegando que esta vem sendo feita sob novas bases.

Em alguns casos as terras que são vendidas para o INCRA através desse “novo” arranjo governamental não são de boa qualidade. No entanto, são vendidas “a peso de ouro”. Há vários casos em que os antigos proprietários aumentam em duas ou três vezes o valor da terra, tentando superfaturar os valores.

Do ponto de vista da organização da classe trabalhadora projetos desta natureza tem sérias conseqüências. Na medida em que o Estado lança mão de uma proposta deste nível, os (as) trabalhadores (as) rurais desprovidos (as) de terra e trabalho visualizam outra forma de conquista desses direitos.

Atualmente o governo tem investido fortemente em propaganda, divulgando números (contestáveis) de famílias assentadas, apresentando a proposta de reforma agrária sem conflitos através do cadastro de trabalhadores (as) rurais via correios.

A luta política-instrumento histórico na trajetória dessa classe passa a ser desconsiderada a partir da possibilidade de um processo pacífico. Tal proposta se torna sedutora para aqueles (as) trabalhadores (as) desgarrados (as), ou seja, que não tem nenhuma inserção política, ameaçando fortemente a organização desta classe e seu poder de pressão.

O Estado passa a difundir a idéia da parceria entre trabalhadores (as) rurais e latifundiários. Ora, sabemos que na história da luta pela terra em momento algum foi possível conciliar os interesses dessas classes. Trata-se de tentar conciliar o inconciliável. De um lado os (as) trabalhadores (as), reivindicando o fim do latifúndio e da propriedade privada e, de outro, os latifundiários defendendo suas propriedades dos “baderneiros” e “saqueadores”.

A partir desse contexto torna-se impossível pensar a possibilidade de conciliação dos interesses entre esses sujeitos que se situam em classes antagônicas.

Se assim é, podemos inferir que o processo de transformação da fazenda Lagoa Nova em assentamento mesmo tendo beneficiado os (as) trabalhadores (as) com a posse da terra e a aquisição de um patrimônio produtivo, garantiu também os interesses do antigo proprietário em se desfazer da propriedade, possibilitou que ampliasse seu capital investindo recursos em outros setores de produção, além de ter conseguido desmobilizar a ação do MST e aprofundar o processo de disputa entre esse movimento e o movimento sindical em torno posse das terras de Lagoa Nova.

O caso de Lagoa Nova é ilustrativo da forma como o Estado assume e defende os projetos da classe dominante como seus, bem como consegue transformar as históricas bandeiras de luta da classe subalterna em favor da classe que detém o poder. A luta pela terra é respondida pelo governo de forma que ao atender os interesses dos (as) trabalhadores (as) está também atendendo aos interesses do ex-proprietário.

Constatamos que a criação desse assentamento foi caracterizada por um processo de negociação pelo alto. Diante disso, outro elemento que se faz presente nessa experiência é o caráter inflexível da proposta.

Os entrevistados apontam a falta de flexibilidade da proposta que não comportava adaptações. Portanto, cabia aos (as) trabalhadores (as) se inserirem nela sem contestar.

Esse é outro elemento que complexifica a relação entre trabalhadores (as) e assessores. Dada a verticalização e a centralização da proposta esta não poderia ser alterada. Assim sendo, cabia a AACC publicizá-la, sem, no entanto, alterá-la.

Segundo nos mostra o depoimento de um dos entrevistados a proposta seguia um plano rígido sobre o qual nem a AACC nem tampouco os (as) trabalhadores (as) poderiam interferir. Sua afirmação é ilustrativa: “não tinha espaço pro cara dizer: ‘não, eu não quero; eu só quero se for assim! Dá certo assim?’” (ENTREVISTADO 5).

Observamos que a AACC se insere nesse processo com a função de implementar as decisões tomadas, ficando designada para empreender um processo mediação entre Estado, antigo proprietário e trabalhadores (as) rurais.

No caso de Lagoa Nova não foram as agências do Estado que mediarão esse processo diretamente (Incra, Emater), por isso toda a referência dos (as) trabalhadores (as) se concentrava na figura da AACC e mais especificamente de seus assessores. Isto lhes confere todas as responsabilidades frente aos (as) trabalhadores (as) quanto aos equívocos e lacunas presentes na ação do governo.

Passado o momento de cadastramento e legalizada a desapropriação da área a Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) formaliza sua intervenção em Lagoa Nova através do Projeto Lumiar.

A AACC assume, portanto, a gestão da cooperativa e fica responsável por desenvolver um processo de gerenciamento em conjunto com os (as) trabalhadores (as) rurais que fazem parte da diretoria da COOLAGOANOVA, comprometendo-se a desenvolver um amplo processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as).

O processo de assessoria realizado pela AACC junto aos (as) trabalhadores (as) rurais foi desenvolvido através de recursos do projeto Lumiar.

O Projeto Lumiar é criado pelo Governo Federal em 1996 e se apresenta enquanto um dos resultados das pressões dos segmentos rurais organizados, sobretudo pelo MST, por uma assistência técnica eficiente.

Nele está prevista a assistência técnica às áreas de assentamento rural para que, através da produção agrícola, estas áreas tenham a possibilidade de desenvolvimento econômico e social, visando sua integração em nível municipal e regional ²⁹.

A implementação do Lumiar prevê a constituição de equipes de trabalho multidisciplinares³⁰ nas áreas de assentamento, nas quais profissionais de diversas áreas de conhecimento atuam de forma articulada, intervindo tanto em questões ligadas ao incremento da produção quanto naquelas concernentes a educação, saúde, meio ambiente e organização política (SOUZA, 1998).

²⁹ Site www.Incra.Gov.br/snda/assent/plumiar

De acordo com os princípios orientadores do Lumiar, sua implementação tem sido realizada através da articulação entre o governo e as diversas entidades que desenvolvem ações na área rural, sob a forma de parceria. Dentre as quais destacam-se as organizações-não-governamentais, cooperativas de serviços, pastorais religiosas, centros de educação popular etc. O Estado passa, portanto, a transferir recursos públicos para essas entidades as quais assumem o papel de executoras diretas do projeto.³¹

A questão das parcerias entre Estado e organizações-não-governamentais na condução da questão agrária consta nas diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1995).

A necessidade dessa integração reside dentre outros fatores na possibilidade que estas entidades apontam de redução de custos para o Estado, maior eficácia na condução das atividades e ainda na complementariedade que elas fornecem às ações governamentais. É a concretização do processo de minimização do Estado. Por outro lado essas mesmas entidades contribuem para democratizar recursos públicos, implementando políticas junto aos segmentos mais pauperizados da sociedade.

Segundo Araújo (2001), no estabelecimento de parcerias Incra/entidades não estatais o primeiro assume o papel de planejador e coordenador das ações, enquanto que as parceiras realizam um leque de atividades consideradas complementares, podendo ser ações voltadas para “o crédito rural, assistência técnica, médica e educacional” (ARAÚJO, 2001, p.172).

A questão da atuação de ong's e da relação de parceria destas com Estado na atualidade está situada na interface da relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais de Lagoa Nova, tendo em vista que esses assessores estão ligados à uma organização desta natureza.

³⁰ O Assistente Social é um dos profissionais requisitados para atuar nesse projeto.

³¹ A atuação do Estado quanto à implementação do projeto Lumiar resume-se à destinação dos recursos e acompanhamento das chamadas entidades executoras.

Considerando a relação Estado, movimentos sociais e ong's vale lembrar que a proliferação das ong's no Brasil, sobretudo a partir de fins da década de 1980³², está intimamente ligada ao sucateamento do setor público estatal, à reforma do Estado e ao processo de expansão capitalista em contexto de crise e a rearticulação dos movimentos sociais.

As ong's surgem a partir dos anos 1970 e sua criação está ligada ao contexto dos regimes militares que assolam o continente latino americano. Nesse período as ong's apresentavam um caráter político de resistência e luta pela democracia, dando apoio as vítimas do regime militar.

Nos anos oitenta com o fim do regime militar na América Latina estas entidades passam a ser financiadas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organismos representantes do capital internacional. Acontecimentos mundiais como a queda do muro de Berlim, o fim da guerra fria e o avanço do neoliberalismo no cone sul também contribuíram para que as ong's perdessem seu caráter político e a partir de então fossem cooptadas pelos organismos multilaterais. Face o novo cenário mundial as ong's passam também a implementar projetos financiados inclusive pelos governos de orientação neoliberal.

Se nas décadas anteriores as ong's mantinham certo grau de autonomia em relação aos governos, nos anos 1990 estas passam a atuar, em sua maioria, como parceiras do Estado³³, realizando ações que historicamente foram da competência do poder público.

Na atualidade a intervenção das as ong's está situada no âmbito do poder local, espaço no qual aparecem como mediadoras entre Estado e sociedade. Glória Gohn (1997, p.59), caracteriza estas entidades como "executoras das atividades de interesses público fora da máquina governamental, com custos menores e maior eficiência".

³² Faz-se necessário relacionar o processo de sucateamento do setor público brasileiro com a afirmação do projeto Neoliberal, sobretudo a partir da eleição de Collor de Mello em 1989.

³³ O Estado passa, sobretudo nos anos 1990, a estabelecer relações de parceria com as ong's. Estas prestam "serviços sociais" através do processo de terceirização, o que funciona como mecanismo de barateamento de custos para o setor público.

No contexto das transformações sociais mais recentes, o próprio Estado passa a incentivar a criação de ong's, cooperativas e associações, empreendendo o discurso da organização e da participação da sociedade civil. Em última instância, esse discurso encobre a responsabilização da sociedade quanto ao enfrentamento dos problemas sociais.

É preciso destacar que a noção de sociedade civil tão propalada pelo discurso estatal não tem sido suficientemente delimitada. No conjunto das entidades autodenominadas de sociedade civil podem estar ong's, entidades privadas, as chamadas "empresas cidadãs", a filantropia empresarial etc. Temos, portanto a transferência de recursos públicos para as mais diversas atividades e finalidades.

É em meio a esse processo de reordenamento da relação entre Estado e sociedade que são criadas as possibilidades da AACC realizar um processo de assessoria em Lagoa Nova, contemplando as questões relativas à gestão da cooperativa, atividades de campo (agropecuária) e de capacitação.

Essas atividades são realizadas sistematicamente até o ano 2000 em virtude do fim do projeto Lumiar que durante dois anos (1998/2000) possibilitou a atuação da AACC em Lagoa Nova. O encerramento do projeto Lumiar implicou na saída da equipe de assessores da área, tendo em vista que a entidade não disponibilizava de recursos próprios que viabilizassem a continuidade da sua atuação na área.

O Projeto Lumiar entra em crise a partir do ano de 1999 e é encerrado no ano de 2000, tendo em vista os cortes nos recursos destinados à reforma agrária.

A saída da AACC do assentamento Lagoa Nova está, relacionada a falta de recursos para continuar as atividades e ao contexto do ajuste estrutural brasileiro. A partir da implementação de tal ajuste na política de reforma agrária, o INCRA passa por um processo de desmantelamento no qual os recursos destinados à criação de desenvolvimento de novas áreas de assentamento são transferidos para o "Banco da Terra", ocasionando impasses de ordem financeira à sua atuação.

O déficit orçamentário para a Reforma Agrária é apontado por alguns autores como uma tendência crescente. Segundo Petras (2001, p.136), "há uma baixa de 48% entre 2000 e 2001 nos recursos de assistência técnica e treinamento para agricultores assentados e de 17% nos recursos para desapropriação de terras".

Assim, se a história de constituição do assentamento Lagoa Nova se confunde com a história das relações que se processam entre assessores e trabalhadores (as) rurais, as particularidades da criação desse assentamento são elementos que complexificam tais relações, mas ao mesmo tempo fornecem as pistas para entendê-las.

A constituição de Lagoa Nova foi um processo no qual diferentes projetos políticos foram confrontados. A relação que se estabelece entre Estado/latifundiários/movimentos sociais/ong's constitui o cenário no qual assessores e trabalhadores (as) se defrontam.

A atuação da AACC enquanto mediadora de um processo que beneficiou os (as) trabalhadores (as) se configura ao mesmo tempo como uma ação que em última instância contribuiu para garantir os interesses do antigo proprietário. Daí resulta o caráter contraditório de sua intervenção particularmente no caso do Projeto de Assentamento Lagoa Nova.

Precisamos atentar para o fato de que nesse processo o poder público dá todas as condições para que os interesses privados sejam concretizados. E é a AACC que media esse processo.

A condição de parceira do Estado influencia a atuação desta entidade, limitando sua atuação junto aos (as) trabalhadores (as). Na medida em que a AACC firma tal relação com o governo põe em jogo a sua autonomia, ficando submetida aos interesses dos idealizadores da proposta.

Os assessores realizam uma prática voltada para os interesses dos (as) trabalhadores (as), mas que encontra limites objetivos na ação do Estado e nos interesses do capital fundiário. Dessa forma, sua atuação encontra-se mediada tanto pelos interesses privados quanto pelos interesses dos (as) trabalhadores (as) rurais.

Consideramos que esses elementos quando analisados em uma perspectiva de totalidade permite-nos sugerir que a relação que se estabelece entre assessores e trabalhadores (as) é a síntese das múltiplas determinações que tentamos apontar no decorrer do percurso analítico.

Dessa forma, as novas estratégias de acumulação do capital de onde derivam a reestruturação produtiva e o Neoliberalismo têm alterado substancialmente o papel

do Estado e sua relação com a sociedade. A partir de tais transformações que podemos compreender os impasses que interferem na atuação da ong's, na medida em que são diminuídos os financiamentos oriundos tanto das agências internacionais quanto governamentais face o processo de minimização do Estado. A parceria com o Estado e a descontinuidade de suas políticas são elementos que repercutem na autonomia das ong's e na prática dos assessores, refletindo diretamente na relação que é estabelecida entre esses e os (as) trabalhadores (as) rurais.

2.3. O cotidiano dos (as) trabalhadores (as) rurais no assentamento

A análise do cotidiano dos (as) trabalhadores (as) é relevante para compreendermos como as determinações sociais mais amplas se materializam na vida desses (as) trabalhadores (as). Essa análise é necessária também para entendermos a partir dessa realidade, as formas pelas quais os (as) trabalhadores (as) rurais são expostos as condições de subalternidade na sociedade.

Através da pesquisa de campo foi possível identificar que no que se refere a produção todos (as) os (as) entrevistados (as) possuem vínculos com a agricultura. Os (as) trabalhadores (as) produzem em seus lotes individuais de 15 há a cultura do feijão, do milho e da roça. Essas culturas são destinadas basicamente para a subsistência das famílias.

Apenas uma vez ao ano esses (as) trabalhadores (as) vendem sua produção. Vale ressaltar sua produção fica exposta às alterações climáticas e as oscilações do mercado, agravada pela ausência de políticas públicas de desenvolvimento agrícola. Vale ressaltar que a produção agrícola não proporciona renda suficiente para os (as) trabalhadores (as).

Quanto a produção do leite observamos que apenas 13,83 % da produção da cooperativa é oriunda dos (as) trabalhadores (as). Isto nos chama atenção porque no início do assentamento todos os (as) trabalhadores (as) obtiveram os créditos que viabilizaram a compra de gado para incentivar a produção do leite.

Alguns (as) trabalhadores (as) venderam seu gado e por este motivo não participam da produção leiteira. Isto revela a ausência de créditos e/ou a morosidade por parte do Estado no repasse dos recursos para os (as) trabalhadores (as) rurais.

Na medida em que os recursos não chegam até os assentamentos resta aos (as) trabalhadores (as) venderem os bens que possuem e nesse caso, foram gradativamente se desfazendo de seu gado.

Da produção total da COOLAGOANOVA 21,95% é oriunda da própria cooperativa, já que ela administra o gado que pertence aos (as) trabalhadores (as)³⁴. São cinco vacarias que juntas somam um total de 1800 matrizes bovinos que pertencem aos (as) trabalhadores (as).

Os 3000 hectares ocupados com o gado seriam destinados inicialmente para a produção coletiva. No entanto, como o gado não foi repassado para os (as) trabalhadores (as) a produção coletiva não existe. Notamos que há por parte de alguns (as) trabalhadores (as) uma resistência em desenvolver produção coletiva, pois é considerada como geradora de conflitos. O sentimento de individualismo ainda é presente nesses (as) trabalhadores (as).

Já os outros 64,22% da produção do leite é oriundo de pequenos produtores da região. Merece destaque esse dado, pois mais da metade do leite beneficiado pela COOLAGOANOVA é originário de produtores externos.

Dessa forma, indagamos qual a importância dessa produção para a melhoria da qualidade de vida dos (as) trabalhadores(as)? E ainda Qual o impacto desses projetos para a Reforma Agrária, já que em última instância outros sujeitos e não os (as) trabalhadores (as) estão sendo beneficiados (as) pela venda do leite, dentre os quais fazendeiros e políticos locais?

Dos (as) treze entrevistados (as) apenas cinco enviam leite para a cooperativa. Os (as) mesmos (as) argumentam que apesar de possuírem gado o número é reduzido, sendo suficiente apenas para o consumo da família. A produção diária dos trabalhadores (as) varia em torno de 11 a 30 litros por dia.

De forma geral observamos algumas diferenças significativas quanto à renda

dos (as) trabalhadores (as). Percebemos que há uma desigualdade na sua distribuição, pois os (as) trabalhadores (as) que fazem parte da diretoria da cooperativa conseguem obter uma renda significativamente superior à dos demais trabalhadores (as).

Os diretores da cooperativa conseguem alcançar uma renda mensal que varia de R\$ 200, 00 (Duzentos Reais) à R\$ 800,00 (Oitocentos Reais) ³⁵ em função de sua produção leiteira e de seu trabalho na cooperativa, já que recebem uma diária de R\$10,00 pelo acompanhamento diário das atividades da COOLAGOANOVA.

Enquanto que a renda dos (as) demais trabalhadores (as) pode variar de R\$ 60,00 (Sessenta) à R\$ 180,00 (Cento e Oitenta Reais). Um dado que se destaca na pesquisa é a presença de trabalhadores (as) que possuem aposentados nas famílias ou recebem a Bolsa-renda³⁶.

Trata-se de um programa governamental que veio substituir as frentes de emergência no qual as famílias cadastradas recebem R\$ 60,00 por mês. Em alguns casos essa é única fonte de renda dos(as) trabalhadores (as), já que estes (as) não são produtores (as) de leite e nem obtém ganhos da agricultura que possibilitem uma renda durante todo o ano.

A partir dessa realidade podemos identificar que há em Lagoa Nova uma hierarquia no que se refere a questão da renda. Temos uma diretoria que além do poder político possui condições materiais de vida mais favoráveis e como contraponto, temos o conjunto dos (as) trabalhadores (as) vivendo em condições de intensa pobreza.

Isto aponta para o estabelecimento de condições diferenciadas entre os (as)

³⁴ É preciso destacar que a pesquisa de campo foi realizada durante o mês de janeiro de 2002. No mês de março do mesmo ano o gado que estava sob a responsabilidade da cooperativa foi repassado para os trabalhadores.

³⁵ Esses valores se referem à somatória das rendas de todos os membros da família que trabalham.

³⁶ Em estudo recente os professores José Graziano (PUC/SP) e Aldenor Gomes da Silva (UFRN) identificaram o crescimento de renda originária de atividades não agrícolas no meio rural. Esse estudo analisou também que há uma relação entre a queda da renda agrícola e o aumento das aposentadorias. Em nosso estudo detectamos que além das aposentadorias hoje há destaque para o surgimento da Bolsa- renda (antigas frentes de emergência), Bolsa –escola e bolsa- alimentação. Essas bolsas fazem parte do programa de combate à pobreza do governo federal que além de não diminuírem a pobreza acabam reforçando a dependência política dos (as) trabalhadores

trabalhadores (as), provocando uma divisão entre os (as) mesmos (as). A criação de condições objetivas diferenciadas fragiliza a unidade política desses (as) trabalhadores (as) e, gradativamente vai criando uma relação de subalternidade entre diretoria e o conjunto dos (as) trabalhadores (as). Assim, destacamos que quando as condições de objetivas são desiguais a organização política pode ser ameaçada.

As estratégias de sobrevivência desses (as) trabalhadores (as) são múltiplas. Estes (as) buscam individualmente saídas para suas necessidades sociais tendo em vista o descaso do Estado com este segmento.

Um fenômeno que identificamos no caso analisado é a existência de atividades diversificadas. Quais sejam: a venda de força de trabalho para outros fazendeiros; trabalho temporário como pedreiro, servente; venda e/ou troca de pequenos animais e ainda o comércio informal dentro e fora do assentamento.

Destacamos que as condições materiais dos (as) trabalhadores (as) são bastante diferentes das “promessas” que foram divulgadas antes de sua criação.

A ausência de políticas de crédito e de assistência técnica sistemática são elementos que dificultam a permanência dos (as) trabalhadores (as) na área.

Nesse sentido, resta aos (as) trabalhadores (as) algumas opções: uma seria a busca de trabalho e renda fora do assentamento; a outra seria a longa espera pelas ações governamentais e outra seria a organização sócio-política e a vinculação com outros setores excluídos das políticas do Estado especialmente outros trabalhadores que vivenciam situações semelhantes, no sentido de mais uma vez pressionar o poder público a dar respostas para a questão agrária, que como já afirmamos anteriormente não se restringe à criação dos assentamentos. Nela estão inscritas uma série de outras questões que possibilitam a sustentabilidade, o atendimento das necessidades humanas dos (as) trabalhadores (as) assentados (as) e são, portanto as condições para sua reprodução.

A criação desse assentamento faz parte de um projeto político que vem sendo implementado pelo Estado brasileiro que influenciado pelas transformações

(as) em relação ao poder local. Essa “política” é a expressão das novas formas de constituir os velhos currais

societárias mais gerais (reestruturação produtiva e neoliberalismo) tem respondido as reivindicações dos (as) trabalhadores (as) rurais com uma proposta de “reforma agrária” mercantil.

A partir do que analisamos anteriormente em termos da relação entre Estado movimentos sociais, a implementação de projetos tais como Lagoa Nova tendem a desmobilizar os movimentos sociais e esvaziar o conteúdo político da luta pela terra, utilizando estratégias de obtenção do consenso dos (as) trabalhadores (as), o que pode leva-los (as) a passivização frente a ofensiva neoliberal.

É nesse processo que as ong's se inserem mediando interesses do Estado, dos proprietários de terra e dos (as) trabalhadores (as) rurais. Consideramos que a conquista da terra foi um avanço para os (as) trabalhadores (as), mas a forma verticalizada pela qual foi implementado o projeto resultou em uma inserção subordinada dos (as) trabalhadores (as), reforçando a condição subalternidade dos mesmos.

No entanto, essa condição vem sendo gradativamente superada através da mobilização e organização política dos (as) trabalhadores (as) no assentamento. Esse processo organizativo tem contribuído para que esses (as) trabalhadores (as) visualizem as possibilidades de uma gestão democrática.

Apesar das fragilidades e desafios a experiência de Lagoa Nova pode indicar para esses (as) trabalhadores (as) uma possibilidade de alterar essa condição subalterna através do processo de organização e luta. A luta política pode ser um momento de aprendizado, de constituição de projeto de classe e de vivência de relações mais democráticas. No entanto, há vários desafios presentes no cotidiano desses (as) trabalhadores (as) dentre os quais a ausência de políticas públicas; as questões ligadas à produção e a gestão que veremos na análise da gestão da COOLAGOANOVA.

3 COOPERATIVISMO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E LIMITES

No capítulo segundo discutiremos as cooperativas e sua importância nos assentamentos rurais como forma de trabalho coletivo. Nesse sentido, o trabalho e a gestão coletiva prescindem da capacitação dos (as) trabalhadores (as) para que estes (as) tenham o controle do empreendimento e participem efetivamente das decisões.

Nesse sentido, a capacitação é relevante como forma de habilitar os (as) trabalhadores (as) para a cooperação e a gestão democrática, mas tendo em vista as condições históricas, culturais, econômicas estes (as) não possuem tais habilidades. É nesse sentido que surge a necessidade dos assessores de forma a qualificar a atuação dos (as) trabalhadores (as) para a gestão democrática.

3.1 Cooperativismo: os desafios da produção associada na sociedade capitalista.

Para analisarmos a relação que se processa entre assessores e trabalhadores (as) rurais no processo de gestão da cooperativa, se faz necessário contextualizar o surgimento do cooperativismo e seu desenvolvimento na sociedade. Vale ressaltar que essa relação está situada no interior do cooperativismo agropecuário brasileiro e que tais fenômenos estão interrelacionados com a dinâmica da luta pela terra no Brasil e com as formas através das quais o Estado vem respondendo a Questão Agrária na contemporaneidade.

O cooperativismo surge na Europa no século XVIII e sua origem está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Nesse continente o cooperativismo surge como uma reação dos operários aos problemas sócio-econômicos gerados pelo capitalismo. Assim, as cooperativas possuíam um caráter de defesa dos interesses dos (as) trabalhadores (as) tendo em vista que neste momento esses (as) ainda não se organizavam em sindicatos.

A criação do cooperativismo no Brasil apresenta características bastante distintas daquelas que marcam seu surgimento na Europa. No Brasil, a gênese do

cooperativismo remonta ao século XIX enquanto uma promoção das elites com o objetivo de resolver os impasses de uma economia agroexportadora. O cooperativismo brasileiro se diferencia do modelo Europeu se caracterizando como uma iniciativa das elites e não dos (as) trabalhadores (as).

Dessa forma, se na Europa a criação de cooperativas se apresenta como uma iniciativa e uma reação dos (as) trabalhadores (as), no Brasil sua origem se caracteriza como uma forma de resolver os problemas econômicos da burguesia agrária. O cooperativismo brasileiro se constitui, portanto, como uma estratégia das elites para superar a crise do modelo agroexportador.

Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias brasileiras surgem na maioria das vezes atreladas aos grupos dominantes locais formados basicamente pelos grandes proprietários rurais. A partir do final da década de 1950 as cooperativas se inserem no processo de modernização em curso no setor agrícola.

No Nordeste as cooperativas agrícolas passam a fazer parte do debate da modernização nos anos 60, mas apenas em 1966 o governo, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), define uma política regional de desenvolvimento na qual as cooperativas são incluídas. Assim, através dos Departamentos Estaduais de Assistência ao Cooperativismo (DASCs) foram implementados vários programas voltados para o cooperativismo nos setores de assistência técnica, creditícia, e educacional. (RIOS, 1979).

No Rio Grande do Norte o cooperativismo surge em 1915 através do incentivo da igreja católica e posteriormente é reconhecido pelo governo. Nos anos 1960 foram atendidas pela SUDENE no Rio Grande do Norte 7 (sete) cooperativas, sendo 241 (duzentos e quarenta e um) beneficiados diretos e 1.759 (um mil setecentos e cinquenta e nove) beneficiados indiretos. (RIOS, 1979).

Inicialmente o cooperativismo norterio-grandense destinava-se as atividades voltadas ao meio rural. No entanto, atualmente este se estende ao sistema de cooperativismo de algodão, cera de carnaúba, castanha de caju, sucos de frutas tropicais, artesanato, crédito, produtos minerais, educação, eletrificação e telefonia

rural³⁷. No Rio Grande do Norte o cooperativismo também tem obtido destaque em outros setores (urbanos) como habitação, saúde, trabalho, serviços e consumo.

Segundo dados da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte (OCERN) há no estado do RN 29 cooperativas agropecuárias, sendo 190 cooperados. Os principais produtos são algodão, (em extinção), torta, leite e derivados.

Vale ressaltar que a intervenção estatal no cooperativismo nordestino não impulsiona o processo de comercialização da produção. Paradoxalmente a principal atividade das cooperativas rurais passa a ser o repasse de recursos bancários em detrimento da atividade de comercialização de seus produtos. Assim as cooperativas de trabalhadores (as) tendem a se tornarem “bancos” uma vez que se limitam ao repasse de recursos aos seus associados (as).

Conforme Rios (1979) os benefícios propiciados pelas cooperativas tem privilegiado os estratos superiores do mundo rural, principalmente os setores agro-exportadores. Assim aprofunda-se a tendência de benefício para os grandes proprietários e empresários do setor rural em detrimento dos trabalhadores (as).

Essa tendência tem se aprofundado tendo em vista a reforma do Estado e o desmonte das políticas públicas. No caso das cooperativas de trabalhadores (as) rurais estas se encontram fora da agenda governamental e a mercê das oscilações do mercado. Nesse caso os (as) trabalhadores (as) cooperativados encontram-se desprovidos de uma política de juros, de créditos e de comercialização.

A criação de cooperativas rurais de produção está relacionada à dinâmica da luta pela terra no Brasil, na medida em que a luta pela terra é também para os (as) trabalhadores (as) rurais uma luta pelo acesso ao trabalho e a produção, o que pode contribuir com a permanência desses (as) trabalhadores (as) no campo e sua reprodução social.

Nos anos 1990 com o avanço das lutas do MST pela reforma agrária, a constituição de cooperativas surge enquanto uma iniciativa dos (as) trabalhadores (as), tendo em vista suas necessidades de dinamizar a produção e a comercialização dos produtos. As cooperativas podem também representar para os

³⁷ Fonte site www.ocern.gov.br consultado em 11/07/2002.

(as) trabalhadores (as) uma das formas de ter acesso a renda, aos bens e serviços, tendo em vista que historicamente estes (as) tem sido marginalizados³⁸ (as) do processo de apropriação da riqueza socialmente produzida e das políticas de proteção social.

Na dinâmica da luta pela reforma agrária a posse da terra sinaliza para os (as) trabalhadores (as) rurais a possibilidade de uma alternativa de trabalho, produção e conseqüentemente de reprodução. No entanto, as condições de sobrevivência dos trabalhadores não estão garantidas apenas com a imissão do título de posse da terra.

O momento posterior à conquista da terra é constituidor de novas necessidades. Nesse momento, a questão da produção é de fundamental importância, pois é ao mesmo tempo a concretização da possibilidade de trabalho e a condição de permanência dos trabalhadores e de sua reprodução social no assentamento.

Após a desapropriação da terra e da criação do assentamento os (as) trabalhadores (as) passam a reivindicar ao Estado condições de garantir sua permanência na área através de medidas concretas.

Assim, as cooperativas agropecuárias surgem como fruto da necessidade de aumentar a produção agrícola e responder as demandas de reprodução dos (as) trabalhadores (as) rurais nos assentamentos. A criação das cooperativas de trabalhadores (as) coloca para o Estado a necessidade de uma intervenção no sentido de responder as demandas de políticas de crédito, de comercialização, de juros específicos para essas organizações e de capacitação para os (as) trabalhadores (as).

O Estado tem difundido um discurso de incentivo as cooperativas de trabalhadores (as), sem necessariamente desenvolver ações concretas de apoio para as mesmas.

Diferentemente da situação das cooperativas a criação de associações de produtores rurais se constitui como uma exigência governamental para que os

³⁸ Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, considerada por alguns autores como um processo de *modernização conservadora*, essa tendência de marginalização dos trabalhadores rurais é agravada.

trabalhadores (as) tenham acesso a projetos e programas tais como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF).

A iniciativa estatal de “incentivar” a organização dos (as) trabalhadores (as) em associações e cooperativas não é algo novo. Já nos anos 1980 os programas governamentais anunciavam a necessidade da “participação” dos (as) trabalhadores (as) rurais no processo de desenvolvimento da agricultura através do incentivo à criação de associações e cooperativas.

Na década de 1980, a incorporação da idéia de participação dos (as) trabalhadores (as) rurais nos programas estatais é proveniente das avaliações realizadas pelo Banco Mundial, ou seja, se trata da institucionalização da participação pelo Estado³⁹ e pelas organizações financeiras internacionais. Segundo Costa,

A participação é a fórmula a que o Estado recorre para legitimar-se, roubando à oposição política suas melhores bandeiras. A onda participacionista trazida das hostes do Banco Mundial, incorporada ao discurso técnico e das lideranças populares é fortemente assimilada no Nordeste, sobretudo quando concretamente associada à oferta de recursos financeiros, como no caso do PAPP (COSTA, 1996, p.400).

Os (as) trabalhadores (as) rurais são, dessa forma, condicionados pelo Estado a constituírem entidades jurídico-políticas para poderem se apropriar dos recursos destinados às áreas de assentamento.

Diferentemente das associações através da constituição de cooperativas pode ser concretizada a possibilidade dos (as) trabalhadores (as) produzirem e comercializarem seus produtos além da obtenção de renda.

A organização dos trabalhadores em cooperativa possibilita -lhes obter através de reivindicação junto ao Estado benefícios que dificilmente conseguiriam isoladamente. Tais benefícios vão desde equipamentos, sementes, créditos, juros reduzidos, maiores prazos de carência até melhores preços no mercado para seus produtos etc. O trabalho conjunto também pode possibilitar a esses (as) trabalhadores (as) maior poder de pressão política junto ao governo.

³⁹ Costa (1996). Esta autora aponta que nos anos 80 o Estado passa a utilizar o discurso da participação como estratégia para obter adesão dos trabalhadores aos projetos por ele implementado.

É, portanto, na cooperativa compreendida como espaço político-organizacional de convivência coletiva que os (as) trabalhadores (as) têm a possibilidade de vivenciar também novas formas de organização e gestão da produção e da força de trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo em que a cooperativa se configura enquanto um espaço de incentivo a produção e comercialização se apresenta também para os (as) trabalhadores (as) como um espaço no qual podem ser exercidas relações democráticas entre membros da diretoria e sócios (as) e entre esses (as) e os assessores.

No cooperativismo o trabalho deixa de ser realizado individualmente e passa a ser estruturado sob a forma de cooperação. A cooperação consiste “em uma forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1984, p.374).

A gestão da força de trabalho sob a forma de cooperação supõe que a relação patrão/empregado seja superada, dando origem a uma nova relação social na qual os (as) trabalhadores (as) passam a ser ao mesmo tempo, produtores e proprietários.

A organização do trabalho cooperativo confronta a antiga forma de produção capitalista, possibilitando a germinação de relações mais horizontais seja no âmbito da produção quanto da gestão e da organização da força de trabalho.

A existência das cooperativas no atual estágio da sociedade é permeada por contradições. Por um lado a organização do trabalho cooperativo supera a subordinação da relação patronal e transforma os (as) trabalhadores (as) em produtores livres e associados (as), superando nesse momento, o antagonismo entre capital e trabalho.

Mas, apesar de possibilitarem a germinação de outras relações a partir da produção, as cooperativas se encontram nos limites do sistema de relações capitalistas e estão submetidas às leis que regem esse sistema.

A existência do cooperativismo nessa sociedade é contraditória, pois no momento da produção há a possibilidade de gerir a força de trabalho superando as

relações de dominação. No entanto, nos momentos de distribuição e consumo das mercadorias as relações desiguais voltam a ser reproduzidas.

Dessa forma, a produção nas cooperativas mesmo apontando avanços nas formas de gestão da produção e do trabalho não pode ser mecanicamente compreendida como Trabalho Associado conforme expressa na tradição marxista. Conforme assinala Tonet (2001, p. 111), o trabalho associado

pode ser definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo.

A partir desta análise não podemos compreender o trabalho nas cooperativas como expressão real do trabalho associado, tendo em vista que apenas o processo de produção encontra-se sob o domínio dos (as) trabalhadores (as) e que os momentos consecutivos do processo social, ou seja, a distribuição e o consumo continuam sob o controle dos capitalistas. Vale destacar que no caso de Lagoa Nova o processo de produção ainda não se encontra sob o controle dos (as) trabalhadores (as), o que permite-nos inferir que na COOLAGOANOVA não há expressões de existência de Trabalho Associado

Podemos sinalizar, portanto, que nas cooperativas mesmo que os (as) trabalhadores (as) vivenciem relações de produção e gestão mais democráticas continuam alienados do conjunto do processo social de produção em sua integralidade. Assim, as cooperativas apesar de avançarem no campo das relações sociais de produção não se constituem enquanto uma possibilidade efetiva de superação da sociabilidade capitalista e das contradições por ela produzidas.

É necessário considerar, segundo Kaustky (1898, p.31), “que a cooperação é de grande importância para a agricultura moderna, mas não como recurso suscetível de eliminar a dianteira que a grande exploração leva sobre a pequena”.

Apontamos que a cooperação mesmo sinalizando alguns avanços em termos de relações sociais horizontais encontra limites de origem estrutural nesta sociedade. Ou seja, o próprio modo de produção que lhe dá origem confronta sua existência.

São vários os desafios com os quais as cooperativas de trabalhadores (as) rurais se defrontam, dentre os quais destacamos os limites que se encontram na esfera da circulação. Na era do livre mercado as cooperativas de trabalhadores (as) rurais encontram inúmeras dificuldades para viabilizar sua existência.

Atualmente os fenômenos de autonomização do mercado e de minimização da ação estatal estão ligadas as novas formas de acumulação do capital. O ajuste estrutural, parte constitutiva das novas estratégias de acumulação do capital, supõe a liberdade de mercado e a retirada do Estado na regulação da vida social, resultando no desmonte das políticas sociais.

No caso das cooperativas de produção rural o ajuste estrutural tem resultado na pouca ou nenhuma interferência do Estado na regulação dos preços e nas políticas de crédito, criando condições desfavoráveis para que as cooperativas de trabalhadores (as) rurais concorram com grandes empresas capitalistas em condições igualitárias, levando-as geralmente a falência, o que compromete a produção e a própria sobrevivência dos (as) trabalhadores (as) a elas ligados.

Um outro desafio posto para as cooperativas de trabalhadores (as) rurais é a busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social. As cooperativas possuem um caráter econômico na medida em que são empresas e um caráter sócio-político por buscarem o atendimento das necessidades dos (as) seus (as) sócios (as).⁴⁰

Dessa forma, o desenvolvimento econômico da cooperativa quando direcionado a melhoria de vida dos (as) trabalhadores (as), pode fortalecer sua luta política e o acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, já que não objetiva em última instância a obtenção de lucros nem acumulação de capital. O objetivo final da produção é o atendimento das necessidades dos (as) trabalhadores (as) e da sociedade além da dinamização da produção e da comercialização. Nesse sentido, o capital é fundamental enquanto um meio de responder as necessidades dos (as) trabalhadores (as) cooperados (as) e promover sua reprodução social.

⁴⁰ Ressaltamos que nos propomos a analisar as cooperativas ligadas a classe trabalhadora, particularmente àquelas existentes nos assentamentos de reforma agrária.

As organizações do tipo cooperativa se constituem enquanto “organizações de pessoas que buscam, em bases democráticas, atender às necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços” (PINHO, 1982, p. 239). No entanto, existem diferentes concepções acerca das cooperativas que vão ser incorporadas pelos diferentes agentes sociais, as quais serão expressas em distintas propostas concretas⁴¹. Aqui faremos um paralelo entre a concepção de cooperativa difundida pelo Estado e aquela defendida pelo Movimento dos Sem Terra.

Para o Estado as cooperativas se apresentam como uma entidade jurídica de caráter eminentemente econômico, ou seja, uma empresa que visa o desenvolvimento econômico dos (as) seus sócios (as).

O MST compreendendo as cooperativas de forma mais ampla institui o Sistema Cooperativista dos Assentados, no qual aponta que as cooperativas, são organizações constituídas de duas dimensões, sendo uma dimensão econômica e uma política.

Nessa perspectiva, a cooperativa além de atuar no aspecto produtivo pode também “atuar na organização política dos assentados, na conscientização e politização da base, levando a mobilização social e a *articulação*⁴² das lutas econômicas e políticas” (MST-CONCRAB, 1998, p.11).

Assim, as cooperativas devem ainda colocar sua infra-estrutura (recursos humanos e materiais), á disposição da luta política, tendo como horizontes à reforma agrária e a transformação da sociedade⁴³.

Na perspectiva do MST a criação de cooperativas pode se constituir em uma estratégia para os (as) trabalhadores (as) rurais na medida em que através delas é possível dinamizar a produção, garantir a existência e permanência do (as) pequeno (as) produtor (as) na área rural e ainda fortalecer a luta pela reforma agrária.

Essa forma de organização pode se constituir como uma estratégia também porque possibilita difundir a idéia da cooperação entre os (as) trabalhadores (as)

⁴¹ Na literatura especializada o cooperativismo pode se analisado através de três abordagens. Uma idealista, outra pragmática e ainda uma sociológica. Para um aprofundamento ver RIOS (1979).

⁴² Grifo nosso.

⁴³ MST-CONCRAB, 1998.

como uma das ferramentas de luta e resistência de sua classe. Trata-se de articular a luta pela produção às lutas políticas mais gerais da classe subalterna.

Assim, torna-se necessário que os (as) trabalhadores (as) percebam que o processo produtivo possui uma dimensão política já que envolve decisões sobre o destino da produção e da comercialização dos produtos. A produção deve ser concebida como parte da luta pela reprodução dos (as) trabalhadores (as) rurais e da sociedade em geral.

Com a constituição das cooperativas surge a necessidade de difundir entre os (as) trabalhadores (as) o sentido de cooperação e nesse momento é que se coloca a questão da capacitação. Esse é um processo complexo no qual surgem alguns desafios dos quais apontamos os seguintes.

A inserção dos (as) trabalhadores (as) rurais em um sistema cooperativo de produção requer uma nova lógica na forma de analisar e administrar a cooperativa e as relações que aí se desenvolvem, tendo em vista que agora as decisões tanto em relação à produção, a comercialização e a gestão são tomadas coletivamente.

É nesse sentido que a constituição de cooperativas necessita da capacitação de seus (as)sócios (as), com o objetivo de qualifica-los (as) para a produção, a tomada de decisões e para a gestão coletiva. A capacitação é, pois, uma das formas de habilitar os (as) trabalhadores (as) para exercerem com eficiência a gestão da cooperativa.

Dentre os desafios postos para a materialização da cooperação entre os (as) trabalhadores (as) destacamos que a própria história de expropriação dessa classe e a sua cultura se constitui em um limite para o fortalecimento da cooperativa e para a vivência da cooperação. Segundo Trindade (1993, p.77), “a rica história de luta dos camponeses apresenta traços marcantes de isolacionismo, dispersão e atomização”. Assim, a vivência da cooperação se apresenta como uma novidade para esses (as) trabalhadores (as) que ao longo de sua história estiveram expostos a sucessivos processos de marginalização e limitados às formas de produção individualizadas, ou no máximo familiares.

Estes elementos influenciam na forma através da qual os (as) trabalhadores (as) vão internalizando e vivenciando a cooperação.

Outro desafio para o fortalecimento da cooperação entre os (as) trabalhadores (as) se refere às formas pelas quais se processa a ação do Estado junto aos trabalhadores rurais. A postura autoritária, fiscalizadora e, às vezes, punitiva do Estado em relação as cooperativas através da ação de agências governamentais tais como INCRA, Banco Central e Banco Nacional de Habitação pode resultar em uma relação de tutela na qual as cooperativas se encontram dependentes do Estado. Não obstante verificamos a tentativa de cooptação dessas organizações e de seus dirigentes pelo poder público.

O caso de Lagoa Nova é uma particularidade, pois, a criação da COOLAGOANOVA resultou de uma exigência do governo e não de uma necessidade originária dos (as) trabalhadores (as). Vale ressaltar que esse processo resultou na criação de um sentimento de estranhamento entre a cooperativa e os (as) trabalhadores (as) que a compõem.

A forma verticalizada através da qual algumas cooperativas são criadas, tal como a COOLAGOANOVA, se constitui em um desafio na medida em que dificulta que os (as) trabalhadores (as) se apropriem dela e participem efetivamente de sua gestão. Em último caso esse processo fragiliza a cooperação entre os (as) trabalhadores (as), podendo resultar na cooptação dos (as) mesmos(as) e levá-los (as) a uma condição de passivação em relação as políticas estatais.

As cooperativas agropecuárias surgem na maioria das vezes atreladas aos grupos dominantes locais formados basicamente pelos grandes proprietários rurais. Nesse caso, a criação de cooperativas rurais passa por um processo no qual desde sua gênese elas já sejam dependentes, passando a ser apadrinhadas pelos grupos dominantes ou por órgãos ligados ao governo.

Esse processo resulta na transferência “para dentro da cooperativa das mesmas relações de dominação, de paternalismo, de caciquismo político existentes fora dela” (PINHO,1982, p.166).

Vale ressaltar que no caso do nordeste brasileiro esta situação se complexifica e é superdimensionada tendo em vista a presença marcante da herança da política dos coronéis na qual predominavam o mandonismo, o clientelismo e política do favor.

Estas são, portanto, algumas das bases de criação de um vínculo de dependência das cooperativas de trabalhadores (as) rurais em relação à classe dominante que se faz presente desde seu nascedouro, o que torna difícil que elas encontrem possibilidades de se constituírem como entidades autônomas, em relação aos agentes externos seja o Estado, às elites políticas ou econômicas, as ong's, a igreja, o sindicato etc, aprofundando a tendência histórica de subalternidade dos (as) trabalhadores (as) rurais.

No caso da Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova as determinações históricas mais amplas, dentre as quais se destacam as novas estratégias de reprodução ampliada do capital das quais deriva o ajuste estrutural que vem resultando na progressiva retirada do Estado na condução da gestão social, vulnerabilizando as condições de existência dessa cooperativa.

A essas determinações mais gerais some-se as formas de constituição da COOLAGOANOVA que geraram uma relação contraditória de dependência dos (as) trabalhadores (as) em relação ao Estado e a outros agentes externos tais como bancos e poder político local. Nessa perspectiva, a ausência de uma capacitação politécnica é um desafio para a inserção dos (as) trabalhadores (as) em um processo de produção associada.

3.2 Os Desafios de uma gestão democrática na COOLAGOANOVA

A Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova (COOLAGOANOVA) está localizada à margem da Br 304, Km 81 município de Riachuelo/RN.

O município de Riachuelo encontra-se na região agreste do estado do Rio Grande do Norte e é o segundo município mais importante da região do Potengi. A população desse município é 5.332 habitantes, estando distribuídos 35% na área rural e 65% na área urbana. A produção leiteira é uma das principais atividades econômicas do município, atentando para o fato que Riachuelo é responsável por 5% da produção de leite da região agreste e esta representa 21% da produção de todo estado.

O assentamento Lagoa Nova através da COOLAGOANOVA tem uma participação considerável na economia de Riachuelo, tendo em vista a atividade de beneficiamento de leite. Para termos uma noção da importância da produção da COOLAGOANOVA para este município até o ano de 1998 esta representava metade da produção leiteira municipal, incluindo entre os distribuidores além dos (as) trabalhadores (as) assentados (as) em Lagoa Nova produtores (as) de Riachuelo.

Como sinalizamos anteriormente a Lanila antes de ser transformada na COOLAGOANOVA se constituía em um Complexo Agroindustrial em funcionamento desde 1982. A sua transformação em cooperativa foi uma exigência feita pelo INCRA para que a empresa fosse adquirida pelos (as) trabalhadores (as) e passasse a ser gerida de forma coletiva pelos mesmos (as).

O processo de transição da Lanila previa que suas atividades produtivas fossem continuadas de forma a garantir tanto a sobrevivência dos (as) trabalhadores (as) quanto a geração de recursos para o pagamento das dívidas contraídas com a sua compra.

A COOLAGOANOVA detém um patrimônio que consta de uma usina de beneficiamento de leite e derivados; uma destilaria de cachaça e uma fábrica de ração. Porém, atualmente apenas a usina encontra-se em funcionamento⁴⁴.

A compra da empresa e do patrimônio que esta dispõe gerou para os (as) trabalhadores (as) uma dívida da ordem de três milhões de reais, ficando cada sócio com um saldo devedor de aproximadamente nove mil reais. Essa dívida teria um prazo de carência de dez anos e seria paga com o faturamento da cooperativa.

No processo de constituição do assentamento Lagoa Nova a aquisição de uma cooperativa em pleno funcionamento apontava para os (as) trabalhadores (as) a possibilidade de se apropriar de um processo de produção que já estava em curso. Nesse caso, os a infraestrutura necessária ao início da produção seria dispensável. A existência da infraestrutura de produção confirmava a necessidade de capacitação dos (as) trabalhadores (as) para gestão da produção.

⁴⁴ Isto se deve ao fato de que a vigilância sanitária ao fazer averiguações condenou as condições de higiene da fábrica, tendo em vista a os riscos de contaminação do leite pelas outras unidades de produção.

Um outro elemento favorável à aquisição da cooperativa se refere à existência de um mercado consumidor estável. Esse mercado compreendia o governo do estado através do Programa do Leite⁴⁵ e algumas padarias, sobretudo na região metropolitana de Natal.

Portanto, restariam para os (as) trabalhadores (as) apenas as preocupações relativas à gestão da cooperativa, tendo em vista que ela possuía um processo de produção e de comercialização em funcionamento.

A aquisição da COOLAGOANOVA transformou a experiência do assentamento Lagoa Nova em um projeto “piloto” experimental, que segundo o INCRA, poderia ser implantado em outras áreas de assentamento.

Esse processo apresentava inicialmente inúmeras vantagens para os (as) trabalhadores (as). Estes teriam ao mesmo tempo terra, trabalho e renda sem a necessidade de embates políticos com o Estado ou com proprietários.

A forma como se deu o processo de transição da Lanila sinalizava boas condições de vida para os (as) trabalhadores (as), além de significar um avanço em termos das políticas direcionadas a “reforma agrária” realizada pelo Estado.

A implementação de um modelo de gestão democrática seria o único desafio desta experiência, tendo em vista que as condições materiais estavam garantidas.

Nesse sentido, o imperativo seria a necessidade de superar o antigo modelo de gestão empresarial até então existente e implantar um modelo de gestão coletiva. A mobilização e a organização dos (as) trabalhadores (as) para a cooperação seria a única tarefa a ser realizada.

A existência de um processo de produção em curso, o mercado consumidor estável, a presença de assessores e os juros reduzidos se constituíam como elementos que conspiravam a favor dos (as) trabalhadores (as).

Lagoa Nova poderia, portanto, ser considerado como o modelo ideal de assentamento de reforma agrária a ser implementado pelo Estado em situações semelhantes.

⁴⁵ Trata-se de um programa do governo do estado do Rio Grande do Norte, no qual é distribuído diariamente um litro de leite para as crianças em processo de desnutrição. A produção da COOLAGOANOVA para o referido programa representa 4% do total do leite que é repassado por todos os produtores para o governo.

Paradoxalmente as tendências positivas não se confirmaram. Já no primeiro ano de existência, em função dos drásticos cortes orçamentários efetuados pelo Estado destinados a assistência técnica⁴⁶ os primeiros problemas começam a aparecer.

A presença de uma assessoria sistemática na cooperativa além de ser uma necessidade dos (as) trabalhadores (as) era também uma condição imposta pelo Banco do Nordeste que financiava o projeto.

Como apontamos no capítulo anterior a AACC foi a entidade convidada a realizar o processo de assessoria na COOLAGOANOVA. Nesse sentido, foi efetivado um compromisso entre o INCRA e a AACC no qual ficaria a cargo desta última “a elaboração de um programa de assessoramento técnico, gerencial e de capacitação, a ser realizado após a etapa de transição até que haja auto-sustentação do assentamento” (DINIZ, 1998, p.33).

A partir do final de 1999 com a crise do Lumiar os recursos destinados a assistência técnica começam a ficar escassos. Ou seja, a partir desse momento o governo passa a não cumprir o compromisso de viabilizar a ação da assessoria através de recursos públicos.

Dessa forma, a equipe de assessores é forçada a deixar a área, comprometendo a capacitação dos (as) trabalhadores (as) e a eficácia da produção, da gestão, a existência da cooperativa e consequentemente a reprodução dos (as) trabalhadores (as) que apostaram no êxito de tal experiência.

A saída dos assessores da COOLAGOANOVA gerou alguns problemas e aprofundou outros. Os problemas de ordem gerencial somaram-se aos de ordem política e organizacional. A partir de então, as fragilidades da experiência considerada como “modelo piloto” começam a ser identificadas. Apesar de suas particularidades e singulares a realidade da COOLAGOANOVA é semelhante a de um sem números de cooperativas de trabalhadores (as) rurais que sem uma política eficiente de assistência técnica, créditos e preços entram em crise e caminham para a falência.

⁴⁶ Este processo está ligado ao contexto do fim do Programa Lumiar conforme tratamos no capítulo anterior.

A COOLAGAOANOVA como as demais cooperativas de trabalhadores (as) necessita de assessoria para a capacitação dos (as) trabalhadores (as), dinamização da produção e da gestão, mas o fato de ser esta um complexo agroindustrial aprofunda essa necessidade.

Cabia a assessoria o desafio de concomitantemente gerenciar junto com os trabalhadores o empreendimento e contribuir com a inserção dos (as) trabalhadores (as) em um processo de gestão democrático.

É preciso considerar que a forma como foram criados o assentamento e a cooperativa não contemplou a efetiva participação dos (as) trabalhadores (as). Assim, a responsabilidade de instaurar as bases de uma gestão coletiva e a difusão da idéia de cooperação ficou também à cargo dos assessores.

Logo, inferimos que a saída dos assessores da gestão da COOLAGOANOVA está relacionada ao processo de desresponsabilização do Estado na condução das políticas macrossociais econômicas face as orientações contidas no ajuste estrutural brasileiro.

Nesse momento notamos a extrema dependência dos (as) trabalhadores (as) em relação aos assessores já que com a saída destes os (as) trabalhadores (as) encontram inúmeras dificuldades na gestão da cooperativa e das relações sociais. Essa realidade expressa que em alguns momentos as antigas relações de submissão são reproduzidas. Ao analisar a relação entre assessores e trabalhadores um ex-assessor assinala que,

No caso de Lagoa Nova essa relação foi acontecendo e não tinha muita confiança no começo por causa da nossa forma de chegada. Primeiro você tinha uma estrutura toda centralizada em um cara [Sic] que mandava e desmandava e que pra ele agricultor só sabia de duas coisas: sim e não. Então em função de como foi feito o processo o produtor passou a ver a gente (assessores) como uma substituição de Bira Rocha [ex-proprietário]. (Assessor).

Vale notar que esse processo de reprodução das velhas relações de dependência está relacionado à histórica sujeição dos (as) trabalhadores (as) rurais frente aos patrões com os quais estabeleciam relações de submissão e obediência. Em Lagoa Nova esse processo é agudizado em virtude da ausência de luta política

e a forma vertical de constituição do assentamento na qual os assessores aparecem como substitutos do antigo patrão com quem os (as) trabalhadores (as) se relacionavam em uma posição subalterna.

Nesse sentido, através do projeto Lumiar os assessores desenvolveram (entre 1998-2000) em Lagoa Nova um processo de assessoramento que contemplava ações voltadas para a gestão da cooperativa, a elaboração de projetos produtivos e ainda o acompanhamento de questões ligadas ao desenvolvimento político do assentamento (formação de associações nas agrovilas; subsídio ao processo eleitoral dos dirigentes; socialização das informações, descentralização das decisões e do patrimônio da cooperativa e, sobretudo, à capacitação dos (as) trabalhadores (as) para gestão democrática da cooperativa e do assentamento.

O esboço dessa realidade confirma a importância da assessoria no sentido de contribuir para que os (as) trabalhadores (as) sejam capacitados para a gestão coletiva da COOLAGOANOVA, já que esse caso revela uma relação de tutela estatal aliado ao fato de que os mesmos não tiveram participação nas decisões quanto a sua criação. Porém, a saída dos assessores da área estancou o processo de gestão e de capacitação que estava sendo realizado junto aos trabalhadores (as).

Na realidade do assentamento Lagoa Nova os efeitos do fim do Lumiar foram imediatos. Do ponto de vista da gestão surgiram alguns problemas tais como a estagnação do projeto de construção da nova usina que possibilitaria viabilizar a diversificação da produção e a conquista de novos mercados consumidores. Os (as) trabalhadores (as) objetivam através da ampliação da usina inserir no mercado além do leite produtos dele derivados, como iogurte, manteiga e queijo. A saída dos assessores resultou na quebra do processo pedagógico que estava em curso.

A conjuntura desfavorável a partir do ano 2000 em função da ausência de recursos e de assessoria faz com que a COOLAGOANOVA apresente sinais de crise. Nesse momento restringe seu mercado e deixa de distribuir leite para as padarias da grande Natal e passa a depender exclusivamente do programa governamental.

Este aspecto se constitui em um elemento que compromete a sustentabilidade da cooperativa. Podemos analisar dessa forma que a

COOLAGOANOVA se encontra na contramão do processo de acumulação capitalista, da busca pela expansão e “globalização” dos nichos de mercado, pois a ausência de uma estrutura produtiva e gerencial que permita competir no mercado com outras empresas que tenham condições mais favoráveis compromete sua existência e a reprodução dos (as) trabalhadores (as) a ela vinculados (as).

A vinculação e a dependência da COOLAGOANOVA em relação a um projeto governamental geram não só comprometimentos de ordem econômica como também comprometimentos de ordem política, pois a existência da COOLAGOANOVA acaba estando ligada ao jogo de forças políticas regionais fortemente marcado pela política do favor, do clientelismo e do apadrinhamento. Vale ressaltar que estas forças políticas hoje hegemônicas no Rio Grande do Norte em nível estadual e municipal representam os segmentos mais conservadores da sociedade e que buscam reproduzir as relações de privilégios políticos para se perpetuarem no poder.

Precisamos considerar que o ano de 2002 será um momento de definições para a COOLAGOANOVA, pois haverá eleições para governador e dependendo do resultado da correlação de forças políticas em nível local e regional a cooperativa pode vir a perder o único mercado consumidor que possui. Isso denota as fragilidades da COOLAGOANOVA diante das mudanças políticas regionais, assim como sua fragilidade diante das oscilações do mercado.

A nossa pesquisa de campo identificou um elemento que complexifica ainda mais a existência desta cooperativa. Ela encontra-se ligada ao Sindicato de Laticínios do estado do Rio Grande do Norte, ou seja, o sindicato dos empresários do setor laticinista. Essa vinculação é oriunda da administração do antigo proprietário em virtude deste ocupar o cargo de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN). Em contraposição à vinculação da COOLAGOANOVA com o sindicato patronal identificamos que seus (as) sócios (as) são vinculados ao Sindicato dos (as) trabalhadores (as) rurais.

Esse elemento nos leva a refletir sobre as possibilidades de uma cooperativa de trabalhadores (as) encontrar as bases de uma gestão autônoma e democrática,

estando vinculada à burguesia empresarial e ao jogo do mercado capitalista. Esta é uma das contradições identificadas nesta experiência.

Quanto à organização sócio-política foi possível identificar alguns complicadores. Entendendo que na cooperativa as relações de antagonismo e subordinação na esfera da produção são superadas, poderíamos supor que ela seria, em tese, um espaço profícuo para a vivência de relações democráticas.

Contudo, as contradições existentes na sociedade e a própria história de criação deste projeto de assentamento não têm contribuído com a criação de relações mais horizontais. Os problemas de ordem política estiveram presentes desde o início do assentamento, pois o fato dos (as) trabalhadores (as) não participarem das negociações em torno de sua criação resultou em uma inserção subordinada dos mesmos.

Nesse sentido, o incentivo ao protagonismo dos (as) trabalhadores (as), a socialização das informações e a mediação da relação entre o conjunto dos (as) trabalhadores (as) e a cooperativa se constituíam como as ações realizadas também pelos assessores.

O caso de Lagoa Nova apontava para a assessoria um duplo desafio de garantir a viabilidade econômica da cooperativa e ao mesmo tempo contribuir com sua gestão democrática, capacitando os (as) trabalhadores (as) para participarem efetivamente desse processo.

Dada a complexidade da experiência do projeto Lagoa Nova os assessores nos primeiros momentos após a criação do assentamento se debruçaram nas questões relativas à gestão da cooperativa, direcionando sua intervenção na perspectiva de dinamizar suas atividades de forma a garantir sua viabilidade econômica. É preciso destacar que o assentamento Lagoa Nova foi criado em 1998, mas os (as) trabalhadores (as) apenas passaram a morar nele a partir de outubro de 1999 quando as primeiras casas ficaram prontas.

Porém ao longo do tempo a priorização da COOLAGOANOVA gerou um paradoxo. Constatamos no decorrer da pesquisa a existência de um fosso entre cooperativa e trabalhadores (as) e uma distância entre a diretoria da cooperativa e o conjunto dos (as) trabalhadores (as).

A COOLAGOANOVA apresenta um status de empresa consolidada, obtendo uma arrecadação significativa enquanto que a maioria de seus sócios encontra-se em situação de extrema pobreza.

O faturamento mensal da COOLAGOANOVA é da ordem de R\$ 100.000 (Cem Mil Reais) obtido através da venda do leite, enquanto que a renda média dos (as) trabalhadores(as) varia entre R\$ 60,00 (Sessenta Reais) e 180,00 (Cento e Oitenta Reais). A existência da COOLAGOANOVA não alterou as condições de vida dos (as) trabalhadores (as) além de não ter gerado renda para estes (as), fazendo com busquem outras alternativas de obtenção de renda conforme assinalamos no capítulo anterior.

Ao analisarmos essa realidade identificamos na prática dos assessores o predomínio de uma visão economicista, fragmentando a política e a economia. Essa visão fragmentada da realidade baseia-se na idéia de que a garantia das condições objetivas implicaria que a questão das relações sociais seria resolvida automaticamente.

Contrariando essa tendência consideramos que a realidade é uma totalidade concreta, portanto suas dimensões estão organicamente articuladas. A produção e a reprodução são constitutivas de uma mesma realidade e não dois momentos estanques.

Dessa forma, garantir para os (as) trabalhadores (as) a questão da produção e em um segundo momento trabalhar a reprodução (onde se situam a educação, a cultura, saúde, habitação dentre outros) implica em fracionar a realidade de vida dessa classe e não contribuir para que esta avance no plano político-organizativo.

No caso da produção associada não é apenas a forma de produzir que garantirá a melhoria de vida desses (as) trabalhadores (as), mas também as relações que eles (as) estabelecem tanto no momento da produção quanto em outras esferas da sociedade.

Na realidade da COOLAGOANOVA apesar das condições objetivas serem favoráveis a gestão democrática ainda se constitui em um desafio. O caráter democrático de uma cooperativa dentre outros fatores “deve ser avaliado pela densidade de livre circulação de informação destinada ao societariado, e nas

oportunidades que lhe são dadas para reagir e intervir na definição das grandes linhas de ação” (LAIDLAW,1980, p.4).

Constatamos que a questão das informações se constitui em um fator de distanciamento entre o conjunto dos (as) trabalhadores (as) e a COOLAGOANOVA. O depoimento de um dos entrevistados revela esse distanciamento:

Rapaz, umas notícias chega, outras não chega. Não tem quem oriente lá não. Pra cá não. Às vezes a gente sabe de uma notícia quando tem uma reunião, quando vai pra lá. Às vezes a gente sabe. Essa cooperativa aí é muito desligada aqui... pelo menos as agrovila, era pra ter uma assistência, uma pessoa assim pra indicar pra nos noticiar de lá, né! O que acontece por lá, chega aqui é difícil chegar; chega uns, outros não. Às vezes acontece coisa lá que a gente nem sabe. Quando dá fé já está feito e assim por diante, né (ENTREVISTADO 9).

Esse distanciamento entre a COOLAGOANOVA e os (as) trabalhadores (as) se deve ao fato de não haver uma socialização das informações quanto a condução da gestão na cooperativa. Esse elemento revela a importância da comunicação e da informação para a democratização dos bens e serviços produzidos na sociedade.

Precisamos esclarecer que após a saída da AACC no início do ano 2000 a COOLAGOANOVA passou por um período no qual esteve sem assessoria sistemática e durante um intervalo de aproximadamente um ano os dirigentes da COOLAGOANOVA, apoiados pelo INCRA e FETARN, foram responsáveis pela gestão da cooperativa. É nesse momento que a gestão democrática encontra maiores entraves.

Se nos primeiros momentos havia um esforço dos assessores em contribuírem com a socialização das informações, com a democratização das decisões e com a horizontalização das relações este processo é freado com sua saída, confirmando e aprofundando a dependência dos (as) trabalhadores (as) em relação aos assessores.

Atualmente as informações do que acontece na cooperativa não chegam nas agrovilas. Os dirigentes da cooperativa se comprometeram durante a última campanha eleitoral em realizar permanentemente reuniões para socializar as informações e decisões em torno da cooperativa e do assentamento. O compromisso firmado pela atual diretoria não vem sendo cumprido, o que tem

causado insatisfações nos (as) trabalhadores (as).

Os (as) entrevistados (as) relatam que as poucas informações sobre a cooperativa chegam através de boatos que circulam no assentamento. Ressaltam também que os dirigentes apenas quando pressionados fornecem algumas informações acerca da gestão da entidade.

Consideramos que estas ações da diretoria revelam uma postura de centralismo de informações e de autoritarismo- o que impede uma aproximação entre a cooperativa e os (as) trabalhadores (as) e a constituição de uma gestão democrática já que o conjunto dos sócios não têm participação nas decisões. O depoimento a seguir confirma a postura autoritária através da qual os dirigentes vem gerindo a COOLAGOANOVA

Nós não somos sócios da cooperativa, todos trezentos ?!! Se eles (os diretores) planejam uma coisa lá eles tinham que convocar os assentados né pra decidir, pra fazer aquilo se dá certo ou não, mas quando querem fazer uma coisa eles metem a cara e fazem mesmo. Quando pensa que não eles já tem feito (ENTREVISTADO 9).

A forma como vem sendo realizada a gestão da COOLAGOANOVA tem resultado no estabelecimento de uma hierarquia entre os (as) trabalhadores (as). Nos chama atenção o depoimento de um dos entrevistados, no qual ele denomina os dirigentes de “chefes” da cooperativa, afirmando ainda que todas as decisões acerca da gestão são tomadas por esses supostos chefes.

Vale ressaltar que em alguns momentos este entrevistado confunde o papel dos dirigentes da cooperativa e dos assessores e também se dirige aos assessores como chefes. Este entrevistado revela uma posição de subalternidade, pois em sua concepção todos aqueles que ocupam cargos de direção são seus superiores. A visão desse entrevistado revela a cultura da obediência cega muito presente nos (as) trabalhadores (as) rurais, sobretudo naqueles situados no nordeste brasileiro no qual a política dos coronéis ainda existe.

Isto nos faz refletir sobre os desafios de construção de novas relações sociais através do cooperativismo numa sociedade marcada por relações de exploração e dominação.

No caso de Lagoa Nova esses desafios se complexificam tendo em vista a

forma como a COOLAGOANOVA foi criada e a postura autoritária dos dirigentes na sua gestão.

Contraditoriamente verificamos nesta experiência a reprodução das relações de dominação vigentes na sociedade nas quais os dirigentes da cooperativa agem como patrões ou chefes e os (as) trabalhadores (as) respondem como subordinados, quando na verdade estão todos em uma posição desprivilegiada socialmente frente à classe dominante.

Esse processo revela a forma pela qual os vícios da sociabilidade do capital são reproduzidos no assentamento. Os (as) trabalhadores (as) rurais submetidos (as) historicamente a vivenciar relações de subalternidade acabam não encontrando diferenças em uma experiência que poderia construir relações mais horizontais e democráticas. A subordinação dos (as) trabalhadores (as) pode ser imposta tanto através do consenso quanto através da violência.

No projeto de constituição do assentamento Lagoa Nova foram elaboradas estratégias de democratização das decisões. As associações surgem como o papel de socializar informações e de descentralizar as decisões, mas em virtude de uma forte concentração de informações que ocorre inicialmente dentro da cooperativa essas entidades não tem conseguido concretizar seus objetivos de democratizar a gestão da cooperativa e do assentamento.

Porém, é preciso destacar que nas associações observamos maior participação dos (as) trabalhadores (as) e relações mais democráticas.

Quanto às assembleias identificamos que apesar de existirem e serem concebidas pelos (as) trabalhadores (as) como momentos de deliberações coletivas e de democratização do poder elas não tem conseguido contribuir com a participação efetiva dos (as) mesmos (as) nos processos decisórios da COOLAGOANOVA.

A realização das assembleias não tem uma frequência regular, apesar de ter sido plataforma de campanha da atual diretoria da cooperativa. Notamos também que elas não assumem seu papel de ser um momento de deliberação coletiva, pois, segundo os (as) entrevistados (as), algumas decisões não são tomadas nas assembleias. Estes momentos têm servido apenas para prestação de contas da

cooperativa anualmente. A maior parte das decisões são tomadas pelos dirigentes sem participação dos (as) sócios (as).

Observamos que durante as assembleias não há participação do conjunto dos (as) trabalhadores (as). Apenas a diretoria da cooperativa e alguns convidados tais como representantes do sindicato de trabalhadores (as) rurais, dos bancos financiadores (Banco do Brasil e do Nordeste) prefeitos e vereadores ligados ao poder local costumam falar durante estes eventos. A influência e relação dos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova com o poder local derivam do fato que esse assentamento atinge geograficamente os municípios de Riachuelo, Bento Fernandes e Ilmo Marinho. Isto resulta em uma influência política desses municípios na vida dos trabalhadores (as), seja através dos serviços públicos de saúde, educação, assistência, transporte seja através do voto nos períodos eleitorais.

Constatamos que os (as) trabalhadores (as) apesar de não concordarem com a condução da gestão não manifestam publicamente sua insatisfação. Apenas em momentos pontuais alguns dos (as) trabalhadores (as) fazem uma crítica ou questionamento a diretoria da COOLAGOANOVA quanto a sua postura autoritária.

No momento das entrevistas ao indagar essa postura dos (as) trabalhadores (as) eles (as) revelam que sua indignação não encontra eco e por isso acabam se calando diante da situação. Um entrevistado argumenta em seu depoimento que não fala nas assembleias porque o ponto de vista de uma única pessoa não tem impacto, além do fato de que muitas vezes quando tomam conhecimento das decisões estas já têm sido tomadas.

Tal depoimento deixa claro que os (as) trabalhadores (as) têm sido alienados de seu patrimônio coletivo, na medida em que não são comunicados(as) da compra e venda de bens que se encontram sob a responsabilidade da COOLAGOANOVA.

Outro aspecto relevante que observamos foi a posição ocupada pela única mulher a compor a diretoria, sobretudo no momento da realização das assembleias. Apesar de apontar um avanço na participação política das mulheres no assentamento, detectamos através de seu depoimento, que durante as assembleias lhe é designada a tarefa de arrumar e organizar os (as) participantes. Isto retrata que a divisão das tarefas na diretoria da COOLAGOANOVA sinaliza a presença da

questão de gênero nestas relações.

Na medida em que a mulher desenvolve no espaço público apenas as tarefas que lhe são atribuídas no espaço privado temos a desigualdade nas relações de gênero. No referido caso, a mulher está ocupando posição subalterna também no exercício da política. Esse é mais um traço cultural das relações produzidas sob os marcos do capital e que são agudizadas no contexto da região nordeste do Brasil, haja vista a forte influência do machismo. Essa realidade permite-nos inferir que no assentamento Lagoa Nova as relações de gênero também não são democráticas.

Ao indagar os (as) entrevistados (as) acerca da relevância da COOLAGOANOVA notamos que para eles (as) esta entidade não possui uma importância significativa, pois argumentam que até agora não tiveram nenhum benefício de sua parte tal como foi anunciado no momento de sua criação.

Além deste elemento notamos que para seus (as) sócios (as) a COOLAGOANOVA não passa de uma entidade formal na qual estes (as) trabalhadores (as) não se reconhecem. Na verdade existe uma relação de estranhamento entre cooperativa e trabalhadores(as). Ao indagar os (as) entrevistados (as) sobre sua participação na cooperativa estes responderam em sua maioria que não têm participação efetiva no processo de gestão da COOLAGOANOVA.

Este depoimento retrata a ausência de legitimidade da cooperativa frente aos trabalhadores: “eu não tenho nenhuma participação na cooperativa. Pra mim ela nem existia. Já tinha fechado... Se eu pudesse já tinha fechado”. (ENTREVISTADA 7).

Esses elementos levam-nos a considerar que se trata de uma relação exteriorizada na qual há apenas um vínculo formal entre a cooperativa e os assentados e que o modelo de gestão em curso não pode ser considerado como um modelo de gestão coletivo sob bases democráticas.

Já no que se refere às associações existentes nas agrovilas estas parecem mais importantes para os (as) trabalhadores (as). Isto revela uma proximidade entre os (as) mesmos (as) e a associação, tendo em vista que nelas esses (as) trabalhadores (as) têm a possibilidade de influenciar mais diretamente seja nas

eleições seja nas decisões quanto aos projetos por elas implementados e na sua gestão. A criação das associações possibilitou aos (as) trabalhadores (as) terem acesso aos serviços de água, eletrificação, tratores dentre outros e gerir coletiva e democraticamente esses bens.

A estrutura organizacional mais simples das associações favorece a participação das bases e estas podem influenciar mais diretamente na sua gestão, possibilitando uma aproximação entre sócios(as) e entidade, o que se torna mais difícil no caso das cooperativas tendo em vista a complexidade das relações de produção e gestão dessas organizações.

As associações são consideradas pelos (as) entrevistados (as) como espaços nos quais podem ser buscados recursos, melhorias para a agrovila e para o assentamento; espaços de resolução dos problemas do assentamento; de divisão de responsabilidades com a cooperativa; espaços de prestação de serviços e administração de bens, bem como espaço de circulação de informações para os trabalhadores.

Através da análise dos depoimentos constatamos que há uma articulação entre a presença dos assessores e a gestão democrática da COOLAGOANOVA e das associações, sobretudo no que se refere à questão da democratização das informações.

Em alguns depoimentos os (as) entrevistados (as) afirmam que no momento em que a AACC estava atuando na gestão da COOLAGOANOVA as informações circulavam no assentamento. Isto pode nos revelar uma das atribuições da assessoria qual seja contribuir para a democratização do poder através da socialização do conhecimento, das informações o que em alguns casos pode contribuir com uma gestão democrática.

Esta realidade aponta uma contradição, pois na medida em que a ação dos assessores pode contribuir com uma gestão mais democrática em alguns momentos eles assumem o lugar dos (as) trabalhadores (as), o que termina mantendo e alimentando o vínculo de dependência dos (as) trabalhadores (as), pois as relações democráticas apenas ocorrem quando os assessores estão presentes.

No caso de Lagoa Nova a questão das informações aparece como privilégio

de poucos, o que causa uma situação de incômodo e indignação no conjunto dos (as) trabalhadores (as).

Em meio ao conjunto das entrevistas encontramos o depoimento de um único trabalhador que se sente contemplado com a atual gestão da cooperativa. Trata-se de um sujeito que desfruta do privilégio de informações e possui ainda certa influência nas decisões tomadas pelo presidente da COOLAGOANOVA. O entrevistado afirma que,

Pelo menos eu sei (das informações) porque quase todo dia eu me sento com o presidente e converso com ele. Eu converso muito com eles. Às vezes ele também me escuta muito e a gente se dá muito bem. Com relação a esse intercâmbio entre ele e eu, o que se passa lá eu sei. As decisões que ele (o presidente) toma ou vai tomar ainda às vezes, ele já conversa comigo antes de ir para a mesa (ENTREVISTADO 5).

Este depoimento retrata a diferenciação com a qual os dirigentes da cooperativa tratam alguns (as) trabalhadores (as), dando-lhes privilégio de informação e decisão quanto à gestão da cooperativa. Vale destacar que esse entrevistado possui relações de amizade com o presidente da COOLAGOANOVA.

O encaminhamento que vem sendo dado pela diretoria da cooperativa no caso das informações reproduz a estrutura da centralização do poder via concentração de informações. É uma relação de poder na qual as informações são apropriadas por um segmento, reforçando a subordinação através da privação do acesso ao conhecimento. Conhecimento esse que poderia contribuir para democratizar as relações no momento da gestão da COOLAGOANOVA.

Estas práticas seguem a mesma lógica das relações sociais nos marcos da sociedade capitalista, na qual a apropriação da riqueza socialmente produzida é concentrada por poucos. No caso da classe subalterna e particularmente no caso estudado as informações se constituem como uma das ferramentas de luta desta classe e por este motivo devem ser amplamente socializadas.

Na medida em que os (as) trabalhadores (as) são privados (as) do conhecimento a respeito do funcionamento, do faturamento e da dinâmica da cooperativa estão submetidos a um processo de alienação. Segundo Lessa (2001, p. 99), Alienação ou Estranhamento compreende “o complexo de relações sociais,

que a cada momento histórico, consubstancia os obstáculos socialmente produzidos para o pleno desenvolvimento humano-genérico.

No contexto da luta pela reforma agrária e dos demais direitos sociais a privação das informações é algo arbitrário que vai de encontro com a democracia. Por outro lado a trajetória de vida desses (as) trabalhadores (as), sua socialização, a ausência de espaços de vivência da democracia faz com que reproduzam tais posturas mesmo estando em um espaço potencial de construção de outras relações. Estamos falando aqui de relação intraclasse na qual os traços da sociabilidade capitalista também se reproduzem.

As relações vivenciadas antes da vinda para o assentamento acabam sendo trazidas para seu interior. Essas práticas são um reflexo da forma como historicamente a classe subalterna vem sendo tratada seja pela classe dominante, seja pelo Estado com a privação dos direitos, da riqueza e também das informações, do conhecimento.

Desta forma, apenas através da constituição de uma nova cultura e da reelaboração de sua visão de mundo que a classe subalterna pode visualizar estratégias de superação das relações que a sociabilidade capitalista insiste em reproduzir e perpetuar mesmo em espaços potenciais de construção de relações democráticas e se tornar dirigente e dominante.

A organização e pressão política pela transparência nas ações da diretoria da COOLAGOANOVA e pela participação efetiva de todos (as) na gestão da cooperativa que esses (as) trabalhadores (as) poderão visualizar possibilidades de estabelecerem relações democráticas. As relações democráticas se fazem necessárias para que esses (as) trabalhadores (as) possam confrontar as relações de subalternidade, hierarquia e favoritismo, visualizando as possibilidades de sua superação.

É nesse sentido que a capacitação é relevante de forma a contribuir para os (as) trabalhadores (as) compreendam a importância de vivenciarem relações a partir de referenciais de igualdade, democracia, participação efetiva e práticas autônomas.

3.3 A gestão da COOLAGOANOVA e a mediação dos assessores

No que se refere à assessoria o Projeto de Assentamento Lagoa Nova atualmente vem sendo acompanhado por duas entidades de forma mais sistemática.

O Centro de Estudos e Assessoria Aplicados ao Desenvolvimento (CEAAD)⁴⁷ é uma organização não governamental que atua no estado do Rio Grande do Norte desde 1997 na prestação de serviços comunitários em áreas de assentamento e em comunidades rurais.

Os recursos que viabilizam a atuação do CEAAD são oriundos de convênios firmados com o Estado, através do INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Serviço Brasileiro de Apoio a Empresa (SEBRAE), FETARN dentre outros.

O CEAAD possui como eixo central de atuação a dinamização da agricultura familiar e sua missão é “dar uma sustentabilidade ao homem do campo através da agricultura familiar” (Entrevista com assessor da entidade).

A entidade atua junto aos (as) pequenos (as) produtores (as) rurais assentados (as) ou não, desenvolvendo atividades de produção agrícolas e não agrícolas, bem como na gestão de associações e cooperativas. Nesse sentido, os principais instrumentos de trabalho são a elaboração de diagnósticos, planos, projetos de investimento e custeio e qualificação profissional.

A entrada desta entidade em Lagoa Nova se deu através da FETARN. Através de contatos com o Pólo sindical da região do Potengi os (as) trabalhadores (as) convidaram o CEAAD para atuar na área, tendo em vista a necessidade de uma assessoria constante no assentamento.

Um convênio firmado com o INCRA para um trabalho de três meses possibilitou que o CEAAD iniciasse suas atividades no assentamento Lagoa Nova a partir de outubro de 2001, realizando atividades junto ao campo, ou seja, nas questões ligadas à agropecuária, bem como na elaboração de um projeto para beneficiar treze famílias que não haviam sido contempladas pelo crédito do

⁴⁷ A criação do CEAAD é resultado da extinção do Instituto Estadual de terras do Rio Grande do Norte (ITERN). Com a extinção deste instituto os técnicos desempregados fundaram uma ong e assumiram seus convênios. Muitos dos assessores do CEAAD são oriundos do Movimento sindical rural (FETARN) além de possuírem estreitas ligações políticas com o governo.

custeio⁴⁸.

No início da atuação nesta área o CEAAD centrou sua intervenção também na COOLAGOANOVA, tendo em vista os graves problemas de falta de comunicação entre cooperativa e trabalhadores (as), ou seja, na gestão democrática.

A partir de então sua ação foi direcionada no sentido de regularizar a situação da COOLAGOANOVA junto aos bancos e ainda mediar os conflitos políticos entre os (as) sócios (as) e a diretoria desta cooperativa.

O CEAAD se propõe a realizar um trabalho de assessoria junto as aos (as) trabalhadores(as) nas quatro agrovilas deste projeto de assentamento e por esse motivo está gradativamente se afastando da gestão da COOLAGOANOVA, já que esse não é foco central da sua atuação.

Atualmente as atividades realizadas por esta entidade têm sido a criação de grupos produtivos de interesses, visando capacitar os (as) trabalhadores (as) e em seguida dinamizar a organização do trabalho coletivo.

Aliado a isto a entidade vem tentando contribuir para que a gestão da cooperativa seja mais transparente. Para tal tem reivindicado junto à diretoria um repasse mensal de informações, de forma a aproximar a cooperativa dos (as) trabalhadores (as).

Alguns dos desafios para a constituição de uma gestão democrática da COOLAGOANOVA são a concentração de poder, de informações, bem como a perpetuação de um mesmo grupo na liderança da cooperativa.

A atual diretoria foi eleita para uma gestão de três anos e após a última eleição ocorrida em abril de 2001 não houve mudanças significativas na condução da gestão da COOLAGOANOVA, tendo em vista que o grupo político que assumiu a diretoria é o mesmo da gestão anterior.

Vale ressaltar que o presidente da COOLAGOANOVA e outros dirigentes da cooperativa possuem vinculação com representantes do poder local de Riachuelo. É preciso assinalar que as forças políticas hegemônicas nesse município são as mesmas que dão sustentação ao atual governo federal e estadual.

⁴⁸ Essas famílias só foram contempladas recentemente com o crédito custeio porque n se tratava de novos cadastros que ainda não estavam legalizados junto ao INCRA.

O assessor entrevistado considera que a partir do momento em que se concretizar uma gestão transparente os (as) trabalhadores (as) passarão a compreender a importância da COOLAGOANOVA e com isso a gestão democrática poderá ser constituída.

Identificamos que para o CEAAD a experiência de Lagoa Nova apesar de apresentar grandes desafios políticos, demonstra grandes possibilidades de sustentação econômica. Segundo este assessor tal experiência “é sustentável e é viável. É um dos projetos que tem mais potencial no Rio Grande do Norte”.

Foi possível identificar que na concepção do assessor a COOLAGOANOVA se configura apenas como uma unidade empresarial e o assentamento como uma grande unidade produtiva. Assim, verificamos uma tendência do assessor em compreender a cooperativa enquanto uma entidade mais de caráter econômico e menos de caráter social.

Identificamos através do depoimento desse assessor o predomínio de uma visão economicista, na qual a garantia das condições materiais, ou seja, melhoria no que se refere à produção, a comercialização e aos créditos resultaria automaticamente na superação das velhas relações de autoritarismo e privilégio que atualmente se reproduzem no processo de gestão da COOLAGOANOVA.

Notamos também em seu depoimento uma tendência em superdimensionar a importância das condições econômicas, ou seja, a necessidade de apenas gerar renda para os (as) trabalhadores (as). A partir de sua compreensão cabe à assessoria transformar o lote em uma unidade produtiva e competitiva dentro da realidade em que está inserida; ao nível local e regional.

Consideramos que a visão desse assessor acerca dos assentamentos e das cooperativas se aproxima das concepções que fundamentam o projeto de “reforma agrária” que vem sendo implementado pelo governo. Conforme as diretrizes do INCRA os assentamentos são constituídos com o objetivo de “transformarem-se em unidades estruturadas de produção voltadas para o mercado e integrados na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”⁴⁹. Esse entendimento pode resultar em uma prática pedagógica que ao invés de confrontar o discurso

⁴⁹ Fonte site www.incra.gov.br/estrut/snda/assent/plumiar.

governamental finda por legitimá-lo junto aos (as) trabalhadores (as).

Quanto a questão da gestão da COOLAGOANOVA o depoimento do assessor apesar de sinalizar a importância da transparência nas ações da diretoria não sugere a necessidade de constituição de relações democráticas e não considera outros aspectos da vida dos(as) trabalhadores (as) como organização política. A constituição de relações democráticas entre os (as) trabalhadores (as) na administração coletiva da cooperativa é um indicador da concretização de uma gestão democrática na qual os (as) mesmos (as) sejam protagonistas no momento das decisões.

No Projeto de assentamento Lagoa Nova, além do acompanhamento do CEAAD⁵⁰ detectamos a presença do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS) organização não governamental que atua no estado do Rio Grande de Norte desde 1998, cujo objetivo central “é contribuir, através de atividades de educação e assessoria popular, para a construção de uma sociedade igualitária e democrática e para a consolidação e fortalecimento da cidadania ativa do povo brasileiro”. (CEAHS, 2002).

O CEAHS acompanha o assentamento Lagoa Nova desde o início de sua constituição, mas apenas inicia uma atuação sistemática a partir do segundo semestre de 2001, quando a AACC encerra suas atividades na área. Atribui-se este fato a existência de conflitos entre estas entidades. O CEAHS ao questionar as relações de poder no assentamento finda por atingir a atuação da AACC que naquele momento acompanhava a gestão da COOLAGOANOVA.

A atuação desta entidade se dá predominantemente através da realização de cursos, se constituindo em uma capacitação para viabilizar processos associativos.

Paralelo aos cursos a entidade vem realizando atividades tais como mutirões de limpeza, campanhas e eventos sobre a questão ambiental nos assentamentos, campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos para os (as) trabalhadores (as) e o acompanhamento das atividades das associações, dos grupos de mulheres

⁵⁰ Com a mudança das forças políticas no interior da Igreja Católica e com o advento das forças conservadoras o SAR é extinto e seus assessores se organizam e fundam o CEAHS.

e jovens nas agrovilas⁵¹. Dentro das atividades que o CEAHS realiza em Lagoa Nova encontramos ainda o acompanhamento das assembleias, eleições nas agrovilas e reuniões com representantes dos bancos ou do governo municipal e estadual.

Nos momentos iniciais de sua atuação no assentamento Lagoa Nova, quando negociava sua intervenção com os (as) trabalhadores (as) foi apresentada pelo CEAHS uma proposta de trabalho em parceria com a COOLAGOANOVA, na qual esta cooperativa apoiaria as atividades do CEAHS dispondo de transporte e alimentação durante os eventos de capacitação. A proposta do CEAHS não foi aceita pela COOLAGOANOVA, levando àquela entidade a restringir sua atuação à apenas duas das quatro agrovilas do assentamento.

Com isso, a atuação do CEAHS tem se dado em apenas duas das quatro agrovilas que constituem o assentamento Lagoa Nova, em função da restrição dos recursos os quais o centro dispõe. Assim sendo, o trabalho do CEAHS tem sido realizado apenas nas agrovilas de Quintururé e Furnas.

Observamos a existência de tensões entre o CEAHS e a diretoria da COOLAGOANOVA, na medida em que esta ong engloba em sua atuação o debate, dentre outros temas, da questão da centralização do poder e a problematização das questões de gênero no assentamento.

A abordagem desses temas desencadeou um processo no qual os (as) trabalhadores (as) têm começado a problematizar tais questões. Dessa forma, os trabalhadores passam a questionar as práticas autoritárias dos diretores da COOLAGOANOVA e pressionam a apresentar respostas concretas no que se refere à inserção política das mulheres na COOLAGOANOVA⁵² e a gestão transparente da entidade.

Observamos que na visão de alguns dos dirigentes da COOLAGOANOVA a

⁵¹ Vale notar que apesar desse projeto objetivar geração de renda para os (as) trabalhadores (as) não tem sido suficiente para superar a vulnerabilidade econômica desses (as), o que os fazem ficar expostos as ações caritativas. Essa realidade expressa o descaso do Estado com os trabalhadores (as) rurais e sua condição de não cidadãos.

⁵² É preciso ressaltar que o fato de atualmente haver uma mulher na diretoria da cooperativa está ligada à ação das entidades que prestam assessoria na área. As primeiras discussões sobre este tema foram iniciadas pela AACC e vem sendo trabalhadas sistematicamente pelo CEAHS nas agrovilas nas quais desenvolve atividades.

intervenção do CEAHS tem alimentado a insatisfação dos (as) trabalhadores (as), resultando em uma oposição política contra a diretoria, aumentando o fosso entre a diretoria e o conjunto dos (as) trabalhadores (as).

Esse quadro apresenta uma relação complexa entre assessores e trabalhadores (as) rurais, pois na medida em que a assessoria passa a investir na problematização das relações sociais no interior do assentamento, sejam relações de poder, sejam relações de gênero, ou relações entre trabalhadores (as) e diretoria da cooperativa. Dessa forma, é iniciado um processo de avanço político dos (as) trabalhadores (as) que se expressa no questionamento das relações até então estabelecidas e das práticas daqueles que estão na condução do processo decisório, ou seja, na gestão da COOLAGOANOVA. Isto incomoda os dirigentes, tendo em vista o interesse desses em perpetuar as relações de poder instituídas e seus privilégios (diárias de trabalho, melhores transportes, poder de decisão).

Nesse sentido, a assessoria se transforma em uma presença indesejada para os dirigentes da cooperativa, na medida em que vai estimulando os (as) trabalhadores (as) a refletirem sobre as relações sociais que vivenciam no assentamento, buscando sua superação.

Nesse caso a atuação da assessoria incide sobre a pedra de toque da condução da gestão da cooperativa e do assentamento: a sua democratização.

Constatamos que o avanço político dos (as) trabalhadores (as) rurais, a ampliação da sua visão de mundo, de sua consciência política são elementos que interferem substancialmente na condução da gestão coletiva e democrática do assentamento e da cooperativa.

A reivindicação de práticas democráticas, transparentes e igualitárias em termos das relações de gênero e da gestão da COOLAGOANOVA são indicadores de que os (as) trabalhadores (as) afirmam a necessidade de constituir relações sociais a partir de outros referenciais.

Dessa forma, a atuação dos assessores passa a dar eco às vozes insatisfeitas com a centralização do poder, com a posição subalterna atribuída as mulheres na política dentre outros, indicando possibilidades de superar as relações de subalternidade existentes no assentamento.

Em Lagoa Nova a intervenção dos assessores tem contribuído para despertar os (as) trabalhadores (as) para a reprodução das relações autoritárias no interior do assentamento e mais especificamente durante o processo de gestão da COOLAGOANOVA. A revelação de tais elementos tem implicado em uma reflexão dos (as) trabalhadores(as) em torno de sua posição de subalternidade, participação política e seu poder de decisão, pressionando os dirigentes da COOLAGOANOVA a reorientarem sua prática política.

Em última instância esse processo resulta em um tensionamento constante na relação entre assessores e dirigentes, pois os últimos têm suas ações e seus interesses sendo modificados a partir da intervenção dos primeiros.

Observamos que os dirigentes da COOLAGOANOVA empreendem um discurso no qual afirmam constantemente a necessidade de participação e inserção ativa dos (as) trabalhadores (as) nos rumos da COOLAGOANOVA. No entanto, suas práticas gradativamente vão excluindo os (as) mesmos (as) dos processos decisórios.

Um aspecto que nos chama atenção é o fato de que apesar da atuação do CEAHS ser sistemática nas agrovilas de Furnas e Quintururé, alguns (as) trabalhadores (as) revelam total desconhecimento sobre sua intervenção, chegando em alguns casos a afirmar que não há nenhuma entidade atuando na área.

O fato de atuar apenas no âmbito da dimensão político-pedagógica e não desenvolver projetos produtivos aponta que alguns (as) trabalhadores (as) não visualizam os impactos de sua intervenção. Esse processo dentre outros elementos resulta do fato que o âmbito de atuação do CEAHS é restrito ao trabalho educativo. Aliado a isto observamos a e que ausência de socialização das informações sobre a ação da entidade.

É preciso destacar que se trata de uma intervenção de caráter educativo e apesar de ser um processo que vai sendo cotidianamente desenvolvido seus resultados concretos não são facilmente identificados pelos (as) trabalhadores (as).

Isso nos leva a considerar que a atuação dos assessores junto às classes subalternas pode ganhar visibilidade, legitimidade e importância de acordo com a dimensão da realidade a ser tratada. Ou seja, a intervenção dos assessores na

questão econômica/produtiva dessa classe é considerada como uma ação privilegiada e de primeiro plano, deslocando para um plano inferior as ações no campo da política, da educação e da cultura. Porém, na medida em que a visão de mundo dos (as) trabalhadores (as) acerca da produção, da gestão e da política vai sendo alterada o próprio significado da prática dos assessores vai adquirindo novo significado, assumindo relevância para os (as) mesmos (as).

Essa visão fragmentada dos (as) trabalhadores (as) se deve às condições de pobreza as quais as classes subalternas estão submetidas, fazendo com que a luta pelas condições materiais de sobrevivência seja o objetivo mais importante dessa classe cujo processo de organização encontra-se tão fracionado que ainda não se concebem sequer como categoria de trabalhadores (as).

Apesar do pouco tempo de atuação na área o CEAHS tem contribuído com o fortalecimento das associações e com o protagonismo das mulheres na cena política do assentamento.

Ao mesmo tempo em que a ação desta entidade em duas agrovilas sinaliza um avanço para a organização dos (as) trabalhadores (as) dá origem a um outro problema. Ou seja, são constituídos processos políticos desiguais no conjunto do assentamento.

Se nas agrovilas de Quintururé e Furnas observamos um maior nível de organização, maior participação feminina na política e maior poder de pressão dos (as) trabalhadores (as) junto à COOLAGOANOVA, nas agrovilas Nova Descoberta e Limoeiro o mesmo não vem ocorrendo, já que estas agrovilas não vem sendo acompanhadas por uma assessoria sistemática.

A realização de uma reunião ocorrida na agrovila Quintururé no dia 10 de janeiro de 2002 retrata a contribuição dos assessores no processo de organização e mobilização política das agrovilas nas quais atua.

Nesse momento foi reivindicado junto a COOLAGOANOVA e ao Banco do Nordeste o repasse do gado que pertence aos (as) trabalhadores (as), mas que se encontra em poder desta cooperativa; a prestação de contas da COOLAGOANOVA; a transparência nas ações diretoria e a participação dos (as) trabalhadores (as) nas decisões acerca da gestão da cooperativa.

Como podemos perceber esse “levante” dos (as) trabalhadores (as) contra a diretoria está ligado às insatisfações que foram acumuladas por esses trabalhadores desde o início do assentamento e que foram potencializadas pela ação dos assessores, se transformando agora em reivindicações dos (as) mesmos (as).

Trata-se da organização política e da luta pela garantia dos seus direitos enquanto trabalhadores (as), bem como aponta as possibilidades de criação de uma gestão democrática da COOLAGOANOVA pelos seus (as) sócios (as).

Podemos sinalizar com esse fato político a contribuição dos assessores no processo no qual os (as) trabalhadores (as) garantam seus direitos – o que pode futuramente contribuir para que eles (as) participem da construção de seu projeto político de classe social.

Ao empreendermos um esforço no sentido de analisar a inserção dos assessores e sua relação com os (as) trabalhadores (as) rurais um elemento que se destaca nessa análise é a fragmentação da intervenção das entidades que atuam na área.

Atualmente no assentamento Lagoa Nova as dimensões da realidade têm sido tratadas de forma fragmentada e desarticulada pelas entidades que prestam assessoria. Isto porque as questões técnicas e produtivas e em parte a gestão são tratadas pelo CEAAD enquanto que o aspecto político- organizativo é de competência do CEAHS.

Consideramos que este processo pode ser problemático na medida em que duas entidades atuam em uma mesma área de forma desarticulada, podendo resultar em ações desconexas com uma tendência a se confrontarem.

Esse quadro remete à análise da atuação do Estado e da relação deste com as organizações- não- governamentais e com os movimentos sociais no projeto de “reforma agrária” que tem sido implementado no Brasil a partir dos anos 90.

A experiência de Lagoa Nova revela que o desmonte das políticas públicas destinadas aos assentamentos rurais tem resultado na escassez de recursos que viabilizem uma assessoria técnica sistemática, ampla e consistente como no período do projeto Lumiar. A ausência de uma política ampla assessoria tem resultado em um processo de acompanhamento fracionado e descontínuo que pouco tem

contribuído com a melhoria de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais ou com sua organização social e política.

No caso de Lagoa Nova tais elementos interferem na ação dos assessores junto aos (as) trabalhadores (as), já que não há garantia de continuidade de financiamento dos projetos e do acompanhamento das questões ligadas a produção e a gestão da COOLAGOANOVA.

A relação entre assessores e trabalhadores (as) sofre os impactos de dois fatores de natureza semelhante: a questão do financiamento dos projetos de assessoria seja por parte do Estado ou pelas agências da cooperação internacional.

De um lado percebemos que o Estado tem revelado um explícito descaso com a situação dos (as) trabalhadores (as) rurais, realizando cortes drásticos e progressivos nos investimentos destinados às áreas de assentamento, inviabilizando a realização de assessoria para os (as) trabalhadores (as) (PETRAS, 2001). Paralelo a isto assistimos também a diminuição paulatina dos recursos provenientes da Cooperação internacional no continente latino americano- o que tem comprometido a ação de algumas ong's que realizam assessoria no meio rural.

Particularmente em Lagoa Nova o processo de organização dos (as) trabalhadores (as) que foi desencadeado no momento seguinte à sua criação através da contribuição da assessoria foi paralisado em função do fim do Lumiar.

Ressaltamos que desde o encerramento deste projeto o governo não implementou nem um outro programa destinado à assistência técnica, deixando os trabalhadores rurais expostos à própria sorte.

No quadro das políticas públicas voltadas para os assentamentos a falta de política de assessoria técnica tem sido um desafio para a gestão democrática das organizações dos (as) trabalhadores (as). Sua ausência se constitui como um entrave para os (as) trabalhadores (as), pois o acesso a alguns projetos e recursos públicos só se torna possível através de sua presença junto aos (as) mesmos (as), pois a assessoria além de uma necessidade dos (as) trabalhadores (as) é também uma exigência dos órgãos financiadores.

Essa exigência pode resultar no fortalecimento e legitimação de assessoria em detrimento do fortalecimento da organização e do protagonismo dos (as)

trabalhadores (as) na medida em que contribui para aumentar sua dependência frente aos assessores. Não obstante a presença dos assessores pode indicar para os financiadores dos programas e projetos uma forma de “controle” e de garantia do pagamento dos empréstimos realizados pelos (as) trabalhadores (as) junto aos bancos.

A partir dos elementos que ora retratamos consideramos que para os (as) trabalhadores (as) estão postos inúmeros desafios no que se refere às possibilidades de constituição de uma gestão democrática na COOLAGOANOVA.

O fato de sua criação estar ligada à ação governamental e a ausência de um processo de organização dos (as) trabalhadores (as) em torno de sua constituição são fatores que dificultam que esses (as) trabalhadores (as) sejam protagonistas das decisões e viabilizem um processo de gestão democrático. Aliado a estes fatores some-se a reprodução de práticas autoritárias e centralizadoras por parte dos dirigentes no momento da gestão da COOLAGOANOVA.

A ação fragmentada e desarticulada das entidades que prestam assessoria na área tem sido um outro elemento que complexifica a relação entre assessores e trabalhadores (as) e interfere nas possibilidades de constituição de uma gestão democrática na COOLAGOANOVA.

Logo, a complexidade do seu processo de criação e a ação intermitente do Estado nas políticas de crédito, de assistência técnica, dentre outros, tem interferido significativamente para que os (as) trabalhadores (as) encontrem dificuldades de gerir a cooperativa de forma coletiva e instaurem as bases de um modelo de gestão democrática, superando a estrutura verticalizada e sem participação efetiva dos (as) trabalhadores (as).

Contudo, apesar dos desafios serem significativos os(as) trabalhadores(as) têm apontado indicadores de que é possível superar as relações de subalternidade e de estranhamento entre eles e a cooperativa.

O processo de organização sócio-política das agrovilas, a reivindicação pela igualdade de gênero, pela transparência nas ações da diretoria e pela democratização das decisões acerca da gestão da COOLAGOANOVA são alguns dos indicadores de que os (as) trabalhadores (as) começam a encontrar, através da

mobilização e da luta política, as estratégias para se apropriarem da cooperativa e participarem efetivamente de sua gestão, superando as relações de tutela e apadrinhamento seja com o Estado, seja com os bancos ou com os representantes das oligarquias locais.

A constituição de uma gestão democrática necessita de um amplo e consistente processo de capacitação no qual os (as) trabalhadores (as) exercitem o protagonismo no momento das decisões acerca do quê produzir, como e quanto produzir. Esse processo de capacitação além das habilidades referentes a produção e a gestão da COOLAGOANOVA deve possibilitá-los (as) compreender a dimensão política que envolve tais decisões e suas consequências para esses trabalhadores e suas organizações.

É nesse campo que se situa a contribuição dos assessores no sentido de através da capacitação habilitar os (as) trabalhadores (as) para a gestão eficiente da COOLAGOANOVA e ao mesmo tempo potencializar a constituição de relações democráticas no momento da gestão dessa cooperativa.

Dessa forma, a vivência de experiências democráticas no processo de gestão da COOLAGOANOVA pode contribuir para que esses (as) trabalhadores (as) possam constituir relações democráticas não apenas durante o momento da produção e da gestão, assim como no momento da organização e da luta política. As relações sociais democráticas podem contribuir para que os próprios (as) trabalhadores (as) elaborem e formulem estratégias de confronto as relações de subalternidade e dominação.

Portanto, através do processo de capacitação e da constituição de relações democráticas que os (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova podem combater a concentração de poder, de informações e o favoritismo que limitam as possibilidades de instaurar um modelo democrático de gestão. Nesse processo a ação pedagógica dos assessores é relevante no sentido de contribuir para que os (as) trabalhadores (as) superem o momento econômico-corporativo e articulem a realidade da COOLAGOANOVA as relações sociais mais amplas nesse momento histórico. Nesse sentido, a seguir abordaremos o processo de capacitação, destacando sua

fundamental importância para os (as) trabalhadores (as) e suas organizações no que se refere a constituição de relações democráticas.

4 A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES E TRABALHADORES RURAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DE UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA

À luz do marco teórico que orienta nosso trabalho analisaremos como se constitui a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais durante o processo de capacitação, identificando os limites e possibilidades de nesse momento, serem exercitadas relações democráticas que contribuam para a construção do projeto ético político da classe subalterna.

Assim, para entender a relação entre assessores e trabalhadores (as), iremos abordar a educação e seus usos na sociedade capitalista, resgatando a concepção de Educação Politécnica e sua importância para os trabalhadores (as).

Ainda nesse capítulo iremos considerar os assessores como educadores e intelectuais na tentativa de identificar em que medida a capacitação mediada por esses assessores está contribuindo com a organização e fortalecimento dos trabalhadores (as) e de seu projeto de classe social.

4.1 A educação na sociedade capitalista

A sociedade vem sendo marcada nos últimas décadas do século passado por intensas transformações econômicas, políticas e culturais que tem alterado estruturalmente as relações sociais.

Essas transformações têm como um dos resultados o avanço da sociabilidade capitalista e conseqüentemente o enfraquecimento da sociabilidade do trabalho. Esse processo finda por complexificar a luta entre as classes fundamentais, acentuando os antagonismos presentes nessa relação.

O projeto do capital ou a sociabilidade nele ancorada tem, ao longo da história, forjado estratégias visando obter legitimidade e fortalecimento na sociedade. Entretanto, é neste período da história que estas estratégias são amplamente utilizadas, caracterizando a atual fase da sociedade como era de uma intensa ofensiva do capital.

Esta ofensiva capitalista opera, dentre outros, através da penetração da lógica que lhe é iminente em todas as dimensões da vida humana. Dessa forma, a arte, a

política, a cultura, a educação e as demais esferas da vida se encontram submetidas a esta sociabilidade.

Considerando a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais durante o momento da capacitação, que buscamos compreender em que medida este processo contribui para a constituição de relações democráticas. A relação sobre a qual nos debruçamos é mediada por um processo de capacitação e dessa forma, se faz necessário apontar a concepção de educação⁵³ na qual nos fundamentamos.

Compreendemos a educação como uma das esferas da vida social e que na atualidade tem sido também fortemente impactada pelo projeto capitalista de sociedade.

A educação enquanto atividade mediadora entre indivíduo e sociedade compreende também “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI apud TONET, 2001, p.185).

Nesse sentido, a educação é um dos elementos constitutivos do Ser Social e sua especificidade se encontra na apropriação daquilo que é realizado por outras atividades e não na produção de objetivações.

A educação desempenha funções relevantes na sociedade regida pelo capital dada sua relação com a esfera da produção material. Vale ressaltar que se trata de uma relação que não ocorre de forma imediata⁵⁴.

A prática educativa não é responsável apenas pela garantia das condições gerais de reprodução do capital, mas através dela é possível garantir também

as condições técnicas, administrativas e políticas que, permitam ao capital ‘pinçar’, (...) de dentro dela aqueles que, não pelas mãos, mas pela cabeça, irão cumprir as funções do capital no interior do processo produtivo (FRIGOTTO, 1999, p.151).

É nesse sentido, portanto, que a educação assume significado especial na sociedade e se torna um alvo passível de apropriação pelo capital e seus representantes, dentre os quais principalmente a partir dos anos 90 se destaca o

⁵³ Para efeito de análise utilizaremos a categoria Educação para destacar uma prática pedagógica genérica e ao nível empírico utilizaremos a categoria capacitação.

⁵⁴ Para um aprofundamento da análise acerca da relação entre educação e produção ver FRIGOTTO (1999).

Banco Mundial que no bojo das reformas estruturais tem marcante presença na estruturação dos sistemas educacionais dos países periféricos.

Vale lembrar que no período do pós-guerra o avanço do comunismo e a crise econômica dos países da periferia forçam o Banco Mundial a investir recursos em áreas ligadas a pobreza e a segurança. É nesse momento que a educação passa a ser um dos alvos das políticas financiadas por esta agência financeira internacional.

A partir dos anos 1970 com os acontecimentos ligados à Guerra fria e com ela a difusão das idéias comunistas no ocidente, o Banco Mundial passa a reorientar sua intervenção nos países periféricos. No Brasil, esses fenômenos se vinculam à crise econômica proveniente do fracasso do milagre econômico e aos sinais de fragilização do regime militar no final dessa década. Nesse processo,

o Banco volta-se para os programas que atendam diretamente as populações possivelmente sensíveis ao 'comunismo', por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle de natalidade, ao mesmo tempo em que promove mudanças estruturais na economia desses países (...) (LEHER, 1999, p. 22).

A dependência econômica dos países pobres em relação ao Banco Mundial fornece a este as possibilidades de impor condições para efetivação de empréstimos e um amplo poder de interferência na elaboração e implementação das políticas sociais de corte público⁵⁵.

Apesar da educação demandar um olhar mais atento das agências multilaterais a partir dos anos 1970 é apenas na década de 90 que ela assume centralidade no conjunto das políticas sociais financiadas pelo Banco Mundial. Isto porque com o advento do neoliberalismo na América Latina e particularmente no Brasil, no início dos anos 1990, o Banco Mundial passa a utilizar a educação como forma de obtenção de consenso objetivando evitar as tensões sociais.

Se nos anos 1960 o investimento em educação era considerado pelo Banco Mundial um contra-senso, nos anos 1990 ele se torna uma necessidade. A educação passa a ser considerada como um remédio para as mazelas sociais. Leher (1999, p. 26) confirma essa tendência afirmando que “para as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a

⁵⁵ Estas condições estão objetivadas no ajuste estrutural e na reedição do Neoliberalismo, sobretudo, no continente Latino Americano. A respeito da questão do ajuste estrutural ver os capítulos anteriores dessa dissertação.

educação elementar e a formação profissional”. Assim, o Banco Mundial passa a injetar recursos na área da educação, visando operar um controle sócio-político nas classes subalternas via processo educativo.

Conforme assinalamos anteriormente a educação sofre as inflexões do processo de acumulação, por estabelecer uma relação mediatizada com a esfera da produção.

Assim, a partir das transformações operadas no mundo do trabalho na história recente, a educação passa também a ser pensada e realizada a partir de critérios de produtividade, eficiência e mercantilização- princípios esses comuns à lógica capitalista os quais são utilizados no processo de produção de mercadorias.

As novas formas de acumulação capitalista a partir do reordenamento dos padrões de gestão do trabalho contribuem para a subsunção do processo educativo à sua lógica interna. Daí a origem, de no mínimo, dois processos. Ou seja, o primeiro se trata da adequação da atividade educativa aos interesses do processo de acumulação e o segundo, se trata da transformação da educação em mercadoria extremamente rentável.

Com as mudanças no mundo do trabalho, na qual desenvolvimento técnico-científico avança, gerando o aumento do capital constante em relação ao capital variável e, portanto, desvalorizando o trabalho humano, surge a necessidade de um processo educativo adequado ao novo perfil de trabalhador (a) requerido pelo mercado.

Observamos que a partir desse momento o trabalho humano vai sendo processualmente desqualificado. Nesse caso, o capital vai comandando tanto a divisão do trabalho quanto a “especificidade das qualificações ou desqualificações da força de trabalho para seu uso” (FRIGOTTO, 1999, p.150).

Torna-se necessário, então, gerar um processo educativo funcional à nova lógica de produção e acumulação. Essas são, portanto as bases de criação de uma educação instrumental sintonizada com as finalidades de ampliação em escala planetária do capital.

O processo de mercantilização da educação encontra-se balizado pelas determinações da política macroeconômica imposta pelas agências multilaterais, das quais deriva ao desmonte do Estado e sua retirada progressiva da gestão social.

Nesse sentido, há uma tendência crescente do consumo privado dos serviços públicos no qual observamos um destaque para privatização da política educacional, criando um espaço fecundo para a proliferação tanto de escolas privadas voltadas para a educação fundamental, quanto para o surgimento de instituições de ensino superior- o que vem gerando uma indústria educacional e tornando a educação um ramo lucrativo.⁵⁶

Destarte, a educação se afasta de sua natureza específica que consiste em “propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade” (TONET, 2001, p.192), tornando-se objeto privado de consumo, ou mercadoria que desempenha um papel de difusora de uma lógica alienada e alienante que submete o conhecimento, seus métodos, técnicas e conteúdos ao fortalecimento da *pedagogia do capital*⁵⁷.

É preciso destacar que esse processo de dominação da educação e pela educação não ocorre de forma pacífica, já que esta atividade se encontra no interior da luta de classes e assim sendo, as classes sociais travam uma disputa em torno da sua condução e apropriação. Observamos então que a educação é também um campo de luta política e ideológica. Luta esta que não perpassa apenas as instituições de ensino, mas também as ong's e os movimentos sociais os quais também desenvolvem ações de capacitação.

O acesso á educação pública, gratuita e de qualidade tem sido historicamente uma bandeira dos segmentos sociais ligados as classes subalternas que tem atuado através da crítica e denúncia da privatização da política educacional e do desmantelamento do ensino público. É preciso destacar, contudo que nessa disputa política a classe dominante vem conseguindo obter a hegemonia do seu projeto de educação.

As estratégias de subsunção da educação à lógica capitalista são múltiplas e seu caráter fetichizado reside, dentre outros, na utilização de um discurso aparentemente democrático e progressista pelas classes dominantes que visam em

⁵⁶ Frigotto (1999) faz uma análise do enriquecimento gerado pela mercantilização da atividade educativa, apontando que este é um setor que não tem sido abalado pela crise econômica. Este autor revela que as empresas privadas de educação superior tem obtido lucro de até 600% através da prestação de “serviços” na área de educação ao mesmo tempo em que o Estado tem oferecido condições vantajosas seja através da aplicação direta de recursos públicos, seja através da isenção de impostos.

⁵⁷ Frigotto (1999).

última instância transformar a educação-uma necessidade da classe subalterna- em instrumento de cooptação da mesma.

Os programas de qualificação profissional implementados pelo Estado nas últimas décadas vêm sendo acompanhados por um discurso que atribui o desemprego de um sem número de trabalhadores (as) à falta de escolaridade e qualificação. Nesse sentido, a qualificação compreende um conjunto de habilidades obtidas pelos (as) trabalhadores (as) que os habilita para o exercício de uma função, ou seja, conforme Kuenzer (1995, p.121) a “qualificação é entendida como domínio do conteúdo do trabalho”.

As classes dominantes através do processo de reestruturação produtiva articulado ao ideário Neoliberal têm utilizado o discurso da qualificação profissional como forma de adequar o trabalho ao mercado da era globalizada. Assim, a qualificação passa a ser o passaporte para entrada no mercado ou a condição para a *empregabilidade*⁵⁸ dos (as) trabalhadores (as).

A crise do capital e a reestruturação produtiva impõem novas modalidades de educação e qualificação para os (as) trabalhadores e é o Estado através do seu arcabouço técnico, jurídico e administrativo que passa a gerir as iniciativas no campo da capacitação profissional.

Assim, os programas de qualificação profissional assumem estatuto de política social de emprego, desvirtuando o foco da questão da falta de postos de trabalho para a questão da formação profissional.

Esse discurso é funcional à reprodução ampliada do capital nesse momento porque encobre a ofensiva e a supremacia do capital em relação ao trabalho, assim como anula, ao nível da aparência, os antagonismos inerentes a essa sociabilidade da qual derivam o desemprego de uma massa de trabalhadores (as) em detrimento do acúmulo da riqueza de uma minoria. Esse discurso consegue ainda mobilizar amplos setores da sociedade a constituírem comportamentos produtivos e consumistas que se tornam favoráveis ao fortalecimento da hegemonia desse projeto.

⁵⁸ Empregabilidade é um termo recorrente na política de capacitação implementada pelo Estado. Este termo é carregado de ideologia e sugere a substituição da categoria trabalho pelo termo *emprego*. Tal substituição se torna problemática na medida em que o referido termo sugere o fim da centralidade ontológica da categoria trabalho assim como contribui com o mascaramento da luta de classes e da desvalorização do trabalho humano nesse momento histórico de ofensiva capitalista.

A criação do Plano Nacional de Formação (PLANFOR) implementado pelo governo através do Ministério do Trabalho com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ilustra a forma como o governo brasileiro vem enfrentando a questão do desemprego, criando projetos de qualificação em lugar de investir na geração de novos postos de trabalho.

Esse plano tem uma abrangência nacional e é realizado pelas agências de emprego estaduais. Ao nível estadual esse plano assume a característica de Programa estadual de Qualificação (PEQ) e é implementado na forma de parceria com algumas entidades da “sociedade civil”.⁵⁹

Nesse sentido, há um apelo a necessidade da criação das parcerias como forma de superação da crise, levando as entidades representativas dos (as) trabalhadores (as) a tecer relações de colaboração com as classes dominantes no sentido realizar a “co-gestão” da crise econômica, substituindo a ação estatal pela responsabilização da sociedade.

Em relação ao discurso da qualificação profissional Amaral (2001) aponta que o processo de co-gestão da crise na qual os (as) trabalhadores (as) vão progressivamente assumindo parte das responsabilidades que competem ao Estado tem resultado em um processo de “desidentidade de classe” dos (as) trabalhadores (as).

Esse processo vai sendo construído na medida em que as organizações da classe subalterna principalmente as centrais sindicais gradativamente passam a difundir junto as suas bases a idéia da colaboração e da parceria entre as classes, o que resulta em um consentimento ativo dessa classe ao projeto capitalista que nesse momento se reveste com o discurso da necessidade de qualificação.

É preciso destacar que esse discurso tem um caráter mistificador, propagando a idéia que a qualificação profissional é, na atualidade, o único e exclusivo fator de promoção da inserção dos (as) trabalhadores (as) no mundo do trabalho. Esse discurso perde a validade na medida em que ao observar a realidade nos deparamos com o significativo número de trabalhadores (as) qualificados (as) e desempregados (as).

⁵⁹ Observe-se que no “elástico” conceito de sociedade civil se situam as diversas organizações e propostas políticas. São consideradas entidades da sociedade civil desde as ong’s, sindicatos até as entidades de interesse privado.

Assim, consideramos que é ilusório deduzir que há uma relação direta e imediata entre capacitação e oportunidades de trabalho, embora atualmente neste mercado competitivo aqueles (as) trabalhadores (as) com maior escolaridade e qualificação têm maior possibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

Essa lógica é marcada pelo mascaramento e pela naturalização das desigualdades sociais e, em última instância, aponta para a responsabilização dos sujeitos quanto ao seu êxito, tornado o Estado isento da responsabilidade de grande gestor das condições de reprodução da força de trabalho.

O discurso da qualificação é acompanhado pelo discurso da competência, da competitividade e do sucesso individual, favorecendo segundo Leher (1999, p.30), “o avanço das reformas neoliberais e enraizamento da ideologia da globalização nas classes trabalhadoras, que desse modo, se movem no interior das ideologias dominantes.” Tal discurso sugere ainda a idéia de que os mais capazes alcançarão sucesso e que aqueles que não obtiverem êxito são menos capazes ou despreparados.

É a partir desse discurso que o governo vem implementado as políticas de qualificação para os (as) trabalhadores (as) de forma a criar um comportamento produtivo e responsabilizá-los (as) pelo seu sucesso ou fracasso. Vale ressaltar que neste momento histórico de ofensiva neoliberal e de desresponsabilização do Estado na gestão pública a subjetividade dos (as) trabalhadores (as) tem sido brutalmente afetada, fazendo com que estes (as) se sintam responsáveis pelo seu fracasso.

No Brasil, os programas de qualificação profissional sempre estiveram carregados da ideologia dominante e estreitamente ligados a questão da produtividade.

Assim, a criação do sistema “S” a partir dos anos 1940 de onde derivam o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social de Aprendizagem Rural (SENAR) representam as formas pelas quais as classes dominantes representadas, sobretudo, pelos empresários davam as diretrizes da qualificação dos (as) trabalhadores (as). Esse modelo de qualificação era realizado, visando uma formação acelerada e focalizada na atividade produtiva, desprezando os conhecimentos de caráter humanista. Segundo Frigotto (1999), esse processo tinha

como resultado esperado a formação de um (a) trabalhador (a) que convém apenas às necessidades de produção.

No momento atual os programas de qualificação profissional passam a ser financiados pelos (as) trabalhadores (as), geridos pelo Estado⁶⁰ e implementados por ong's e centrais sindicais através da constituição de parcerias. Esses programas tal como as ações educativas implementadas pelo sistema "S" conservam as características de focalização na produção, aceleração e desarticulação com os conhecimentos gerais, tendendo instituir um processo de adestramento dos (as) trabalhadores (as) em função das novas determinações do mundo do trabalho.

Precisamos atentar para o fato que tais programas de qualificação apresentam como novidade a idéia de habilitar os (as) trabalhadores (as) para a gestão de seu "próprio negócio" de forma que eles (as) possam trabalhar "por conta própria", sendo seu próprio patrão. Ora, a difusão desse discurso contribui para que seja encoberta a diminuição dos postos de trabalho em virtude da reestruturação produtiva, além de mistificar a ideologia do "trabalho autônomo" como algo positivo para os (as) trabalhadores (as). Esse discurso vela a vulnerabilidade social as quais eles (as) estão expostos e destituídos de proteção social.

Conforme assinala Mota (1995) esse discurso é uma das estratégias burguesas de obtenção de consenso que nesse momento histórico contribui para o aumento da reprodução ampliada do capital, na medida em que colabora para justificar a minimização dos custos da produção de mercadorias, reduzindo a quantidade de trabalho vivo necessário.

Observamos que no processo de qualificação dos (as) trabalhadores (as) as técnicas, métodos e conteúdos utilizados nesses programas geralmente se encontram destituídos de uma apreensão crítica da realidade e estes tendem dessa forma, a serem uma mistificação das desigualdades sociais, encobrindo os diferentes interesses presentes na sociedade, a existência de classes sociais, o antagonismo existente entre as mesmas e a direção social dada pelo Estado na gestão da sociedade, garantindo os interesses da burguesia nacional e internacional.

⁶⁰ Apenas para termos uma dimensão da grandeza dos recursos destinados para a realização do PLANFOR, no ano de 2000 os recursos destinados para esse programa foram da ordem de R\$ 35.000.000,00. Tais recursos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e, portanto, de uma taxação sobre os salários dos trabalhadores com carteira assinada.

Dessa forma, ao abstrair do processo de qualificação dos (as) trabalhadores (as) o conteúdo de classe social e direciona-la com vistas a proporcionar apenas à integração dos (as) mesmos (as) ao mercado, a implementação desses programas estará contribuindo com a afirmação do projeto societário vigente, constituindo, segundo Amaral (2001), a estratégia de obter o consentimento ativo dos (as) trabalhadores (as) através do processo de criação da “desidentidade dos (as) trabalhadores (as)”, ou ainda em uma quebra na identidade de classe dos (as) trabalhadores (as). Isto porque nessa sociedade a manutenção da aparência é necessária para a fragmentação da consciência da classe subalterna e conseqüentemente, para sua dominação.

O processo de capacitação ao tomar esta direção se afirma não como expressão de um domínio de saber ou como sua reapropriação, necessária para a consciência e autonomia dos (as) trabalhadores (as), mas como momento de *adestramento* da classe subalterna – funcional à reprodução ampliada do capital.

O saber fragmentado, localizado e desagregado é realizado em detrimento de um processo de capacitação amplo que no pensamento gramsciano é considerado como *Educação Politécnica*, na qual técnica e política estão associadas, contribuindo para a classe trabalhadora se torne dirigente.

Podemos sinalizar assim, que esse modelo de “qualificação” realizado com os (as) trabalhadores (as) constitui um trajeto que vai de encontro com os princípios de uma educação que aponta para a liberdade e a emancipação, conforme Frigotto (1999, p.199) Educação Politécnica é

uma prática pedagógica, que ao mesmo tempo forme o homem [e a mulher] técnica e cientificamente, para a transformação da *societas rerum* [conhecimento científico para dominar e transformar], e lhe possibilite uma consciência política para a transformação da *societas hominum* [consciência dos direitos e dos deveres para introduzir o cidadão na sociedade política e civil].

A realização de uma educação politécnica de caráter libertário se configura em um desafio posto para a classe subalterna neste momento de ofensiva capitalista. Mas é preciso destacar que uma educação de caráter emancipador se constitui como uma possibilidade real e não como mera utopia. A apropriação da educação e sua efetivação em favor da classe subalterna está ligada às formas pelas quais esta classe se organiza e toma consciência do lugar que ocupa na sociedade.

À luz da matriz teórico-metodológica que orienta nosso trabalho analisaremos o processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as) em Lagoa Nova, verificando as influências dessas determinações no caso estudado. Ou seja, e as condições da prática pedagógica democrática entre assessores e trabalhadores (as).

A seguir analisaremos a relação que se processa entre assessores e trabalhadores (as) rurais, observando como as determinações históricas e sociais mais gerais se expressam nessa realidade e as possibilidades de ser a capacitação uma das formas de contribuir para que os (as) trabalhadores (as) elaborem uma visão de mundo crítica sobre a realidade de forma autônoma.

É preciso destacar que compreendemos a capacitação enquanto uma das dimensões da vida humana e como processo pedagógico de apreensão do conhecimento objetivado. A capacitação como processo pedagógico representa “uma das formas de concretização das relações hegemônicas que ocorrem ao nível das relações sociais mais amplas, constituindo-se em uma das mediações no processo de luta de classe” (KUENZER, 1995, p. 60). Dessa forma, em nosso entendimento a capacitação não se constitui apenas como domínio dos conteúdos específicos necessários ao trabalho, mas como um processo amplo de conhecimento, no qual se articulem o conhecimento técnico e a apreensão da realidade, visando potencializar a prática política de classe desses (as) trabalhadores (as). Nessa perspectiva, o conhecimento obtido através da capacitação é utilizado para transformar a realidade.

Nesses termos, a capacitação apenas poderá contribuir com a visão crítica dos (as) trabalhadores (as) se for realizada de forma democrática, possibilitando que estes (as) participem de todos os momentos da capacitação, ou seja, desde o planejamento até a avaliação. Caso a capacitação não seja realizada com base nos princípios de uma educação politécnica poderá contribuir com a dependência e a obediência dos (as) trabalhadores (as) em relação aos assessores.

4.2 As contradições e avanços no processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as) rurais

No assentamento Lagoa Nova a realização de ações educativas voltadas para a capacitação dos (as) trabalhadores (as) se confunde com a própria história de sua criação, conforme assinalamos anteriormente.

A criação de Lagoa Nova foi mediatizada por um amplo processo de capacitação realizado com aqueles (as) trabalhadores (as) interessados (as) e selecionados para compor o assentamento.

Inicialmente esse processo foi realizado pela AACC – entidade que participou ativamente da criação desse assentamento, implementando um processo de assessoramento que, dentre outros, se concretizava a partir de processos de capacitação com os (as) trabalhadores (as). Posteriormente esse processo foi realizado por várias entidades sendo estas o CEAHS e o CEAAD. Dessa forma, é no momento da capacitação, portanto, que se inicia a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais, objeto de análise desse estudo.

Os primeiros cursos de capacitação que os (as) trabalhadores (as) tiveram acesso foram realizados pela AACC, sendo direcionados a temáticas que contemplaram o debate em torno da “Reforma Agrária”, “Cooperativismo”, “Associativismo”, “Crédito e implantação”, “Crédito e investimento”, “Mulher e cidadania” e “Planejamento físico de assentamentos”.

Estes cursos possibilitaram aos (as) trabalhadores (as) uma formação visando habilitá-los (as) para a produção e a gestão da cooperativa e das associações que posteriormente foram criadas. Além da habilitação para gestão esses momentos de capacitação objetivavam também socializar com os (as) trabalhadores (as) as diretrizes e as propostas do projeto de assentamento que estava sendo criado.

O processo de capacitação foi permeado por algumas dificuldades, conforme assinala Diniz (1998) um ex-assessor da AACC. Ou seja, “a limitação do tempo, dos recursos humanos e materiais, e enfim, a limitação dos próprios cursos para proporcionar um processo minimamente capacitador e eficiente”, interferiram na realização desse processo, e por esse motivo, a capacitação dos (as) trabalhadores (as) deveria ter continuidade.

Tratava-se, portanto, de em um tempo hábil proporcionar aos (as) trabalhadores (as) do assentamento uma capacitação, visando habilitá-los (as) nos conhecimentos específicos acerca da produção e da gestão para torná-los (as) aptos

(as) se integrarem à proposta, já que se tratava de uma experiência de assentamento diferenciada.

Conforme situamos anteriormente tendo em vista o fato de que as agrovilas ainda não haviam sido construídas e que os (as) trabalhadores (as) estavam situados em dez municípios da região do Potengi esses cursos foram realizados nos municípios de São Paulo do Potengi e Riachuelo, sendo este último o local onde iriam residir. Nesse caso, os (as) trabalhadores (as) teriam que se deslocar de suas localidades até as duas cidades para participarem dos cursos e reuniões.

Através do processo de capacitação os (as) trabalhadores (as) teriam a possibilidade de se habilitarem para a gestão da cooperativa, assim como poderiam também ir progressivamente rompendo com a condição de isolamento na qual se encontravam em função de morarem em municípios diferentes e vivenciarem formas de produção individual (ou no máximo familiar). Os momentos de capacitação proporcionavam também uma aproximação entre os (as) trabalhadores (as) que não se conheciam e que após a construção das agrovilas compartilhariam a convivência coletiva no assentamento.

O processo de capacitação realizado pela AACC com os (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova encontrou alguns limites que foram verificados na pesquisa de campo.

Constatamos que o processo de capacitação não atingiu de forma efetiva o conjunto dos (as) trabalhadores (as). Esse dado pode ser confirmado através dos depoimentos de alguns (as) trabalhadores (as) que apontam dúvidas acerca da dívida contraída com a compra da cooperativa, acerca da função da cooperativa, dentre outros. É válido destacarmos que essas informações foram socializadas nos cursos e reuniões realizados pelos assessores antes da criação de Lagoa Nova.

Detectamos alguns elementos que se constituíram como complicadores da capacitação dos (as) trabalhadores (as) nesse momento. Um desses elementos diz respeito à distância entre os municípios de origem dos (as) trabalhadores (as) e os locais de realização dos cursos. O deslocamento dos (as) trabalhadores (as) de sua cidade implicava, às vezes, no fato de que esses (as) teriam que dormir na cidade onde estariam ocorrendo os cursos, já que esses eventos eram realizados à noite, sendo um elemento que contribuiu para o esvaziamento dos cursos e reuniões.

Aliado a isto, detectamos uma alta rotatividade de participantes. Ou seja, dadas às dificuldades para se deslocarem entre os municípios, muitos (as) trabalhadores (as) não acompanhavam com uma frequência sistemática os cursos e reuniões, o que resultou em uma quebra no processo pedagógico.

A esses fatores some-se a própria dificuldade de comunicação entre os (as) trabalhadores (as), pois em algumas localidades mais distantes esses (as) não tinham sequer acesso as informações acerca da realização dos cursos, como podemos visualizar no depoimento a seguir:

Às vezes eles (o sindicato) mandavam buscar. Às vezes não mandava... a gente não sabia, porque a gente morava espalhado e não tinha como se comunicar com os outros pra avisar. (ENTREVISTADA 2)

Tais elementos⁶¹ se constituíram como limites para o processo de capacitação dos (as) trabalhadores (as) no início do assentamento.

A pesquisa de campo possibilitou-nos verificar que o processo de capacitação empreendido nos momentos que antecederam a criação do assentamento não conseguiu atingir um significativo número de trabalhadores (as), gerando um acúmulo de dúvidas em torno do projeto e demandando uma continuidade de ações educativas.

Conforme assinalamos anteriormente com a saída da AACC o CEAHS passou a realizar os processos de capacitação com os (as) trabalhadores (as) desse assentamento⁶². O CEAHS tem empreendido ações no sentido capacitar os (as) trabalhadores (as) assentados (as). As ações realizadas por essa entidade são expressas basicamente através de cursos de pequena duração, sendo 30 ou 40 horas/aula realizados geralmente em dois módulos, bem como através do acompanhamento sistemático das associações e grupos de mulheres das agrovilas Furnas e Quintururé.

Os cursos realizados pelo CEAHS compreendem a dimensão da produção agropecuária: “Caprinocultura”, “Manejo Bovino”, “Ovinocultura”, “Manejo do Solo” e contemplam também a dimensão político organizativa: “Gestão Participativa”,

⁶¹ Nesse processo um outro elemento não menos importante foi a ausência de uma participação mais efetiva das mulheres nesse momento. Nesse caso, apenas os chefes de família participaram dos eventos de capacitação antes da criação do assentamento.

“Associativismo”, “Relações entre Jovens e Adultos” e “Relações de Gênero”.

Um aspecto a ser ressaltado é a preocupação desta entidade com a questão ambiental no assentamento. Geralmente a paisagem que predomina nessas áreas é ausência de vegetação, dadas as condições climáticas predominantes⁶³. A partir de tal preocupação o CEAHS vem através de sua atuação desenvolvendo ações tais como campanhas educativas e cursos específicos dessa temática⁶⁴. Os cursos de Reciclagem do lixo, manejo do solo, conservação do solo e meio ambiente retratam tal preocupação.

Foi possível perceber que esses cursos assumem importância para os (as) trabalhadores (as) e que a questão ambiental é também uma preocupação dos (as) mesmos (as).

Um aspecto relevante é a presença massiva de jovens e de mulheres adultas nos cursos de capacitação. Enquanto que a participação de homens é praticamente inexpressiva. Este dado pode nos apontar a pouca importância que é atribuída pelos homens aos cursos de capacitação.

A partir deste dado compreendemos que as atividades de capacitação são consideradas pelos homens como atividades de segundo plano, ou ainda atividades para quem “tem tempo”.

Através de alguns depoimentos observamos que geralmente os chefes de família alegam não participarem dos cursos pela falta de tempo. Dessa forma, solicitam que suas mulheres ou filhos (as) os representem nos cursos, tendo em vista que tanto as mulheres quanto os jovens possuem interesse em participar dos cursos.

Ao indagar acerca da relevância da capacitação para trabalhadores (as) rurais a maioria dos (as) entrevistados (as) afirma que considera importante a realização de cursos. Um dos entrevistados considera que a capacitação “Pra pessoa que entende é importante. Tendo o curso ao menos a pessoa vai entender alguma coisa. A pessoa que não participa do curso não vai entender nada”. (ENTREVISTADO 4)

Ele reconhece que a capacitação é importante para que auxiliar na

⁶² Como destacamos no capítulo anterior o CEAHS se insere em Lagoa Nova através de uma parceria estabelecida entre esta entidade e a AACC. Nesses termos o CEAHS foi convidado inicialmente para desenvolver atividades ligadas as relações de gênero.

⁶³ Essa região possui características semelhantes as da região do semi-árido.

compreensão do mundo. Porém, consideramos que seu depoimento aponta uma contradição entre o discurso que afirma a importância da realização dos cursos e sua prática que a nega quando, declara que mesmo considerando a relevância da capacitação não tem tempo para participar dos cursos e que é sua esposa quem participa.

Observamos também que um dos fatores que influencia na pouca participação masculina nos cursos é o fato de que o horário dos cursos, em alguns casos, confronta com o horário de trabalho dos homens, momento no qual eles optam pelo trabalho em detrimento dos cursos.

Foi possível perceber ainda a presença das relações de gênero nos momentos de capacitação, ou seja, cabe as mulheres o papel de participar dos cursos já que supostamente possuem mais tempo do que seus maridos.

A lógica de que as mulheres participam dos cursos porque possuem mais tempo omite a dupla jornada de trabalho das mesmas, na medida em que elas têm que responder as tarefas domésticas, ao trabalho na agricultura, às atividades de capacitação e da vida comunitária no assentamento. Em meio a essa contradição elas terminam assumindo o protagonismo da ação política do assentamento.

Assim, as atividades de capacitação consideradas como atividades para aqueles que tem tempo e sendo predominantemente freqüentadas por mulheres e jovens são consideradas atividades de menor importância, sendo, portanto, desvalorizadas pelos homens.

Paradoxalmente esse processo tem apontado para o crescimento da participação feminina na condução do processo político no assentamento. Na medida em que elas passam a freqüentar os cursos, participar das reuniões, assembléias e grupos de mulheres passam também a experimentar o protagonismo da cena política, participando ativamente das associações, representando o assentamento em eventos em outras cidades além de contribuir com o trabalho realizado pelos assessores como lideranças locais.

No que se refere à participação do segmento jovem no assentamento observamos alguns conflitos. Apesar da juventude apresentar uma participação efetiva nos cursos, reuniões e assembléias realizadas nas agrovilas e do

⁶⁴ No mês de janeiro de 2002 o CEAHS organizou uma jornada ambiental nas agrovilas de Quintururé e Furnas nas quais foram realizados cursos e mutirões de limpeza. Este evento teve como objetivo sensibilizar os trabalhadores para a necessidade de atentar para a questão ambiental no assentamento.

investimento dos assessores nesse segmento, ele ainda é considerado pelos adultos como irresponsáveis ou baderneiros⁶⁵.

Outro aspecto que requer destaque nessa análise é a desvalorização do processo de capacitação pelos dirigentes da cooperativa⁶⁶. Em alguns casos a diretoria sequer aparece nos cursos no sentido de apoiar essas iniciativas e também não apresenta interesse em participar dos mesmos.

Essa postura se deve em parte as tensões existentes entre o CEAHS e os dirigentes da COOLAGOANOVA. Tal postura se reflete como uma espécie de “boicote” à atuação do CEAHS na área.

No caso da diretoria a ausência de interesse no processo de capacitação é justificada pelas atribuições que a função de diretor demanda, o que torna o tempo “escasso” para participar dos cursos.

O depoimento de um dos diretores da COOLAGOANOVA expressa a relevância de capacitação para o conjunto dos (as) trabalhadores (as). Vale notar que este entrevistado não se inclui nesse conjunto, pois ao perguntar se considera importante a realização de cursos com os (as) trabalhadores (as) rurais este afirma que é importante “porque cada vez mais (os trabalhadores) estão conhecendo alguma coisa”. Entretanto, ao indagar sua participação nos cursos o mesmo entrevistado responde “gostar (dos cursos) eu gosto. Agora que tempo é o que não existe”. (ENTREVISTADO 3- PRESIDENTE DA COOLAGOANOVA)

Notamos também que a importância atribuída pelos (as) trabalhadores (as) à capacitação está relacionada à questão do interesse desses sujeitos em determinadas modalidades de capacitação geralmente voltadas para uma inserção no mercado de trabalho.

Este aspecto é relevante para refletirmos como esses (as) trabalhadores (as) são marginalizados das oportunidades de acesso ao mundo do trabalho e de uma capacitação que proporcione um conhecimento crítico de sua realidade. Por outro lado esse depoimento revela as influências do discurso neoliberal junto à classe subalterna, difundindo a idéia da necessidade de processos educacionais voltados

⁶⁵ Foi ilustrativa a eleição para a agrovila de Quintururé. A chapa de oposição formada por uma maioria de jovens ficou com uma quantidade de votos bem inferior que a chapa vencedora. No momento do pleito eleitoral alguns assentados argumentavam sua escolha a partir do critério idade, que para uma parcela significativa dos assentados está intimamente relacionada à responsabilidade.

exclusivamente para a inserção no “mercado globalizado”.

Em meio as entrevistas foi possível detectar a influência desse ideário na vida dos (as) trabalhadores (as) rurais, levando-os (as) a acreditar e a disseminar o discurso da “qualificação” junto a sua classe. Assim, ao indagar um dos dirigentes da COOLAGOANOVA acerca da necessidade da capacitação para os (as) trabalhadores (as) este respondeu: “Eu acho que o homem não capacitado na área que nós estamos hoje ele não produz nada. O trabalhador tem que ser capacitado para produzir alguma coisa” (ENTREVISTADO 3- PRESIDENTE DA COOLAGOANOVA).

Este depoimento revela as formas como a classe subalterna vem sendo cooptada pelo discurso da classe dominante, na medida em que os (as) próprios (as) trabalhadores (as) reafirmam a necessidade da capacitação com vistas a transformar o (a) trabalhador (a) em “cidadão produtivo” (AMARAL, 2001). Destacamos que nesse depoimento a capacitação não é apontada como possibilidade construção de uma visão de mundo mais ampla e crítica da realidade e sim como mero treinamento para desenvolver habilidades técnicas visando a produção.

Dessa forma, os (as) trabalhadores (as) são envolvidos por um discurso utilizado pelas classes dominantes, instituindo um processo de dominação pelas idéias.

Afirmamos a relevância da capacitação para os (as) trabalhadores (as), sobretudo, aqueles oriundos das classes subalternas as quais historicamente tem sido expropriada da riqueza, das decisões e também do acesso ao conhecimento.

Assinalamos que para os (as) trabalhadores (as) rurais a aproximação com o conhecimento é imprescindível para uma compreensão da sua realidade de vida e da ausência de condições de vida mais favoráveis. Contudo, há alguns aspectos que merecem ser problematizados ao analisarmos o tal processo.

Apesar da capacitação indicar um avanço para esses (as) trabalhadores (as) é preciso fazer algumas considerações. Para a classe subalterna não é qualquer processo educativo que interessa e que é relevante. O processo de capacitação

⁶⁶ Foi possível verificar esse dado através da realização da pesquisa de campo e da monografia de graduação intitulada “As implicações do processo de socialização na formação política dos dirigentes: a experiência da Coolagoanova na constituição do espaço público”.

dessa classe necessita de um conjunto de instrumentos, técnicas, conteúdos e linguagem que sejam coerentes com sua realidade.

Destacamos esse elemento porque ao nos aproximarmos com a realidade de vida dessa classe temos constatado que as ações educativas implementadas pelo Estado têm se limitado aos programas de capacitação cujas características mais marcantes são a aceleração e a fragmentação, sendo voltados para a criação de um comportamento “empreendedor” nos (as) trabalhadores (as).

Em resumo, esses programas estão sintonizados com os “novos tempos” e por novo tempo entenda-se as novas necessidades de força de trabalho para o capital. É preciso ressaltar que nesse processo, face a reestruturação produtiva e dadas suas particularidades no Brasil, os (as) trabalhadores (as) qualificados (as) representam apenas um potencial de força de trabalho que não possui garantias de inserção no mundo do trabalho.

Constatamos que os programas governamentais de capacitação ao invés de adequar o processo educativo às necessidades dos (as) trabalhadores (as) adequa a capacitação dos (as) trabalhadores (as) as necessidades do capital além de não serem criadas as oportunidades de absorção da mão-de-obra capacitada. Esta inversão de prioridades torna-se possível através da mediação do Estado influenciado pelos prepostos do capital.

É nesse processo “às avessas” que os (as) trabalhadores (as) rurais tem sido “bombardeados” com os programas de qualificação profissional implementados pelas entidades que firmam parcerias com o Estado, as quais realizam um processo de capacitação em massa, para que os (as) trabalhadores (as) encontrem formas de obtenção de renda.

É no âmbito desses programas que se insere nosso objeto de análise, a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais, tendo em vista que a efetivação dos cursos de capacitação é realizada pelos assessores que se encontram ligados a uma organização-não-governamental que também constitui convênios e parcerias com o governo.

Por um lado, estes cursos vêm atender uma das necessidades dos (das) trabalhadores (as) na medida em que estes (as) obtêm habilidades técnicas para dinamizar a produção nos seus lotes individuais e a gestão na COOLAGOANOVA. Mas ao longo da pesquisa detectamos alguns desafios para que essa capacitação

se constitua em uma ação educativa com base na noção gramsciana de educação politécnica.

No caso estudado verificamos que os cursos são realizados de forma acelerada com uma carga horária de trinta ou quarenta horas/aula, distribuídas normalmente em dois módulos. Ou seja, é uma capacitação acelerada que resulta na “compactação” do conhecimento, tendo em vista a escassez de tempo e de recursos.

A habilitação técnica no campo da produção e da gestão nem sempre se encontra articulada a um conhecimento mais geral que possibilite aos (as) trabalhadores (as) realizarem uma análise crítica da sua realidade.

Outro elemento que destacamos é a ausência de articulação entre estas modalidades de capacitação e uma educação mais generalizada. Os cursos realizados neste programa estão voltados para “qualificação para a produtividade” e nesse sentido, não existe nenhuma relação entre esse “processo educativo” e a diminuição dos índices de analfabetismo no meio rural, a ampliação do conhecimento dos (as) trabalhadores (as) ou o fortalecimento de sua organização política.

Reconhecemos a urgência e a necessidade dos (as) trabalhadores (as) em estarem capacitados (as) para o incremento da produção, para o aprendizado de novas técnicas de manejo de agricultura e pecuária, para a gestão eficiente da COOLAGOANOVA, mas afirmamos a necessidade de estabelecer uma conexão entre esses conteúdos específicos e uma capacitação mais ampla na qual o conhecimento da técnica esteja articulado a uma apreensão da realidade concreta e sua prática política.

Através da pesquisa de campo verificamos entre os (as) entrevistados (s) um baixo índice de escolaridade, ou seja, apenas dois dos treze entrevistados (as) possuem o segundo grau completo enquanto os demais sequer concluíram o primeiro grau. Este dado constata uma das formas de marginalização as quais os (as) trabalhadores (as) encontram-se submetidos (as), onde o acesso à educação de qualidade é um privilégio de poucos (as) e a exclusão do conhecimento é a realidade de uma maioria.

Esse é, portanto, um processo educativo desagregado que se constitui também em uma estratégia burguesa que nega aos (as) trabalhadores (as) o acesso

a um saber “elaborado, sistematizado e historicamente acumulado” (FRIGOTTO, 1999, p. 201) que proporcione a ruptura progressiva com a condição de subalternidade, seja através da redução dos níveis de analfabetismo seja pela elaboração de uma nova cultura e da organização política.

Vale notar que na história recente dos (as) trabalhadores (as) rurais o governo, a exemplo dos militares, tem respondido as necessidades de elevação de escolaridade através de programas tais como Mobral⁶⁷ que não demonstra resultados concretos no combate aos índices de analfabetismo no campo ou na cidade.

Outra questão que merece destaque na análise dos programas de capacitação atuais é a ausência de articulação entre teoria e prática. A pesquisa revela que existe uma série de limites no que se refere a este item. Ou seja, apesar dos cursos serem escolhidos pelos (as) trabalhadores (as)⁶⁸ e responderem as suas necessidades de capacitação, os (as) mesmos (as) não conseguem relacionar com sua realidade. Dada a ausência de recursos e de assistência técnica sistemática os conhecimentos teóricos obtidos nos cursos técnicos não são aplicados na prática cotidiana. O depoimento a seguir ilustra essa afirmação.

Os assessores dão aqueles cursos de dois, três dias e vão embora... pronto! Fica na mesma, a gente fica sem capacidade. Vamos supor... que nem o curso de pequenos animais que a gente fez. Eles [os assessores] dão aqueles cursos, ensinam tudinho, mas cadê... a gente não tem capacidade de fazer o manejo que eles ensinam, porque a gente não tem condições. Aí fica sem nenhuma assistência, fica do mesmo jeito (ENTREVISTADA 7)

Apesar de não detectar as determinações históricas e sociais dessa falta de condições materiais a entrevistada consegue analisar que a ausência de continuidade das políticas é um dos fatores que interfere no processo de capacitação e na articulação entre teoria e prática.

Esse depoimento confirma que há um fosso entre a realização dos cursos e utilização das habilidades adquiridas pelos (as) trabalhadores (as). Destarte,

⁶⁷ O Mobral foi um programa governamental de educação criado durante o regime militar que segundo Sergio Celani leite(1999,p.52) “limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos de segurança nacional”. Ainda conforme esse autor o saldo de tal programa não positivo, pois o analfabetismo não foi erradicado no país.

⁶⁸ Atualmente um dos aspectos positivos constatados pela pesquisa é o fato dos (as) trabalhadores (as) escolherem os cursos que mais se adequem às suas necessidades. O que demonstra que não há uma imposição de cursos para ele (as).

consideramos que as políticas estatais de capacitação são realizadas com um fim em si mesmas, na medida em que são desprovidas de ações complementares, seja de criação de melhores condições de produzir e comercializar seus produtos, seja no repasse de créditos que viabilizem a obtenção de máquinas e instrumentos e ainda na disponibilização de recursos destinados à assessoria técnica, indispensáveis para o incremento da produção e da gestão das cooperativas de trabalhadores rurais, tal como a COOLAGOANOVA.

Este fenômeno se deve ao fato de que o Estado tem aplicado mais recursos na realização de cursos do que na liberação de crédito que possibilita aos (as) trabalhadores (as) a dinamização da produção e conseqüentemente a garantia de ocupação e renda para os (as) mesmos (as).

Consideramos que a gama de cursos realizados com esses (as) trabalhadores (as) em tais condições transforma os cursos de capacitação em ações estéreis com pouco impacto real para a vida desses (as) trabalhadores (as). Não há para os (as) trabalhadores (as) condições para transformar o conhecimento em prática diária, dada a ausência de uma infra-estrutura que sem a qual “o saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante” (FREIRE, 1996, p.69).

O fato do processo de capacitação não contribuir com a alteração das condições objetivas de vida dos (as) trabalhadores (as), seja através da obtenção de renda, da superação das condições de subalternidade econômica e política ou da apropriação de um saber amplo faz com que alguns (as) deles (as) não atribuam legitimidade ao processo de capacitação ou não encontrem motivação para participar dos cursos⁶⁹.

No assentamento Lagoa Nova o processo de capacitação interfere diretamente na relação entre os assessores e os (as) trabalhadores (as) rurais uma vez que o programa é realizado pelos assessores ligados a uma organização não governamental.

Os assessores têm encontrado limites objetivos para atuarem de forma autônoma e eficiente junto aos (as) trabalhadores (as) tendo em vista que o estabelecimento de parcerias com o governo influencia sua atuação, o que resulta

⁶⁹ Foi possível perceber que alguns (as) trabalhadores (as) participam dos cursos tendo como única motivação a alimentação oferecida aos participantes. Esse é um elemento que merece destaque para que tenhamos a noção das condições de miserabilidade nas quais os (as) trabalhadores (as) rurais encontram-se. Esse dado não é oriundo apenas da pesquisa de campo como também do processo de observação e da experiência de trabalho com comunidades rurais.

na dependência dada a ausência de recursos que assegurem a efetivação e continuidade das ações.

Apesar dos assessores terem o domínio dos conteúdos, das técnicas, e utilizarem metodologias de ensino mais participativas e democráticas sua prática encontra-se atravessada pelos princípios dos programas governamentais de capacitação, o que imprime a sua intervenção uma autonomia relativa sobre o processo de capacitação que desenvolvem.

Estes elementos vão influenciar na prática pedagógica dos assessores, contribuindo para que em maior ou menor grau essa prática seja realizada na perspectiva do fortalecer a organização dos (as) trabalhadores (as).

A capacitação realizada pelos assessores- determinada também pela influência do financiamento governamental- tende a se transformar em uma transmissão de conteúdos que não conseguem, na maioria das vezes, serem incorporados as práticas cotidianas dos (as) trabalhadores (as) e sua realidade de vida.

Esse quadro nos leva a refletir também sobre a existência contraditória das ong's na sociedade de classes⁷⁰. Se por um lado estas entidades desenvolvem ações mais eficientes que o poder público, sistematizam práticas mais progressistas, complementam as ações governamentais e ainda participam da descentralização de parte dos recursos públicos, por outro lado sua atuação e alcance são limitados dadas suas fragilidades orçamentárias. Sua atuação junto às classes subalternas é mediada em última instância pelos interesses dos financiadores, seja o Estado sejam as agências multilaterais.

Mesmo frente aos impasses do financiamento há uma relativa autonomia na ação assessores no momento da capacitação. O domínio do instrumental de trabalho, ou seja, os conteúdos, os métodos e técnicas permitem a esses mediadores, por meio da capacitação, difundirem junto à classe subalternas valores, concepções de mundo e práticas que consideram coerentes.

Neste processo, há uma “troca de saberes” entre assessores e trabalhadores (as). Conforme Gramsci (1995, p. 138-139),

⁷⁰ Para uma análise mais profunda acerca das limitações ong's na sociedade e os impasses gerados pelo financiamento, ver Petras (1996).

o elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual sabe mas nem sempre compreende e, muito menos, sente (...) o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e principalmente, sem sentir e estar apaixonado... sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e assim explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica bem como relacionando-as dialeticamente às leis da História a uma concepção de mundo, científica e coerentemente elaborada, que o saber.

Constatamos que durante o processo de capacitação os assessores utilizam métodos mais participativos, buscando envolver os (as) trabalhadores (as) com os conteúdos difundidos. Nesse sentido, os cursos geralmente são estruturados sob a forma de oficinas e os principais instrumentos utilizados são filmes, músicas, trabalhos em grupo, produção de cartazes, encenações e realização de dinâmicas.

A respeito da realização de dinâmicas, durante os cursos observamos uma contradição, pois os cursos realizados pelos assessores apresentam um aspecto que os diferenciam do processo de ensino-aprendizagem tradicional que segundo Paulo Freire (1996) é considerado como *ensino bancário* no qual existe apenas a transferência de conhecimento para os educandos.

Observamos que há nesses cursos um estímulo ao aspecto lúdico na forma de disseminar os conteúdos, que na concepção dos assessores, é compreendida como Metodologia da Educação Popular. Para esses assessores esta metodologia permite maior envolvimento dos (as) trabalhadores (as) nos cursos e contribui com sua organização política.

A nossa metodologia e a linguagem expressiva da Educação Popular que a gente utiliza pra desenvolver os conteúdos tem contribuído para que as famílias assentadas e as famílias de comunidades rurais cresçam no sentido organizativo e propositivo e, nesse sentido, a gente tem vários resultados concretos (...) Então isso não veio à toa; veio de um processo educativo aonde a gente veio ajudando aos (as) trabalhadores (as) a terem consciência do mundo onde eles (as) estão vivendo, consciência da defesa dessa vida melhor e eles (as) estão tendo hoje algumas conquistas. (ASSESSORA CEAHS).

No âmbito da metodologia há uma contradição entre a concepção dos trabalhadores (as) e dos assessores. Se para os assessores a metodologia utilizada na capacitação é mais democrática, permite maior envolvimento dos participantes e contribui para o avanço e a organização política dos (as) trabalhadores (as), os mesmos (as) não visualizam a relevância desses métodos educativos. Para os (as) trabalhadores (as) as dinâmicas são compreendidas como “brincadeiras” que não possuem conexões com os conteúdos que estão sendo veiculados durante os

cursos. Ao indagar um dos (as) entrevistados (as) acerca dos métodos utilizados nos cursos ele assinala que,

O que tinha muito nos cursos era brincadeira. Por exemplo, num curso de cooperativismo falava o quê que devia ser, como é que devia ser, mas só que era coisa que a gente ouvia, mas não dava nem ouvido àquilo. Essas brincadeiras eram uma coisa assim tipo uma união, uma coisa como se fosse assim, fosse pra um significado, né. (...) Mas a gente não tem muito entendimento das coisas e não sabe até onde aquilo vai acabar e que aquilo não resolvia nada. (ENTREVISTADO 3- PRESIDENTE DA COOLAGOANOVA).

Em outros depoimentos observamos que as “brincadeiras” as quais se referem os (as) entrevistados (as) têm o objetivo de alegrar os (as) participantes dos cursos. Através de um depoimento verificamos que os (as) trabalhadores (as) não compreendem o objetivo dessas dinâmicas. Ou seja, uma entrevistada ao relatar alguns momentos de um curso sobre Relações de Gênero e as dinâmicas utilizadas assinala que a assessora

Falava, desenhava lá como era o corpo humano das mulheres e dos homens. Aí botava pra gente ver o dia, como era o cotidiano da gente e a gente fazia figuras... era uma brincadeirinha de papel (ENTREVISTADA 7)

Esses depoimentos nos levam a refletir que os (as) trabalhadores (as) expostos a processos de exclusão do conhecimento e geralmente submetidos a práticas pedagógicas autoritárias (seja com Estado, patrões, com agentes externos ou até mesmo na escola) acabam não compreendendo a relevância de tais métodos para um processo mais democrático de apreensão dos conteúdos veiculados nos cursos.

Nesse contexto, outro dado se revela. Identificamos que os (as) trabalhadores (as) não participam do planejamento dos cursos de capacitação e que não há discussão conjunta sobre a metodologia adotada, o que contribui para que, às vezes, eles (as) sintam um estranhamento em relação aos métodos utilizados. Uma prática democrática apontaria a necessidade de uma discussão com os (as) trabalhadores (as) sobre os conteúdos e a metodologia a ser utilizada durante a capacitação no sentido de enriquecer o processo educativo e fazer com que os trabalhadores (as) participem mais efetivamente dos cursos os trabalhadores (as), no sentido de reavaliar, aperfeiçoar e reorientar a prática pedagógica.

Considerando que a educação é uma forma de intervenção no mundo e que

esta possui um caráter político-ideológico não é possível concebê-la como atividade apolítica. Assinalamos esse aspecto porque compreendemos que o processo de capacitação não é neutro.

Na medida em que assinalamos o caráter político da capacitação afirmamos também que a ação dos assessores enquanto uma prática voltada para capacitação dos (as) trabalhadores (as) não pode ser compreendida como uma intervenção despretensiosa, neutra. Não há conteúdo técnico que não esteja ligado a um projeto de sociedade.

Essa trajetória analítica permite-nos inferir que a relação que se processa entre assessores e trabalhadores (as) rurais é também uma relação de caráter político e ideológico.

No interior dessa relação os assessores desempenham um papel de representantes dos interesses dos (as) trabalhadores (as) junto ao Estado-governo.

A atuação dos assessores no processo de capacitação para gestão democrática das associações e da COOLAGOANOVA, a criação e acompanhamento dos grupos de jovens e de mulheres constitui um conjunto de práticas que contribuem para o exercício de relações mais democráticas e com o fortalecimento da organização política dos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova.

Esses assessores desempenham função de intelectuais quando capacitam os (as) trabalhadores (as) para garantir seus interesses junto ao governo na esfera federal, estadual ou municipal, bem como junto aos bancos.

Na concepção de Gramsci (1989, p. 3) os intelectuais são sujeitos que subsidiam os grupos dando-lhes,

homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]”; e constituem-se ainda enquanto um “construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro.

Compartilhando das análises de Gramsci, Iamamoto analisa que o intelectual,

além da atividade técnica propriamente dita, executa um trabalho organizativo e articulador das ‘massas’ aos grupos sociais a que se encontram ligados; atividade essa que orienta para criação de condições favoráveis ao domínio dessa classe (IAMAMOTO, 1995, p.88).

Para entender a posição dos assessores na sociedade de classes situamos essa categoria nas chamadas classes médias. A origem dessa classe, segundo Francisco de Oliveira,

se dá como expressão da radicalização da separação entre produtores diretos e meios de produção, que o sistema capitalista desenvolvido leva ao limite mais extremo.” (...) Esta é portanto, uma das condições para o trabalho abstrato. (OLIVEIRA, 1987, p. 96).

Esse mesmo autor aponta ainda que essa classe encontra-se no limiar dos interesses antagônicos, sendo por isso, “gerente de uma nova relação social e de uma relação de forças (...)”.(OLIVEIRA, 1987,p.96).

É nesse campo da correlação de forças e interesses antagônicos que se encontra a intervenção dos intelectuais. A atuação dos intelectuais se insere no campo da cultura, da ideologia, da política e na sociedade de classes essas dimensões em última instância são determinadas pelas condições objetivas.

Nesse sentido, a atuação dos intelectuais enquanto prática contraditória pode estar voltada tanto para a reprodução da ideologia das classes dominantes quanto para o desmascaramento das relações de dominação e exploração.

No caso das classes subalternas e seus movimentos

os intelectuais como produtores de ideologia tem uma importância ponderabilíssima na organização dos movimentos e, conseqüentemente para sua intervenção política, que é condição para o reconhecimento da classe social (SILVA,1997,p.24).

O grau de organicidade dos intelectuais (nesse caso os assessores), em relação às classes subalternas varia em função de como estes tem incorporado à sua prática as necessidades dessa classe, atuando de forma a contribuir com a conquista e a afirmação dos seus direitos e com sua organização. Ou seja, a organicidade dos intelectuais varia de acordo coma função que estes desempenham em relação à classe a qual está vinculado.

Na relação sobre a qual nos debruçamos entre os assessores do CEAHS e os (as) trabalhadores (as) rurais de Lagoa Nova os intelectuais têm uma inserção relevante. Através da capacitação empreendida por esses intelectuais podem ser criadas as condições dos (as) trabalhadores (as) superarem o discurso errático e fragmentário geralmente presente nas classes subalternas.

Entretanto, considerando o caráter contraditório das relações sociais nos marcos do capital que originam também relações contraditórias no campo da produção, da cultura, da política, da educação etc, a prática dos intelectuais pode

tanto contribuir com a afirmação do projeto da classe subalterna quanto com o projeto das classes dominantes.

No caso de Lagoa Nova esse processo de disputa por hegemonia tem se dado através da capacitação, pois no interior da prática dos intelectuais junto aos (as) trabalhadores (as) existe uma articulação entre saber e poder. Ou seja, a tarefa dos intelectuais é capacitar os (as) trabalhadores (as), dota-los (as) de um saber que possa se articular à prática política para a conquista e afirmação de direitos que lhes tem sido negados.

A capacitação realizada pelos assessores pode contribuir para que sejam reproduzidas relações de dominação e subalternidade dos (as) trabalhadores (as) tanto em relação aos próprios assessores quanto ao Estado e as classes dominantes. Mas, no movimento das contradições, esse mesmo conhecimento quando apropriado pelos (as) trabalhadores (as) rurais pode transformar-se em elemento de apreensão, crítica e contestação da realidade, possibilitando-lhes realizarem uma leitura crítica da sua posição de classe subalterna, do projeto societário vigente e dessa forma visualizar as condições de superarem a subalternidade.

Portanto, cabe ao intelectual contribuir para que as classes subalternas superem a visão de senso comum ou o “saber de experiência feito” (Freire, 1996), alcançando um saber elaborado, homogêneo e agregado. Nesse processo surge a necessidade de que seja constituída entre intelectuais e classe subalterna uma relação democrática.

Os assessores ao realizarem um processo de capacitação buscam habilitar os (as) trabalhadores (as) para o protagonismo das decisões, para a gestão democrática da cooperativa e como decorrência desse processo, para a constituição de práticas autônomas que se traduzem na capacidade de pensar, formular propostas e argumentar sobre sua importância para o futuro da cooperativa e do assentamento. Vale ressaltar que esse processo implica no engajamento dos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova às lutas mais amplas da classe subalterna através dos movimentos sociais (particularmente no MST e Movimento sindical) e partidos políticos ligados à classe subalterna.

A constituição de uma relação democrática possibilita que os (as) trabalhadores (as) rurais protagonizem tanto a direção da produção (o quê produzir;

como produzir e para quê produzir), quanto a direção da ação política dentro e fora do assentamento.

Entendemos que através de um processo de capacitação abrangente na qual coexistam a habilidade técnica articulada ao conhecimento da realidade concreta, da afirmação da existência de classes e da disputa de seus projetos políticos os (as) trabalhadores (as) conseguirão identificar quem são seus aliados, seus opositores, para poderem forjar modos de enfrentamento às questões que lhes dizem respeito, constituindo-se em sujeito político coletivo.

Nesses termos, a capacitação pode possibilitar aos (as) trabalhadores (as) romperem com a visão fragmentada da realidade que caracteriza as classes subalternas. No dizer de Gruppi, “essas classes permanecerão sempre subalternas até o momento em que não progredir o processo de unificação entre ação e teoria, entre política e filosofia” (GRUPPI, 1978, p.69).

O processo de capacitação é uma possibilidade de alterar a concepção de mundo dos (as) trabalhadores (as) rurais. Mas é válido esclarecer que este processo pode tomar outra direção. Na medida em que a ação dos intelectuais é permeada por um discurso e uma prática que assume um conteúdo mistificador das relações sociais capitalistas, o processo de capacitação pode apontar para a “domesticação” dos (as) trabalhadores (as), qualificando-os (as) apenas para responder as necessidades do processo de acumulação.

4.3 A articulação entre capacitação, organização e luta política dos (as) trabalhadores (as)

No interior da relação entre assessores e trabalhadores (as) o processo de capacitação é o momento no qual podem ser criadas tanto as condições para constituição de relações democráticas e práticas autônomas, quanto para a constituição de relações de dominação que contribuem com a subalternidade e passivização dos (as) trabalhadores (as); ou seja, a sua subsunção e integração à ordem do capital.

Os (as) trabalhadores (as) quando integrados à ordem enfraquecem sua luta política e não se reconhecem como sujeitos sociais marcados por um processo de

exploração e dominação- o que pode leva-los (as) conceberem a sociedade como um conjunto de relações harmônicas, na qual inexistem conflitos e contradições⁷¹. Os (as) trabalhadores (as) ao analisarem a sociedade dessa forma podem assumir para si o discurso das classes dominantes como seus.

A cooptação dos (as) trabalhadores (as) possibilita as classes dominantes transformarem seus projetos em universais e indiferenciados e nesse processo as classes subalternas participam reproduzindo discursos e práticas que lhes são estranhos, externos. A passivização e o consentimento ativo são condições necessárias para realização da dominação de uma classe sobre outra.

A superação de relações de dominação pode ser realizada através de um processo de auto-reconhecimento dos (as) trabalhadores (as), ou seja, através da criação de sua identidade e projeto político. Nessa perspectiva, na relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais a capacitação pode ser o momento de apropriação de uma nova visão de mundo e de criação de uma nova cultura para esses (as) trabalhadores (as).

A constituição de relações democráticas se materializa no âmbito da produção, na gestão democrática da COOLAGOANOVA, na formação de uma nova cultura e na apreensão de nova visão de mundo por parte dos (as) trabalhadores (as). Conforme o pensamento gramsciano, criar nova cultura significa “difundir criticamente verdades já descobertas, socializa-las, por assim dizer; transforma-las, portanto, em ações vitais, em elemento, de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1995, p.13). Dessa forma, a capacitação é um dos momentos de elaboração de uma nova cultura.

As relações democráticas entre assessores e trabalhadores (as) podem contribuir para que esses (as) últimos (as) superem a dependência tanto em relação aos assessores quanto em relação ao Estado, identificando a posição de classe, condição de opressão, de subordinação, auxiliando a visualizarem possibilidades de confrontar essa condição e ainda traçar meios de constituição de outra hegemonia, enxergando a necessidade de se articularem a outros segmentos subalternos como forma de constituir e fortalecer seu projeto de classe social e assim transformar sua realidade. É preciso esclarecer que a garantia das condições materiais de (re)

⁷¹ Vale ressaltar que no cotidiano dos (as) trabalhadores (as) rurais há uma cultura híbrida na qual coexistem tanto elementos de passivização como de resistência a ordem das relações vigentes.

produção é fundamental para que a classe subalterna possa levar sua luta à diante de forma autônoma.

Podemos entender a autonomia como momento inicial da crítica, ou seja, como momento de “conhecer-te a ti mesmo” obtendo coerência de sua própria história (GRAMSCI, 1995, p.12). Compreendemos também a autonomia, como a capacidade de protagonizar o processo de elaboração e tomada de decisão política tanto nas questões internas quanto nas questões externas a produção, à cooperativa e ao assentamento, apontando para o fortalecimento da organização em torno dos interesses de todos os (as) trabalhadores (as) rurais e urbanos.

A garantia dos interesses da classe subalterna de forma mais ampla pode ser conquistada através dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Este último compreendido como intelectual coletivo e aquele que no interior da luta de classes pode contribuir com a classe subalterna no processo de transformação da sociedade e na afirmação de seu projeto político.

O protagonismo dos (as) trabalhadores (as) e a promoção da autonomia enquanto estratégia política

Estão diretamente ligadas ao esforço de impedir a manipulação e a dependência face ao Estado, às instituições privadas, a igreja, aos partidos políticos, entre outros. Isto pode levar a constituição de sujeitos ativos, conscientes do processo de transformação social. (BELATO apud TRINDADE 1993, p.19)

A conquista da autonomia⁷² se configura como estratégia política dos (as) trabalhadores (as) para a constituição da vontade coletiva nacional popular. Ela pressupõe a superação do momento econômico-corporativo que reduz a ação política da classe e “conduz a subordinação ideológica” (DIAS, 1997, p.47).

É nessa lógica que apontamos a importância fundamental e estratégica que a capacitação possui no sentido de contribuir para que os (as) trabalhadores (as) visualizem a possibilidade de alterar as relações sociais vigentes, constituindo relações mais democráticas e autônomas, o que pode contribuir com o fortalecimento de sua organização política.

⁷² Há uma polêmica no interior da tradição marxista acerca do uso da categoria Autonomia, entendendo que nos marcos do capitalismo a autonomia é impossível. Nesse estudo concebemos a noção de autonomia como estratégia política da classe subalterna, momento de reconhecimento das desigualdades sociais e busca pela reconstituição da identidade de classe. Para um aprofundamento da noção de autonomia ver Dias (1997) e Trindade (1993).

No processo de capacitação o domínio do processo técnico articula-se à ação política, podendo proporcionar, no caso da classe subalterna e particularmente no que se refere aos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova, uma posição crítica em relação aos rumos da Reforma Agrária; a burocratização do Estado; à necessidade de alianças políticas com outros setores subalternizados; a relação entre Reforma Agrária e acumulação capitalista dentre outros.

Para que a capacitação assuma esse caráter humanizado e libertário a relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais necessita ser estabelecida de forma democrática, pois conforme expressa Dias (1997), a necessidade da postura democrática do intelectual é fundamental, pois a ausência de uma democracia real, contribui para o fortalecimento de uma relação de subalternidade e passivização dos (as) trabalhadores (as)- o que fragiliza e fragmenta sua ação política na sociedade.

A constituição de uma relação democrática entre assessores e trabalhadores (as) contribui para o fortalecimento da organização política dos (as) mesmos (as). É o momento no qual se torna possível à classe subalterna elaborar uma nova concepção de mundo a partir da compreensão dos antagonismos existentes na sociedade por meio da apropriação do conhecimento.

Nessa relação os (as) trabalhadores (as) não podem ser considerados (as) como meros (as) receptores (as) de informações (passivos). Estes (as) possuem também seus conhecimentos, elaborações, cultura, identidade e, nessa troca de saberes, os intelectuais são também influenciados por este universo complexo e diverso que compõe a cultura dos (as) trabalhadores (as) rurais.

A relação entre intelectuais e classe subalterna produz uma nova síntese, já que se trata de uma relação que é dialética, uma troca de saberes. Essa troca de saberes é a substituição do velho e a combinação entre o velho e o novo, constituindo movimentos de continuidade e ruptura. É assim que as concepções de mundo são difundidas.

A criação de relações democráticas e práticas autônomas entre intelectuais e trabalhadores (as) pode tornar-se esse "novo" que se contrapõe ao velho (relações de dominação, subalternidade). Esta síntese é então construída por esses sujeitos em ação e em relação. Os intelectuais devem, portanto, "construir junto com a classe, e não sobre ela." ⁷³ Suas conquistas.

⁷³ Cf Edmundo Dias(1997,p.48.)

Os intelectuais ao contribuírem para a criação de relações democráticas poderão também contribuir para que os (as) trabalhadores (as) superem a fragmentação da visão de mundo, articulando a perspectiva imediata (economicismo) a um projeto mais global de sociedade. Nesse sentido, estarão contribuindo com a formação desses (as) trabalhadores (as) não apenas para a produção de mercadorias, mas para a formação de homens e mulheres integrais, possuidores de outra visão de mundo e constituidores de uma outra cultura. Ou seja, estarão contribuindo para a efetivação de uma reforma intelectual e moral e a criação de um novo bloco histórico. (GRAMSCI, 1995)

A constituição de relações democráticas através da capacitação contribui com a capacitação técnica, elevação do nível intelectual, a organização, a consciência e a identidade de classe dos (as) trabalhadores rurais (as), desde que seja na perspectiva de construção de novas relações sociais e da superação das relações de dominação vigentes.

A capacitação é dos momentos de constituição de novas relações sociais democráticas. Nesse sentido, a ação dos assessores enquanto intelectuais é importante no sentido de esclarecer as mediações entre a lógica do capital e a condição histórica dos (as) trabalhadores (as), possibilitando que eles (as) elaborem uma concepção de mundo própria, unificada e coerente, o que pode lava-los a formas de organização mais amplas.

Assim, a organicidade dos assessores como intelectuais, depende de como eles trazem para a sua prática as questões, princípios e problemas dos (as) trabalhadores (as), tornando-as homogêneas e coerentes, qualificando sua intervenção política na sociedade em função de seus interesses.

A relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais enquanto uma relação histórica e socialmente determinada se insere no conjunto das lutas travadas pelas classes em função da hegemonia⁷⁴.

Por ser essa uma relação que insere no campo das práticas educativas destacamos a necessária articulação entre capacitação, organização e luta política da classe subalterna.

O processo de capacitação realizado pelos intelectuais que se fazem

⁷⁴ A hegemonia enquanto processualidade “expressa a capacidade de direção, de conquista de alianças, de desarticulação da classe antagônica, na consolidação de um bloco histórico”. (FRIGOTTO, 1999, p.192) É também o momento em que a classe se torna ao mesmo tempo dominante e dirigente.

orgânicos em função da defesa dos interesses de uma classe deve contribuir com a prática política, a organização dessa classe e a afirmação de seu projeto societário.

Este é o ponto de unidade entre capacitação e transformação social. Este processo não é linear, mas dialético. A capacitação é portadora de uma dimensão técnica e de uma dimensão política e esta última está ligada as práticas sociais de classe.

A capacitação quando articulada aos interesses de uma classe pode possibilitar o domínio dessa classe através da “tomada de consciência de sua comunidade de interesse, *promovendo*⁷⁵ no interior da classe uma concepção de mundo homogênea a autônoma”. (FRIGOTO,1999)

Nesse sentido, os intelectuais quando orgânicos representam para a classe subalterna, “o recurso humano que propicia a análise e educação para a luta de classe” (PETRAS,1996, p.18). A prática dos intelectuais através do cuidado com o *como ensinar e o quê ensinar* pode contribuir em maior ou menor medida para que a classe se torne dirigente.

São os intelectuais os facilitadores da reconstrução da identidade política dessa classe que o projeto neoliberal tende a ocultar através do discurso da qualificação profissional, da parceria, da colaboração e da impossibilidade de modificação das relações vigentes, ou seja, a afirmação do capitalismo como projeto societário possível e único.

O reconhecimento de sua situação de classe explorada e expropriada redefine a concepção de sociedade enquanto campo de disputa política e não como campo neutro e harmônico. É nesse tempo/espço que a incorporação da noção de classe social à prática dos intelectuais durante a capacitação é uma estratégia que contribui para organizar a classe subalterna sob outro ângulo.

Esse viés classista reorienta as práticas políticas dessa classe e redefine o horizonte de luta, qual seja, a superação das relações de dominação e de subalternidade, visando a constituição de relações mais democráticas⁷⁶. Nesse processo essa classe passa a pensar por si própria suas práticas. O resultado da prática pedagógica dos intelectuais nessa direção é criação de trabalhadores (as) habilitados (as) tanto tecnicamente quanto politicamente para atuar na sociedade.

⁷⁵ Grifo nosso

⁷⁶ Para um aprofundamento do debate em torno da Democracia ver Dias (1997) e Coutinho (1992)

Esse processo aponta a necessidade dos intelectuais estarem também capacitados para orientarem a classe subalterna na sua organização. A capacitação dos assessores (enquanto intelectuais), deve estar voltada para esse horizonte de superação da dominação (que também é classista, neste caso) e para a criação de relações democráticas.

A existência de um projeto societal definido, comprometido com o fim da hierarquia, da centralização de decisões e do autoritarismo é condição central para realização de uma prática que contribua com o protagonismo da classe subalterna. Faz-se necessário que os assessores tenham clareza de seu papel de fomentador/facilitador da organização dos (as) trabalhadores (as). É essa compreensão que pode orientar uma prática libertária.

No caso de Lagoa Nova identificamos que os assessores reconhecem a importância de uma opção ideológica que contribua com o projeto da classe subalterna no processo de capacitação. Uma assessora afirma que:

O que me ajuda mais nessa minha ação enquanto assessora é a minha opção política ideológica ou a minha visão de mundo. Porque eu não quero um mundo onde as pessoas não tenham acesso à terra. Eu quero um mundo onde as pessoas tenham acesso à terra, onde as pessoas tenham crédito, onde as pessoas possam ser felizes, onde as pessoas tenham garantido nas suas vidas todas as políticas públicas e sociais pra poder viver bem, onde a produção da agricultura familiar ser escoada. Então essa minha visão de mundo ajuda a eu desenvolver o meu trabalho. Essa minha visão de mundo junto com a metodologia da educação popular reforça isso e eu posso concretizar na minha prática cotidiana esse acesso as informações críticas para que os trabalhadores consigam ver o mundo de outra forma. De uma forma que a televisão não passa, que os meio de comunicação não passam, que o senso comum não passa. (Assessora CEAHS)

O depoimento da assessora reflete a importância dos intelectuais no fortalecimento do projeto político da classe subalterna. No âmbito da sua prática pedagógica como assessora ela percebe a importância de um projeto de sociedade definido que tanto pode estar à serviço da classe dominante quanto à serviço da classe subalterna.

Na medida em que os intelectuais compreendem sua prática como meramente técnica, fragmentam a própria ação, e é desencadeada uma separação entre técnica e política. É a partir desse movimento que pode se estabelecer a autoridade, a subalternidade e a dominação que legitimam a sociabilidade do capital.

Os intelectuais necessitam também de capacitação para qualificar sua função de homogeneizador, aglutinador dos interesses da classe subalterna. Assim, a tarefa desenvolvida por esses intelectuais situa-se em um processo no qual

a passagem de uma classe subalterna à posição hegemônica expressa-se pela tomada de posse de si mesma, pela sua afirmação enquanto coletividade individualizada face às demais classes (DIAS, 1997,p.46)

No caso de Lagoa Nova a capacitação se constitui, como necessidade para que os (as) trabalhadores (as) possam realizar a gestão da COOLAGOANOVA e das associações de forma eficiente. Ao mesmo tempo esse processo é relevante para que os (as) trabalhadores (as) formem uma nova visão de homem/mulher e sociedade coerentes com seus interesses políticos e transformem as relações sociais.

As relações sociais de gestão da produção e do trabalho apenas podem ser alteradas no momento em que se altere a visão de mundo dos (as) produtores (as). Esse processo não é linear, pois é neste momento que se confrontam existência de relações autoritárias que apontam para a passivização dos (as) trabalhadores (as) com a necessidade de sua superação. Assim, a mudança na consciência dos homens e mulheres deve ocorrer simultaneamente à mudança no modo de produção.

Como na maioria das situações a experiência de produção, gestão e convivência coletiva dos (as) trabalhadores (as) tal como no assentamento Lagoa Nova, necessita de um processo de capacitação no qual não haja o predomínio da técnica e dos interesses do mercado em detrimento da política, da ética e da organização social.

A condução do processo de capacitação nesse sentido é tarefa dos assessores enquanto intelectuais vinculados às classes subalternas. Assim, a gestão democrática da COOLAGOANOVA ocorrerá na medida em que os (as) trabalhadores (as) vivenciarem uma reforma moral e intelectual.

Portanto, no processo de capacitação realizado pelos assessores junto aos (as) trabalhadores (as) deve coexistir o ensino do conteúdo técnico que torne eficientes a produção e a gestão articuladas ao “domínio do processo histórico real em suas dimensões universais e particulares”. (TONET, 2001, p. 201). Esses

elementos devem também estar relacionados ainda à prática política de classe dos (as) trabalhadores (as).

Nessa perspectiva, consideramos necessário que haja na prática dos intelectuais uma articulação orgânica entre capacitação e ação política como momentos da atividade humana, ou seja, é a constituição da práxis social da classe subalterna.

No dizer de Cardoso (1995, p. 34) a práxis humana constitui-se enquanto,

conjunto das objetivações dos homens, tanto ideais quanto materiais, através das quais os homens se realizam como seres humanos (...). Abrange, portanto, todas as práticas ou processos sócio-históricos que os homens desenvolvem na construção da sociedade e de si mesmos.

A constituição de relações democráticas através da capacitação pode auxiliar na elaboração da práxis social dos (as) trabalhadores (as) e dessa forma, poderá contribuir para fortalecer sua organização e autonomia em função de seus interesses de classe.

No que se refere à relação entre assessores e trabalhadores (as) rurais, a capacitação é, pois o elemento que media e que pode contribuir com a superação da visão fragmentada que contamina o cotidiano dos (as) trabalhadores (as) rurais. Vale notar que tal fragmentação é histórica, mas, no contexto da reestruturação e do neoliberalismo ela é aprofundada.

Nesse sentido, não concebemos a capacitação como determinante único nesse processo de superação da fragmentação, mas que certamente imprime novos contornos ao possibilitar aos (as) trabalhadores (as) reconstituírem sua visão de mundo a respeito de si mesmos enquanto classe e da sociedade de forma global. Pois conforme assinala Freire (1996, p.126), “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode”.

À luz dessas considerações assinalamos que a ação dos assessores no caso de Lagoa Nova é orientada no sentido de que os (as) trabalhadores (as) superem gradativamente a condição de subalternidade e passivização originárias do processo histórico de marginalização ao qual foram expostos e que a forma verticalizada de criação desse assentamento fez aprofundar.

Porém, face os desafios da política neoliberal, das condições de precarização do trabalho que resultam no ativismo e no pragmatismo e os poucos

momentos de capacitação a prática pedagógica dos assessores tende a ser contraditória e conflitante com os depoimentos dos (as) trabalhadores (as).

Para estes assessores que se fazem intelectuais da classe subalterna cabe a tarefa de esclarecer para os (as) trabalhadores (as) os interesses do antigo proprietário em se desfazer dessa propriedade e as formas como o Estado mediou esse processo, alertando também para a importância da apropriação dessa área para a luta dos trabalhadores pela reforma agrária.

Face às novas estratégias de acumulação do capital de onde derivam a reestruturação produtiva e o Projeto Neoliberal estão postas para os intelectuais inúmeros desafios no que concerne a tarefa de contribuir com o fortalecimento da organização da classe subalterna.

Os assessores do CEAHS ao analisarem sua prática junto as classes subalternas nesse momento de avanço da sociabilidade capitalista identificam como principais desafios a não priorização do Governo Federal com política agrícola e agrária; a redução de recursos da Cooperação Internacional e recursos públicos destinados aos projetos sociais (o que não acontece apenas na área rural); o fato da maioria da população rural não ter acesso ao código da leitura e da escrita e a cultura política que está colocada hoje.

Devido a tais elementos que desafiam sua atuação os intelectuais afirmam que:

Você tem que arrancar cidadania de cidadãos que estão completamente excluídos. Estão excluídos do mercado de trabalho, de políticas públicas, da escola, do debate da academia, da agenda pública, então é muito difícil. O não acesso as políticas sociais e públicas e o não acesso a leitura e a escrita é uma coisa que dificulta o trabalho. (Assessora CEAHS)

Face a tais desafios a função dos intelectuais deve estar direcionada ao confronto da estratégia burguesa de disseminar uma “cultura da crise” e revelar para os (as) trabalhadores (as) as possibilidades de transformação dessa realidade. Assim, a tarefa dos assessores (enquanto intelectuais) é combater o discurso propalado pelos meios de comunicação no qual há cotidianamente um apelo ao individualismo, à apatia, à competitividade dentre outros que contamina as mentes e os corações da classe subalterna, desmobilizando e enfraquecendo os (as) trabalhadores e suas organizações.

No campo da capacitação está posto o desafio reverter o processo pedagógico em favor dos interesses da classe subalterna e contribuir com uma

formação crítica dos (as) trabalhadores (as). O conhecimento crítico é uma forma de possibilitar a essa classe se organizar visando realizar uma reforma moral e intelectual na sociedade.

Tal processo supõe a necessidade da classe subalterna se tornar dirigente e hegemônica na sociedade. É nesse momento que o Partido como intelectual organismo coletivo cumpre a tarefa de “organizar politicamente a classe e ajuda-la na conquista pela hegemonia” (SILVA, 1997, p.46). O Partido é, portanto, responsável pela formação no da vontade coletiva nacional-popular no seio da classe subalterna de forma a eleva-la da particularidade à universalidade ampliando e fortalecendo sua luta até a constituição de projeto de classe social. Os assessores podem contribuir com esse processo na medida em que reorientam sua intervenção e buscam superar as contradições presentes na sua prática.

5 CONCLUSÕES

A relação entre assessores e trabalhadores rurais encontra-se situada na dinâmica das relações sociais mais amplas que regem a sociedade e é síntese de múltiplas determinações. Para efeito deste estudo situamos tal relação no contexto da Questão Agrária brasileira.

Através da pesquisa de campo verificamos que a constituição do Assentamento Lagoa Nova não foi fruto de um processo de mobilização política dos (as) trabalhadores (as) em conflito com poder fundiário como ocorre na maioria dos casos de criação de assentamentos. Destacamos a ausência de movimentos reivindicativos na sua criação, contrariando o curso comum dos processos de assentamento nos quais os (as) trabalhadores (as) se mobilizam politicamente para reivindicarem a posse da terra.

O caso de Lagoa Nova é ilustrativo da forma como o Estado assume e defende os projetos da classe dominante como seus, bem como consegue transformar a reforma agrária- uma histórica bandeira de luta da classe trabalhadora em favor da classe que detém o poder.

Destacamos existem propostas diferenciadas para a criação de assentamentos rurais. Uma que corresponde ao projeto do governo e outra que corresponde aos interesses e ao projeto político dos (as) trabalhadores (as). No processo de intervenção do Estado na questão agrária este incorpora apenas algumas propostas dos (as) trabalhadores (as).

A partir da análise da realidade de Lagoa Nova que tal como a maioria dos assentamentos encontra-se desprovido de políticas públicas, questionamos a contribuição de projetos dessa natureza para (as) trabalhadores (as), tendo em vista que o uso de recursos públicos em última instância tem sido utilizados mais para responder os interesses dos latifundiários do que para garantir as necessidades dos (as) trabalhadores (as).

Quanto ao processo de gestão da COOLAGOANOVA identificamos que os seus dirigentes têm reproduzido práticas de autoritarismo e centralismo de informações, gerando um distanciamento entre esta e os (as) trabalhadores (as), o que tem contribuído para criar uma falta de legitimidade da cooperativa e de seus dirigentes diante do conjunto dos (as) trabalhadores (as) assentados (as). Tais elementos nos levam a considerar que o modelo de gestão em curso

COOLAGOANOVA não pode ser considerado como um modelo de gestão coletivo sob bases democráticas.

Constatamos que a criação da COOLAGOANOVA não tem alterado as condições materiais de vida dos (as), tendo em vista que a grande maioria dos (as) entrevistados (as) sobrevive da Bolsa-renda, bolsa-escola e/ou aposentadorias de familiares, confirmando que sua existência não tem contribuído para melhorar as condições de vida dos (as) trabalhadores (as). Tais elementos dificultam a gestão democrática e a organização do trabalho associado na COOLAGOANOVA

Mas, mesmo demonstrando inúmeros desafios no que se refere à gestão democrática e a vivência de relações democráticas os (as) trabalhadores (as) ligados (as) a COOLAGOANOVA têm tentado superar as velhas práticas do individualismo, autoritarismo e centralismo, reivindicando dos dirigentes práticas democráticas, transparentes e igualitárias em termos das relações de gênero e da gestão da COOLAGOANOVA. Estes elementos são indicadores de que os (as) trabalhadores (as) afirmam a necessidade de constituir relações sociais a partir de outros referenciais. Pudemos perceber a contribuição dos assessores no processo de mobilização e organização política dos (as) trabalhadores (as) através do qual eles (as) vêm buscando garantir o direito a participação nas decisões relativas a gestão da COOLAGOANOVA.

No que se refere ao processo de capacitação verificamos que neste momento histórico de avanço da sociabilidade do capital a educação como as demais esferas da vida humana tende a ser mercantilizada e tornando-se instrumental, para qualificar os (as) trabalhadores (as) apenas para a produção. Nessa perspectiva, a capacitação abstrai o conteúdo de classe da sociedade contribuindo para encobrir as relações sociais vigentes, o que resulta no adestramento dos (as) trabalhadores (as) em detrimento de uma formação generalizada e polivalente na qual estejam articulados os conhecimentos técnicos com a leitura crítica da realidade.

A partir da compreensão de tais elementos apontamos que se torna difícil estabelecer relações democráticas tendo em vista os desafios de no momento atual realizar uma educação libertária e humanista. No entanto, no movimento das contradições estão colocadas para os intelectuais e para os (as) trabalhadores (as) as possibilidades de reorientarem a capacitação com vistas a potencializar a luta da classe subalterna e garantir seus interesses visando a transformação da sociedade e

busca pela conquista da hegemonia.

Uma das contradições detectadas no processo de capacitação foi o fato de que os (as) trabalhadores (as) não possuem o controle do processo de capacitação, apesar de serem os financiadores de tais programas. A constatação de que não há participação dos (as) mesmos (as) no momento de planejamento dos cursos e que sua participação se dá apenas no momento de realização e avaliação final do processo de capacitação, permite-nos inferir que este é um elemento que dificulta a vivência de relações democráticas.

No que concerne a metodologia observamos que o fato dos (as) trabalhadores (as) não terem domínio da leitura e da escrita faz com que os assessores adotem técnicas e métodos que se diferem da educação convencional. Porém, a ausência de domínio do código da leitura e da escrita e a ausência de discussão acerca dos métodos de ensino têm gerado em alguns momentos um estranhamento dos (as) trabalhadores (as) em relação à metodologia utilizada.

Apesar das contradições presentes na realização dos cursos verificamos que a atuação dos assessores no processo de capacitação para gestão democrática das associações e da COOLAGOANOVA, a criação e acompanhamento dos grupos de jovens e de mulheres constitui um conjunto de atividades que contribuem para a constituição de relações mais democráticas e com o fortalecimento da organização política dos (as) trabalhadores (as) de Lagoa Nova. Estes elementos permitem-nos considerar que os assessores desempenham função de intelectuais em relação aos (as) trabalhadores (as), tendo em vista a função que exercem de defesa dos seus interesses, de homogeneizadores do discurso dos (as) mesmos (as) e de facilitadores da sua organização e prática política.

A atuação dos intelectuais enquanto prática contraditória pode estar voltada tanto para a reprodução da ideologia das classes dominantes quanto para o desmascaramento das relações de dominação e exploração.

Vale considerar que no momento atual os intelectuais se deparam com grandes desafios que interferem na vivência de relações democráticas. As transformações no mundo do trabalho têm colocado um contingente de intelectuais em situações de precarização das relações de trabalho e o subemprego. A intensificação do trabalho tem gerado nos intelectuais falta de tempo para refletir sobre sua prática, fazendo com que caiam no ativismo e no pragmatismo. Não

obstante, o avanço da sociabilidade do capital que tende a ocultar esconder as desigualdades tem cooptado muitos intelectuais da classe subalterna, fazendo com que estes passem a fortalecer os interesses das classes dominantes. Isto se configura em uma perda significativa para os (as) trabalhadores (as) e suas organizações.

Consideramos que o fato dos assessores terem o domínio do instrumental de trabalho (técnicas, métodos, conteúdos, linguagem) reveste sua prática de relativa autonomia e permite que a capacitação seja um momento de constituição de relações democráticas. Nessa perspectiva, a constituição de relações democráticas é resultado da forma os assessores trazem para sua prática as demandas dos (as) trabalhadores (as), como analisam sua própria intervenção como prática política e como se vêem como facilitadores da organização dessa classe, contribuindo para a desmistificação das relações antagônicas existentes na sociedade.

A tarefa dos intelectuais junto a classe subalterna é orientada visando contribuir para a vivência de relações democráticas na qual haja a discussão, a consulta aos trabalhadores (as) sobre seus interesses de capacitação, o conhecimento da realidade dos (as) mesmos (as) de forma a apreender suas demandas e potencializar sua organização seja em movimentos, seja em partidos políticos como forma de ampliar e universalizar o horizonte da luta política dessa classe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, 2001.

ANTUNES, R. O desenho do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, a. 23, n. 69, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, S. G. de. **Assentamentos rurais trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**: assentamento Fazenda Zabelê, 2001. 243 f. Tese (Doutorado em...) - Programa de Pós- Graduação e Desenvolvimento, Agricultura e sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Assentamentos rurais: expressões da questão agrária. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço social e Políticas sociais**: Módulo 2 – crise contemporânea, Questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

ASSESSORA CEAHS. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais**: limites e possibilidades de uma relação democrática. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Lumiar**. Brasília, DF, [2000]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/snda/assent/plumiar>>. Acesso em: 9 jan. 2001.

CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez; Maranhão: EDUFMA, 1995.

CHIZZOTI, A. **A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CINTRA, M. C. **A trajetória dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) em Sergipe**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

COSTA, A. A. Associativismo no campo: papel político, valores e mediação de interesses pelas associações de pequenos produtores rurais na micro região metropolitana de Petrolina (PE). **Cadernos de Teses do VIII CBAS**, Salvador, 1996.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2001.

DAL MORO, M. A luta pela terra como luta pelo trabalho: para outro olhar na questão agrária e a relevância da resignificação do fenômeno em Serviço Social. **Cadernos de teses do IX CBAS**, Goiânia, 1998.

DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização**. Textos didáticos. IFCH/UNICAMP, n. 29, Ago. 1997.

DINIZ, J. A. **Da Lanila aos PA's Lagoa Nova: uma experiência de transição na implantação de projetos de assentamentos de Reforma Agrária**. Natal, 1998. Mimeo.

ENTREVISTADO 2. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática**. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

ENTREVISTADO 3. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática**. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

ENTREVISTADO 4. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática**. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

ENTREVISTADO 5. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática**. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

ENTREVISTADO 6. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais:** limites e possibilidades de uma relação democrática. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

ENTREVISTADO 9. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais:** limites e possibilidades de uma relação democrática. Entrevista concedida a Eliana Andrade da Silva. Natal, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ong's e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

_____. **A questão Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas.** São Paulo: M. Fontes, 1978.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IAMAMMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez; Lima /Peru: CELATS, 1995.

KAUTSKY, K. As sociedades cooperativas. In:_____. **O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Mao)**. Caderno das experiências históricas de cooperação, n. 02. São Paulo: CONCRAB, jun. 2000.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais – um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1979.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LAIDLAW, A. F. **As cooperativas no ano 2000**. Coleção Ato Cooperativo, n. 1, 1980.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 3, 1999.

LEITE, S. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentário sobre o cenário recente In: LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação (balanço do governo FHC)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LESSA, S. Lukács e a Ontologia: uma introdução. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, 2001.

LIMA, A. J. O significado dos projetos alternativos comunitários no processo de construção de novas práticas coletivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSESSORIA, 9., 1998, Goiânia. **Anais ...** Goiânia,1998.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, K. Cooperação. In: _____. **O capital**: crítica da economia política Livro I, O processo de produção do capital. 9. ed. [São Paulo]:DIFEL, 1984. V. I, p. 370-375.

MEDEIROS, L. S. (Org.). O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Revista Proposta**, n. 77, jul./ago. 1998.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas – estudo do processo de mudança da posição social de assalariados para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, I. F. Micro projetos econômicos comunitários: limites e possibilidades. **Cadernos CEAS**, n. 115, maio/jun. 1991.

PETRAS, J.; VELTMAYER. **O Brasil de Cardoso**: a privatização do país. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PETRAS, J. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós- marxistas. **Lutas sociais**, São Paulo, n.1, nov. 1996.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

RECH, D. **Cooperativas: uma onda legal**. Rio de Janeiro: AJUP/ FASE, 1991.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SENNA FILHO, A. R. Organizações não governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e Democracia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 45, p.42-65, ago.1994.

SILVA, D. A; E. A. **Diagnóstico preliminar da Associação de Apoio às Comunidades do Campo/RN**. Natal,1999. Mimeo.

_____. **As implicações do processo de socialização na formação política dos dirigentes: a experiência da COOLAGOANOVA na constituição de um espaço público**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRN. Mimeo. 1999.

SILVA, E. **A relação entre assessores e trabalhadores rurais: construindo autonomia ou subalternidade?** Projeto de pesquisa (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, J. G. **O que é Questão Agrária?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense,1998.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

SILVA, R. B. **Intelectuais e movimentos sociais populares: possibilidades e limites na construção da hegemonia das classes subalternas**. 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

SOUSA, A. M. **Projeto Lumiar: experiência interdisciplinar de assessoria técnica nas áreas de assentamento rural no município de Santa Quitéria/CE**. In: CONGRESSO BRASILEIRO ASSESSORIA, 9., 1998, Goiânia. **Anais...** Goiânia. 1998.

STÉDILE, J. P. Latifúndio: o pecado agrário brasileiro. **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n. 5, 2000.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2001. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

TRINDADE, R. L. P. **O Processo organizativo de camponeses e ação de agentes externos: o caso das associações comunitárias rurais de Palmeira dos Índios AL**. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987.

